

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FFCLRP - DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**A transmissão intergeracional na perspectiva de famílias sociais de uma
instituição de abrigo**

RAQUEL ALMEIDA DE CASTRO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, do Departamento de Psicologia e Educação da FFCLRP-USP, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutora em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia

RIBEIRÃO PRETO - SP

2010

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FFCLRP - DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**A transmissão intergeracional na perspectiva de famílias sociais de uma
instituição de abrigo**

RAQUEL ALMEIDA DE CASTRO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, do Departamento de Psicologia e Educação da FFCLRP-USP, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutora em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia

Orientador: Prof. Dr. Manoel Antônio dos Santos

RIBEIRÃO PRETO - SP

2010

Autorizo a reprodução e divulgação total e parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Castro, Raquel Almeida de

A transmissão intergeracional na perspectiva de famílias sociais de uma instituição de abrigo. Ribeirão Preto, 2010.

171 p. : il. ; 30cm

Tese de Doutorado, apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Ribeirão Preto/ USP.

Orientador: Santos, Manoel Antônio dos

1. Famílias sociais.
2. Mães sociais.
3. Abrigo.
4. Parentalidade.
5. Transmissão intergeracional.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: Castro, Raquel Almeida

Título: A transmissão intergeracional na perspectiva de famílias sociais de uma instituição de abrigo

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, do Departamento de Psicologia e Educação da FFCLRP-USP, para obtenção do grau de Doutora em Psicologia.

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof(a). Dr(a): _____

Instituição: _____ **Assinatura:** _____

Dedicatória

Dedico às minhas avós Noemia e Luiza e à minha mãe Esli, pela transmissão do feminino, da capacidade de se vincular, da coragem e da disposição diante dos desafios.

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão mais sincera às muitas pessoas que me ajudaram a construir este trabalho de pesquisa. Foram colaboradores que, de maneira consciente ou não, participaram desse momento cheio de significados e crescimento, em particular:

Às mães sociais e adolescentes que compartilharam muito mais do que suas histórias. Compartilharam sonhos, afetos e disposição para adaptar-se às mudanças que ainda virão.

Ao meu orientador, Manoel Antônio dos Santos, por sua competência e boa vontade ao orientar e acolher.

Aos meus filhos Silvio, Rodrigo e Luiz Cláudio, por preencherem minha vida com o seu amor, carinho e respeito.

Às amigas Ermelinda e Maria do Céu, pela cumplicidade que tornou mais leve o caminho e mais divertida a busca por crescimento.

À Leida, amiga-irmã pelo incentivo, carinho e presença nos momentos mais críticos.

Às amigas, Conceição e Celeste por verem muito além do que era possível a mim.

Ao amigo Aurecir por sua generosidade e apoio incondicional.

Ao meu amor de sempre Luiz Reinaldo que trouxe a possibilidade de ressignificar o afeto e a confiança.

NARCISO CEGO

Tudo o que de mim se perde
acrescenta-se ao que sou.
Contudo, me desconheço.
Pelas minhas cercanias
passeio – não me frequento.

Por sobre fonte erma e esquiva
flutua-me íntegra, a face.
Mas nunca me vejo: e sigo
com face mal disfarçada.
Oh que amargo é o não poder
rosto a rosto contemplar
aquilo que ignoto sou;
distinguir até que ponto
sou eu mesmo que me levo
ou se um nune irrevelável
que (para ser) vem morar
comigo, dentro de mim,
mas me abandona se rolo
pelos declives do mundo.

Desfaço-me do que sonho:
faço-me sonho de alguém
oculto. Talvez um Deus
sonhe comigo, cobice
o que eu guardo e nunca usei.

Cego assim, não me decifro.
E o imaginar-me sonhado
não me completa: a ganância
de ser-me inteiro prossegue.
E paio – pânico mudo –
entre o sonho e o sonhador.

Thiago de Mello

RESUMO

CASTRO, R. A. (2010) **A transmissão intergeracional na perspectiva de famílias sociais de uma instituição de abrigo.** 171 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto.

A situação do abandono e as condições estruturais das organizações de abrigo no Brasil são questões que têm suscitado atenção crescente, gerando intensos debates na contemporaneidade. O presente estudo focaliza o modelo de abrigo organizado a partir de famílias sociais que acolhem crianças em situação de risco psicossocial, até que seja possível sua reintegração à família consanguínea ou adoção por família substituta. A proposta de abrigo temporário não se cumpre na prática, uma vez que, para a maioria das crianças e adolescentes, essa medida se torna definitiva, até que completem sua maioridade legal, o que torna as famílias sociais substitutas suas únicas referências familiares, depois do rompimento dos vínculos afetivos com a família biológica. Este estudo teve por objetivo investigar os conteúdos da transmissão psíquica intersubjetiva presentes na díade mãe social-adolescente, no espaço familiar de abrigo. Participaram do estudo mães sociais e seus filhos adolescentes, oriundos de uma organização não governamental, totalizando 24 participantes. Foi utilizada como proposta metodológica a análise do discurso realizada a partir das histórias de vidas relatadas pelos participantes da pesquisa. As entrevistas foram realizadas individualmente e foram audiogravadas. Para alcançar o objetivo, três eixos da teoria psicanalítica serviram como referência: a construção psicanalítica sobre a família, a compreensão do contexto institucional e a transmissão psíquica intersubjetiva. Os relatos possibilitaram a identificação das marcas emocionais do abandono, da construção da parentalidade, da compreensão dos conteúdos compartilhados pela instituição de abrigo, das similaridades e diferenças entre mães sociais e adolescentes no que se refere aos mecanismos de defesa, interdições e vinculações estabelecidas. Os resultados indicaram que os vínculos construídos nas famílias sociais são marcados pela parcialidade, pelo pacto denegativo, pela violência e por interdições utilizadas para perpetuar a sua ordem interna e também a ordem institucional. Foi possível concluir que as relações familiares investigadas são marcadas por lacunas criadas, inicialmente, pela situação de abandono, perpetuação de padrões relacionais agressivos na família social constituída posteriormente e por mecanismos de defesa que, muitas vezes, dificultam ou impedem novas vinculações e o aprofundamento das relações sociais e consanguíneas.

Palavras-chave: Famílias sociais, mães sociais, abrigo, parentalidade, transmissão intergeracional.

ABSTRACT

CASTRO, R. A. (2010) **Intergenerational transmission from the perspective of social families of a housing institution.** 171f. Thesis (Doctorate) – Faculty of Philosophy Sciences and Languages, University of São Paulo. Ribeirão Preto.

The situation of abandonment and the structural conditions of housing organizations in Brazil are issues that have attracted increasing attention, generating heated debates in contemporary times. The present study focuses on the housing model organized by social families, which house children at psychosocial risk until their reintegration into their consanguineous family or are adopted by a foster family. The proposal of temporary housing is not fulfilled in practice, as, for most children and adolescents, this measure becomes permanent until they complete their legal majority, which makes social families their only reference of family after breaking affective bonds with their biological family. The aim of this study was to investigate the contents of intersubjective psychic transmission present in the dyad social mother-adolescent in the family environment of the housing organization. Subjects were social mothers and their teenage children from a non-governmental organization, totaling 24 participants. Discourse analysis was used as a methodological approach, and it was performed from the life stories reported by the participants. The interviews were conducted individually and were audio recorded. To reach the goal three axes of psychoanalytic theory were used as framework: the psychoanalytic construction of the family, understanding the institutional context and intersubjective psychic transmission. The reports permitted to identify the emotional scars of abandonment, the construction of parenting, understanding of the content shared in the housing institution, the similarities and differences between social mothers and adolescents with regard to the mechanisms of defense, interdiction and established attachments. The results indicated that attachments built in social families are marked by bias, by a denial pact, violence and interdictions used to perpetuate their internal order and also the institutional order. It was concluded that the investigated family relationships are marked by gaps initially created by the situation of abandonment, the perpetuation of patterns of aggressive relationships in the social family that is later comprised and defense mechanisms, which often hinder or prevent new attachments and the deepening of social and consanguineous relationships.

Keywords: social families, social mothers, housing, parenthood, intergenerational transmission

RÉSUMÉ

CASTRO, R. A. (2010) **La transmission intergénérationnelle du point de vue des familles d'accueil d'une institution de protection**. 171 f. Thèse (Doctorat) – Faculté de Philosophie, Sciences et Lettres, Université de São Paulo. Ribeirão Preto.

La situation d'abandon et les conditions structurelles des organisations d'accueil au Brésil sont des sujets qui suscitent une attention croissante et génèrent actuellement d'intenses débats. Cette étude se concentre sur le modèle d'hébergement organisé à partir de familles d'accueil, qui s'occupent d'enfants à risque psychosocial, jusqu'à ce que soit possible leur réintégration dans leur famille biologique ou leur adoption par une famille de substitution. La proposition d'accueil temporaire n'est pas mise en acte dans la pratique, puisque, pour la plupart des enfants et des adolescents, cette mesure est définitive, jusqu'à ce qu'ils complètent leur majorité légale, ce qui donne aux familles d'accueil le référentiel de l'archétype familial après la rupture des liens affectifs avec la famille biologique. Cette étude visait à étudier les contenus de la transmission psychique intersubjective présents en dyade mère d'accueil-adolescent, dans la famille d'accueil. Les participants à l'étude étaient des mères d'accueil avec leurs enfants adolescents, issus d'une organisation non gouvernementale, pour un total de 24 participants. L'analyse du discours obtenu à partir des récits vécus par les participants à la recherche a servi de proposition méthodologique. Les entretiens ont été menés individuellement et ils ont été enregistrés. Pour atteindre l'objectif, trois axes de la théorie psychanalytique ont servi de référence : la construction psychanalytique de la famille, la compréhension du contexte institutionnel et la transmission psychique intersubjective. Les rapports ont permis d'identifier les signes émotionnels de l'abandon, de la construction de la parenté, la compréhension des contenus partagés par l'institution de l'hébergement, des similitudes et des différences entre les mères d'accueil et les adolescents en ce qui concerne les mécanismes de défense, les interdictions et les relations établies. Les résultats indiquent que les relations édifiés dans les familles d'accueil sont empreintes de partialité, au moyen du pacte de dénégation, de la violence et des interdits utilisés pour maintenir l'ordre interne ainsi que l'ordre institutionnel. Il a été possible de conclure que les relations familiales étudiées sont empreintes de lacunes créées, en premier lieu, par la situation d'abandon, par la répétition de schémas relationnels hostiles dans la famille d'accueil formée ultérieurement et par des mécanismes de protection, qui entravent souvent ou empêchent de nouvelles relations ainsi que l'examen des rapports sociaux et biologiques.

Mots-clés: familles d'accueil, mères d'accueil, hébergement/ accueil, parenté, transmission intergénérationnelle.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	23
2. INTRODUÇÃO	27
2.1. O abrigamento em famílias sociais.....	28
2.2. A pesquisa e suas implicações.....	31
3. MARCO TEÓRICO.....	33
3.1. Abandono e acolhimento	33
3.1.1. Trajetória brasileira: das Rodas dos Expostos às políticas de acolhimento	37
3.1.2. O abrigamento em casas-lares	43
3.2. A visão psicanalítica sobre a família	44
3.3. Parentesco e parentalidade.....	47
3.3.1. O Complexo de Édipo e a parentalidade	49
3.3.2. As implicações da parentalidade	50
3.4. O contexto institucional.....	51
3.4.1. As idealizações, interdições de controle e morte na instituição	53
3.4.2. As instituições de atendimento à infância	56
3.5. A transmissão psíquica	57
3.5.1. O parentesco e a transmissão.....	61
3.5.2. A herança da violência	65
4. OBJETIVO GERAL	69
4.1. Objetivos específicos.....	69
5. MÉTODO.....	71
5.1. Participantes	73
5.2. Local	73
5.2.1. A fundação da instituição	74
5.2.2. As casas-lares	74
5.2.3. O provimento das casas-lares	75
5.3. Instrumento.....	75

5.3.1. Procedimentos de coleta de dados	76
5.4. Fundamentos teóricos para análise dos dados.....	78
5.4.1. Procedimento de análise dos dados.....	81
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO	83
6.1. A análise das transmissões nas díades	83
6.1.1. A díade Marilene e Adriano.....	84
6.1.1.1. A construção afetiva em torno da figura materna	84
6.1.1.2. Os obstáculos nas vinculações	89
6.1.1.3. A vinculação com a instituição: a projeção da mãe protetora.....	91
6.1.1.4. O mito do futuro.....	93
6.1.1.5. Síntese Adriano e Marilene.....	95
6.1.2. A díade Maiara e Ana	95
6.1.2.1. A relação com as figuras parentais	95
6.1.2.2. A representação do outro da relação familiar	98
6.1.2.3. A representação da instituição e suas relações.....	100
6.1.2.4. O futuro.....	102
6.1.2.5. Síntese Maiara e Ana	104
6.1.3. A díade Mara e Alice	104
6.1.3.1. A relação com as figuras parentais	105
6.1.3.2. Os vínculos pós-abrigamento.....	108
6.1.3.3. Os temores e as identificações	112
6.1.3.4. Síntese Mara e Alice	114
6.1.4. A díade Milena e Agnes.....	115
6.1.4.1. As alianças com as figuras parentais.....	115
6.1.4.2. Emergência e a interdição da sexualidade	118
6.1.4.3. Síntese Milena e Agnes.....	121
6.2. Os padrões relacionais na instituição.....	121
6.2.1. Os vínculos na instituição	122
6.2.1.1. O abandono	123
6.2.1.2. O pacto denegativo e a construção da parentalidade	126
6.2.2. As relações com características violentas	130
6.2.2.1. A transmissão da violência	130
6.2.2.2. A violência disciplinadora	133
6.2.3. A vivência edipiana e as interdições institucionais.....	136

6.3. Integração dos resultados	141
6.3.1. Sobre os mecanismos de defesa, vinculações e interdições expressos nas díades	141
6.3.1.1. Os mecanismos de defesa	141
6.3.1.2. As vinculações	143
6.3.1.3. As interdições	144
6.3.2. As marcas emocionais do abandono.....	145
6.3.3. As vinculações e a parentalidade.....	145
6.3.4. A instituição de abrigo a partir dos significados compartilhados pelas díades ..	146
6.3.5. Apontamentos sobre as transmissões psíquicas intersubjetivas	146
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	153
APÊNDICES	159
ANEXOS	161

1. APRESENTAÇÃO

A proposta deste trabalho é relatar a pesquisa que aborda a transmissão psíquica intersubjetiva, presente na díade mãe social-adolescente de uma Organização Não Governamental (ONG) que tem por finalidade o abrigamento de crianças e adolescentes segundo o modelo de famílias sociais. O foco da pesquisa foi a identificação de conteúdos que evidenciassem a transmissão intersubjetiva e intergeracional que se estabelece nessas duplas que conviviam juntas havia mais de dois anos, entendendo por isso como se davam as vinculações, defesas, interdições frente ao abandono que sofreram e a repercussão nas suas relações, além de compreender os conteúdos que eram compartilhados também pela instituição que os abrigava.

A justificativa para a realização do trabalho é bastante pessoal e envolve uma trajetória profissional e pessoal. Por isso, uso a primeira pessoa do singular para descrevê-la.

Nascida em uma família de oito filhos, sendo um deles adotivo, a escolha pela profissão seguiu uma tradição de quatro gerações, na linhagem materna, dedicadas ao magistério. O magistério, pela força outorgada pelas escolhas das mulheres que vieram antes de mim, pediu um engajamento precoce, e na adolescência iniciei o trabalho como professora de ensino fundamental, alfabetizando crianças.

O lugar de professora proporcionou uma rica experiência, durante mais de dez anos, com crianças oriundas de famílias que se apresentavam em arranjos os mais diversos: famílias formadas por mães solteiras e seus filhos; avós que assumiram o guarda dos netos; pais e filhos que conviviam num mesmo espaço com avós e tios, com autoridade compartilhada, crianças que tinham duas famílias recompostas, crianças que viviam em abrigos e chamavam algum dos colaboradores de mãe ou pai. Essas organizações familiares inquietavam, sobretudo, por ouvir no meio educacional que o bom rendimento dos alunos estava ligado a uma boa organização familiar. Diante de todos esses modelos, questionava sobre o que seria, então, uma “boa” organização familiar. Haveria, dentre todas aquelas famílias, uma que fosse ideal? Ou que suprisse amplamente as necessidades de uma criança? Seria possível relacionar o grau de adaptabilidade, o rendimento escolar, realização profissional e afetiva a um modelo familiar específico?

Em um outro arranjo profissional, já na vida adulta, a psicologia parecia conseguir dar respostas a essas inquietações. Dentro do curso encontrei a psicanálise e com ela uma leitura que passou a nortear as minhas inquietações.

Ao final da graduação, a psicologia e o magistério se aliam na carreira do magistério superior. Como psicóloga e professora universitária, meus interesses continuaram a se direcionar para a dinâmica das relações familiares, principalmente voltadas para a clínica psicanalítica aplicada ao atendimento de criança, adolescentes e adultos e o trabalho acadêmico com psicologia do desenvolvimento.

Esse novo momento profissional aconteceu logo depois de uma mudança geográfica e cultural muito significativa, ao sair da região Sul para a região Norte do país. O impacto cultural aguçou a percepção na direção de modelos relacionais muito diversos dos vividos até então. Identifiquei, naquela realidade, relações familiares nas quais a família extensa tinha um peso tão grande quanto o da família nuclear, mães que “entregavam” seus filhos mais velhos às avós maternas, como uma espécie de devolução para recompor um lugar vazio, aglomerações familiares que juntavam algumas gerações no mesmo espaço. Fenômenos que apontavam para outras possibilidades relacionais e familiares.

Por meio do ingresso no magistério superior foi que conheci e me engajei no trabalho de uma ONG destinada ao abrigo de crianças e adolescentes abandonados em sistema de casas-lares, no ano de 1994. O trabalho consistia em participar do processo de seleção das futuras mães e tias sociais que comporiam o quadro de funcionários da organização, oferecer treinamento em relação a aspectos psicossociais da infância e adolescência, atuar como facilitadora em grupos operativos nos quais se discutiam as experiências vividas no lugar de mães sociais, empreender visitas a famílias biológicas e fazer parte da equipe técnica composta por uma assistente social, o dirigente da organização e uma assistente administrativa.

Essa experiência tocou profundamente os conceitos e compreensões internalizados sobre famílias, já que passava a conhecer uma modalidade nova de família, as famílias sociais substitutas, como eram nomeadas nos parâmetros da própria organização. Quando uma criança era encaminhada à organização, sua guarda era concedida ao dirigente e este a encaminhava para uma das famílias sociais já organizadas, para serem criadas nessa família.

A partir de então, a orientação psicanalítica que adotava ampliou-se e deu lugar também à pesquisa e atuação em psicanálise institucional, com foco na instituição familiar, inicialmente de forma pessoal, no trabalho direto dentro dessa organização, depois de dois anos, como voluntária e mediadora de ações de extensão da Universidade Federal do Amazonas, voltadas para as famílias sociais.

O trabalho compreendia o acompanhamento de estudantes de graduação e pós-graduação em Psicologia que desenvolviam pesquisas de campo na área institucional e familiar, intervenções por meio de trabalhos de grupo com os membros das famílias sociais.

Chamava a atenção, nas supervisões dos grupos de estudantes, as representações sobre os funcionários e abrigados da organização e como as suas visões eram tecidas em torno das noções de família, papéis ocupados e sua mobilidade dentro da dinâmica familiar, os sinais de reconhecimento e desconhecimento que se mostravam nos discursos, o lugar em que se colocavam nos discursos, além do tipo de relação que estabeleciam com os alunos. Como funcionavam vários grupos coordenados pelos estudantes, era possível também perceber determinados conteúdos que percorriam os discursos de vários sujeitos em diferentes grupos. Surgiu, nesse momento, o interesse por uma investigação que conseguisse alcançar esses conteúdos compartilhados.

Além do trabalho indireto, no lugar de supervisora dos grupos que atuavam na organização, que ocorreram durante dez anos aproximadamente, minha relação com os atores da organização se dava também em encontros sociais, visitas ocasionais às casas-lares em situações de grupos operativos coordenados pelos estudantes, reuniões com a equipe técnica para discussão e avaliação dos estágios, realização de grupos operativos em momentos tidos como críticos dentro da organização, realização de palestras destinadas à comunidade intra e extramuros da instituição. Essa ação mais direta iniciou-se em 1994 e perdura até os dias de hoje.

Apesar dessa história de trabalho dentro da organização, a decisão pela realização da pesquisa de Doutorado nesse contexto não foi imediata ou simples, pois envolvia questionamentos sobre isenção, capacidade de distanciamento, capacidade de empreender uma releitura crítica dos conteúdos com os quais eu me deparava desde o meu ingresso, além das relações de afetividade construídas com os indivíduos.

A decisão aconteceu depois do contato e orientação do Prof. Dr. Manoel Antônio dos Santos que, com um olhar externo e isento, instigou-me a considerar a experiência como enriquecedora não apenas para mim, como pesquisadora, mas para os indivíduos da instituição. Percebi que a riqueza de contato, o conhecimento acumulado sobre as relações e práticas, os diversos lugares que já havia ocupado na organização, de fato ou no imaginário das pessoas e, principalmente, o desejo de empreender um estudo inédito com aquela população, não poderiam ser desprezados. Além disso, a pesquisa e a devolução dos seus resultados seria uma maneira de devolver àquele grupo um pouco do que haviam acrescentado em minha história profissional e pessoal.

Assim, a pesquisa que apresento neste momento não se limitou a uma coleta de dados de um ano, tempo da realização das entrevistas individuais e de grupos operativos, mas é o resultado da trajetória de 16 anos de trocas e crescimento mútuo e contínuo.

Considerando essas questões, acredito que este seja um trabalho de investigação e análise que não se restrinja à compreensão das transmissões intersubjetivas nas díades da instituição de abrigo, mas que possibilite um reordenamento dos trabalhos de pesquisas e ações de intervenção voltados para a organização e para o desenvolvimento de seus membros.

Para que o leitor se situe neste trabalho, exponho seus eixos de organização. A estrutura foi constituída assim: no item introdução, apresento o problema da pesquisa, suas implicações sociais e princípios teóricos; no terceiro capítulo, a compreensão teórica sobre o abandono e acolhimento, a família sob uma perspectiva psicanalítica, parentesco e parentalidade, o contexto institucional e a transmissão psíquica; no quarto, os objetivos do trabalho; no quinto capítulo, o método; no sexto, os resultados, discussão e análises; no sétimo, as considerações finais.

2. INTRODUÇÃO

A sociedade civil e o Estado brasileiro enfrentam um problema complexo e que se estende ao longo de sua história: o abandono e exposição de crianças e adolescentes à situação de risco pessoal e social. Pessoas que precocemente são privadas de condições de sobrevivência, por parte dos pais, familiares ou cuidadores, vítimas de maus-tratos e exploração física, emocional ou sexual, características que, juntas ou isoladas, são passíveis da intervenção do Estado.

O fenômeno foi relatado desde os primórdios da história da humanidade em documentos como a Bíblia e o código babilônico de Hamurabi que trazem histórias sobre o abandono, infanticídio, assim como recomendações sobre a adoção. Marcílio (2006) entende que as causas para o abandono eram as mais variadas: deficiências físicas e mentais, pobreza extrema dos pais, desconfiança sobre a fidelidade das mães, como protesto político ou, ainda, para não dividir heranças. Apesar da relevância e complexidade do fenômeno, o foco deste trabalho está numa das formas de encaminhamento do abandono, o abrigo e as relações construídas nas instituições destinadas a esse fim.

Na atualidade, dois são os destinos mais recorrentes nas situações de abandono: as entidades de abrigo ou as ruas. As primeiras são regidas por lei, hoje, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990). O Estatuto, criado para garantir um atendimento humanitário em situações de vulnerabilidade, precariedade da saúde, educação, liberdade, dignidade e a convivência familiar e comunitária, defende a família nuclear e consanguínea como o padrão hegemônico de organização familiar e social, o modelo ideal para o desenvolvimento das potencialidades de crianças e adolescentes, o que justifica a atenção primeira, defendida pelo documento, ao fortalecimento dos vínculos familiares. Quando a família não apresenta condições para o acolhimento de crianças e adolescentes em situação de risco, é tarefa do Estado o seu abrigo provisório, até que possam voltar para suas famílias ou, ainda, serem encaminhados a famílias substitutas.

O capítulo II, que trata das entidades de atendimento, aponta para as responsabilidades das entidades. Segundo o Artigo 90 (ECA), as entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes, em regime de: orientação e apoio sociofamiliar, apoio socioeducativo em meio aberto, colocação familiar, abrigo, liberdade assistida, semiliberdade e internação. Quanto aos princípios (Art. 91 do ECA), as entidades devem: preservar os vínculos familiares (consanguíneos); integrar em família

substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem; oferecer atendimento personalizado e em pequenos grupos; desenvolver atividades em regime de coeducação; não desmembrar grupos de irmãos; evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados; favorecer a participação na vida da comunidade local; preparar os abrigados de forma gradativa para o desligamento e facilitar a participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

O texto da lei defende a ideia de um abrigo temporário, já que as crianças devem ser encaminhadas, preferencialmente, de volta às famílias de origem ou, na sua impossibilidade, para famílias substitutas. Contudo, não menciona o que acontece quando nenhuma dessas alternativas se concretiza. Apesar de a lei não prever a resolução que não seja a ideal, a realidade brasileira é que, as entidades que a princípio acolheriam, temporariamente, crianças e adolescentes em situação de abandono, por não conseguirem fazer cumprir o que preconiza a lei, se tornam seus lares permanentes.

Nesses casos, chama atenção a constituição da subjetividade dos abrigados, que poderá ser marcada pelos modelos relacionais existentes na instituição de abrigo, por sua cultura de atendimento, pela inclusão ou exclusão nos grupos e subgrupos que compõem a instituição, pelos seus mitos e ideais e formas de enfrentamento da realidade. Na compreensão de Kaës (1991) sobre a experiência grupal e institucional, a influência será determinante, pois o grupo precede e determina o indivíduo, inscrevendo-o nas suas malhas e nos seus discursos, constituindo assim a sua estrutura e identidade.

2.1. O abrigo em famílias sociais

A pesquisa focalizou um tipo específico de entidade de abrigo, as chamadas famílias sociais substitutas, caracterizadas por uma modalidade não biológica e consanguínea de filiação. É um tipo de família organizada a partir de dois atores: de um lado alguém que aceita, como profissional, desenvolver o papel de cuidador; de outro, alguém que, em situação de abandono ou risco social, é encaminhado para ela. Esse arranjo é chamado de família social e existe exclusivamente ligado às organizações governamentais e não governamentais.

A proposta de trabalho dessas instituições de abrigo atende ao que preconiza o ECA (Brasil, 1990), na sua política de desinstitucionalização, que rejeita os modelos institucionais organizados a partir de grandes internatos e orfanatos, onde as crianças eram tidas como um número, sem identificação pessoal, com uma estrutura física de grandes dormitórios com camas alinhadas em corredor e grandes refeitórios, onde imperava o toque de

silêncio, resultando em total despersonalização da criança. A adoção desse modelo pelo ECA (1990) foi alcançada por meio de esforços de organizações não governamentais e movimentos populares que defendiam a ideia do pequeno abrigo, aberto para a comunidade social que o rodeia e de caráter transitório.

A constituição de famílias sociais substitutas, pelo Estado ou por organizações não governamentais, é uma dessas adaptações que visam a atender crianças em situação de risco. A pesquisa, aqui apresentada, foi realizada com esse tipo específico de abrigo, aquele organizado a partir de uma concepção de casas-lares e famílias sociais substitutas.

A proposta da organização não governamental que abrigou a pesquisa prevê um trabalho de assistência apoiado em dois programas: um de acolhimento, que atende a crianças encaminhadas pelo Juizado da Infância e da Adolescência, em situação de vulnerabilidade social, e outro de fortalecimento à comunidade para prevenção do abandono.

No primeiro programa, as crianças que necessitam do abrigo são encaminhadas para uma casa-lar, dentro do espaço físico da organização, aos cuidados de uma mãe social, até o momento em que tiver condições de retornar à sua família consanguínea, passar por um processo de adoção ou completar 18 anos.

O segundo programa, o de fortalecimento, é destinado aos atores das famílias da comunidade. Para os pais e mães, o programa oferece estratégias de profissionalização; para filhos, apoio pedagógico por meio de educadores sociais que desenvolvem atividades lúdicas e alternativas que visam à socialização, ao desenvolvimento cognitivo, à educação doméstica, além da conscientização de direitos e deveres.

A investigação, aqui apresentada, se deu no primeiro programa, o de acolhimento dentro de casas-lares, mediante famílias sociais substitutas, sob os cuidados de uma mãe social, enfocando os conteúdos subjetivos compartilhados por esses atores, numa instituição composta por doze casas-lares.

No Brasil, as instituições de abrigo têm atraído a atenção de pesquisadores de diversas formas, reforçando os dados científicos sobre elas. Como exemplo, Marcílio (2006) resgata a trajetória do abandono, desde a Antiguidade até o Brasil contemporâneo, apresentando as políticas públicas elaboradas para a proteção da infância, e a organização das instituições de abrigo ao longo da história. Rizzini e Rizzini (2004) analisam os aspectos sócio-históricos da institucionalização de crianças no país. Fonseca e Schuch (2009) organizam os resultados de estudos sobre os sistemas de abrigos, com ênfase nos lares substitutos. Cavalcante (2007) que estudou a institucionalização precoce e prolongada de crianças destaca suas implicações e consequências no processo de desenvolvimento. Já

Nogueira (2004) trabalha as interações, relações e trocas entre mães sociais e seus filhos, também em abrigos do tipo casa-lar, principalmente no que se refere aos cuidados corporais de crianças de zero a três anos.

Trabalhando em uma outra abordagem do fenômeno, a investigação deteve-se, também, nesse tipo de arranjo familiar, construído dentro de abrigos em sistema de casa-lar, com ênfase nos conteúdos subjetivos partilhados por mães sociais e seus filhos sociais adolescentes que apresentavam tempo superior a dois anos de convivência.

Esse arranjo familiar se mostrou, ao longo dos anos de trabalho na organização, um desafio à compreensão, por ser extremamente complexo e diverso. Apesar das características coletivas desses atores que ali adentram, no lugar de mãe social ou no da criança e adolescente em risco social, havia características muito particulares em cada um dos participantes, com seus conteúdos pessoais e intrapsíquicos, outros conteúdos compartilhados pelo grupo formado pelas famílias sociais e outros, ainda, compartilhados pela instituição como um todo.

A título de exemplificação, verifica-se que uma característica compartilhada pelos abrigados e pelas mães sociais são os sentimentos contraditórios em relação ao estabelecimento de vínculos afetivos, o que pode estar vinculado à incerteza sobre o tempo de permanência do abrigado e também da mãe social ali. Isso se justifica, pois essa modalidade de atendimento pode ser tanto transitória, nos casos em que acontece o retorno à família biológica ou a adoção por uma família substituta, quanto permanente, para as crianças e adolescentes que, pelos mais diversos motivos (sexo, características físicas, impossibilidade de retorno à família biológica, possuir irmãos biológicos na instituição, citando alguns poucos fatores impeditivos), não conseguem as soluções anteriores. A mãe social, como funcionária da instituição, poderá perder o seu vínculo empregatício a qualquer momento ou, ainda, desligar-se por vontade própria, rompendo dessa maneira o vínculo afetivo construído com os filhos sociais. A vivência emocional desses indivíduos é paradoxal, já que, a instituição pode se apresentar tanto como um lugar seguro, como também um lugar gerador de ansiedade em função de sua transitoriedade. A criança, que provém de uma família que ela perdeu ou por quem foi abandonada, encontra na família social a possibilidade de constituir novos vínculos afetivos e, concomitantemente, anuncia uma nova perda. Como se pode investir em um relacionamento que poderá ser interrompido a qualquer momento?

2.2. A pesquisa e suas implicações

Para autores como René Kaës (1991, 2001, 2005), Alberto Eiguer (1998), Jean Claude Rouchy (2005), a inserção em um grupo torna o indivíduo participante de um encontro que envolve investimentos pulsionais e a constituição de uma pluralidade que involucra uma relação constante entre os componentes intrapsíquicos e intersubjetivos, da qual resulta a utilização de mecanismos de defesa comuns, sem que isto seja consciente.

A investigação dos conteúdos da transmissão psíquica intersubjetiva, que acontece na díade mãe social-adolescente, no espaço familiar de abrigo, possibilitou a compreensão de algumas dinâmicas inconscientes das relações grupais e institucionais, além de favorecer o entendimento de conflitos, defesas e ansiedades que tensionam essas relações.

Foi nesse viés que ocorreu a busca por respostas para as indagações levantadas no decorrer dos contatos com a organização, investigando os conteúdos compartilhados, a transmissão psíquica nas relações que se estabelecem naquele lugar e, de forma específica, com aqueles grupos familiares. Segundo Kaës (2001), o grupo precede o indivíduo, o sustenta e mantém, por meio de uma matriz de investimentos e de cuidados; apresenta objetos, designa lugares, traça vias de realização, indica limites e enuncia interditos. Dessa maneira, não existe psiquismo, sem que assim se processe. O indivíduo convive com seus traços e, ao mesmo tempo, os desconhece, sendo esta uma importante compreensão que fundamenta as considerações deste trabalho.

A transmissão psíquica intergeracional é um fenômeno que envolve as relações imaginárias, reais e simbólicas entre os sujeitos, sendo que é no grupo familiar que se dá a origem do mesmo. A instituição familiar precede ao indivíduo e está organizada a partir de leis e relações específicas que envolvem diferenças e complementaridades entre os seus membros. Segundo Trachtenberg (2005), é no conjunto intersubjetivo que serão apresentados os enunciados referentes às proibições fundamentais, assim como as relações de desejo que estruturarão os vínculos e as identificações.

A pesquisa da transmissão num espaço complexo como o de uma instituição de abrigo justifica-se pelo entendimento de que as relações afetivas, construídas a partir de representações calcadas em conteúdos inconscientes, ali existentes ainda foram pouco investigadas. A investigação das transmissões intergeracionais forneceu subsídios capazes de suscitar novas discussões e, conseqüentemente, a possibilidade de repensar a cultura institucional e sua política de intervenções intramuros, assim como o processo de reinserção dos adolescentes, ao final de sua permanência por adoção ou ao atingir a idade-limite. É

possível, dessa forma, que se contribua para o estudo das instituições de abrigo, tomando como referência a subjetividade dos indivíduos a quem são destinadas.

Por outro lado, a proposta de uma leitura psicanalítica das relações grupais, num grupo com as características familiares, mas organizado em sistema de abrigo pode representar uma nova compreensão da teoria da transmissão psíquica, já que, a princípio poderia parecer um equívoco investigá-la entre indivíduos que, de algum modo, não têm acesso à sua família biológica e muito menos às gerações que o antecederam, porém, é exatamente este o ponto de partida. Os protagonistas da pesquisa participam de uma família, a família social, na qual construíram vínculos e convivem com os legados que caracterizam o funcionamento desse grupo. Há também ali conteúdos que são compartilhados e, além disso, existe uma instituição que os precede, que lhes transmite legados e interdições. Assim, o trabalho se construiu na articulação entre a psicanálise institucional e a teoria da transmissão psíquica.

Mais especificamente, as análises se dão a partir da teoria da transmissão intersubjetiva, num contexto intergeracional, ou seja, entre indivíduos de uma mesma geração. A realidade intersubjetiva é descrita por Kaës (2001) como aquela que interpreta as localizações correlativas dos sujeitos em suas relações imaginárias, simbólicas e reais. Dessa maneira com a pesquisa, analisam-se os conteúdos subjetivos compartilhados por indivíduos que vivem numa instituição de abrigo, organizada a partir de um modelo familiar.

Para a análise desses conteúdos, segundo Trachtenberg (2005), considera-se o indivíduo inserido em um grupo, não só como seu beneficiário ou herdeiro, mas como alguém que adquire ativamente aquilo que lhe é transmitido, o que permite que se situe na geração em que vive e inscreva-se como elo de uma cadeia grupal. Frente a esses pressupostos, formula-se a seguinte pergunta de pesquisa: *Como se processam as transmissões intersubjetivas nas díades mãe social-adolescente que convivem em instituição de abrigo?*

3. MARCO TEÓRICO

Para empreender esta pesquisa, foi necessário, em primeiro lugar, situar a realidade das instituições de abrigo, a partir de uma contextualização histórica e social e, em seguida realizar uma leitura psicanalítica dos dados. Para subsidiar esse processo, várias compreensões teóricas dentro da própria psicanálise foram utilizadas, principalmente pelo contexto psicossocial dos participantes, pela articulação entre a produção dos relatos e o contexto institucional, além da transmissão de conteúdos que acontece tanto no espaço intra e interfamiliar, buscando fundamentá-los a partir da visão psicanalítica em três eixos. Primeiro, da construção psicanalítica sobre a família, resgatando Freud (1921) e Roudinesco (2003), com a sua contextualização histórica; a seguir Solis-Ponton (2004), Lebovici (2004) e Houzel (2004), abordando o conceito de parentalidade e os seus desdobramentos.

O segundo eixo que favorece a compreensão do contexto institucional, que abriga e se articula com o primeiro, é aqui exposto por meio das ideias de Kaës (1991), Rouchy (2005), Enriquez (1991) e Fustier (1991).

O terceiro, da transmissão psíquica intersubjetiva, articula e integra os dois primeiros e é apresentado a partir das concepções de Kaës (2001), Trachtenberg (2005), Eiguer (1998), Kopittke (2005) e Fustier e Aubertel (1998).

3.1. Abandono e acolhimento

Antes de iniciar a discussão sobre a situação de acolhimento familiar, suas características e implicações, é necessário apresentar um tema que antecede a sua existência e necessidade de criação, o abandono de crianças. Esse é um fenômeno que acompanha a humanidade desde os seus primórdios.

De acordo com Marcílio (2006), os primeiros registros sobre esse importante problema social datam do segundo milênio a.C., no Código Babilônico de Hamurabi, que traz recomendações sobre o abandono e adoção. A Bíblia também menciona casos de abandono, considerando-os aceitos em situações extremas, como a pobreza, por exemplo.

A mitologia e filosofia gregas relatam casos de abandono como os de Édipo e Júpiter, além, de sugestões de obrigações cívicas, que incluíam não ter filhos além do que se pudesse manter. Platão defendia que os pobres não tivessem filhos ou, se tivessem, que esses fossem criados em lares que pudessem fazê-lo. Já Aristóteles defendia a limitação do número de filhos pelo aborto e também o abandono como uma forma de controle do tamanho da família.

Entre os romanos o abandono e o infanticídio eram também bastante comuns, o que motivou a elaboração de um conjunto de leis que buscavam a regulamentação desses atos. Segundo Marcílio (2006, p. 25):

Ricos e pobres abandonavam filhos na Roma Antiga. As causas eram variadas: enjeitavam-se ou afogavam-se as crianças malformadas; os pobres, por não terem condições de criar os filhos, expunham-nos, esperando que um benfeitor recolhesse o infeliz bebê; os ricos, ou porque tinham dúvidas sobre a fidelidade de suas esposas ou porque não teriam tomado as decisões sobre a distribuição de seus bens entre os herdeiros já existentes.

A autora estima que os romanos abandonavam cerca de 20% a 40% de seus filhos, nos três primeiros séculos de nossa era. Em 318, o imperador Constantino, primeiro imperador cristão da história romana, promoveu, diante desse cenário, uma profunda alteração nas leis sobre a exposição de crianças. As leis passaram a defender a perda do pátrio poder do pai biológico após o abandono, assegurando o direito definitivo a quem criava o enjeitado, que lhe garantia a possibilidade, até mesmo, de torná-lo escravo. Além disso, os pais que abandonavam seus filhos – os quais viessem a óbito – passaram a ser considerados como criminosos.

O abandono começa, ainda que de maneira incipiente, a ser encarado como um problema social e moral, necessitando de leis e manejos de controle. Marcílio (2006) sinaliza a existência de três fases distintas quanto à abordagem e formas de acolhimento e controle do abandono. A primeira fase foi a das fundações piedosas e caritativas e ocorreu durante a Idade Média, a segunda, a filantropia e situou-se entre os séculos XVIII, XIX e parte do XX e a terceira, a fase atual, é a do Estado Previdência ou Estado do Bem-Estar Social.

A fase das fundações piedosas e caritativas, que marcou a Idade Média, foi constituída, principalmente, pelo predomínio dos ideais cristãos que defendiam a pobreza como uma condição de aproximação de Deus e a misericórdia um exercício de beneficência e dever dos cristãos. O abandono, que continuava sendo praticado cotidianamente em todas as áreas da Europa Ocidental, contava então com o amparo desses ideais. O acolhimento dessa prática não era uma unanimidade, já que alguns povos, como os visigodos, dispunham de códigos civis que previam punições nos casos de abandono e ainda pagamentos para quem criasse um menor até os dez anos de idade.

A manifestação da Igreja a respeito do abandono e da exposição de crianças pode ser lida nos Penitências, espécie de manuais de confessores que elencavam o que era ou não considerado pecado, publicados entre os séculos VI e VII e nos decretos canônicos que defendiam questões como: um pai, em condições de pobreza, poderia vender o filho como

escravo, sem que isso fosse considerado um pecado; o infanticídio tinha sua pena reduzida em casos de pobreza comprovada da mãe ou do pai; o infanticídio era o mal mais grave e o abandono, um mal menor.

Ainda na Idade Média, os mosteiros tornaram-se os refúgios para muitas crianças abandonadas, onde os monges, tidos como pais de criação ou espirituais, os alimentavam, vestiam e educavam nos preceitos religiosos. Em contrapartida a criança ficava confinada por toda a vida, sem direito a ter propriedades, deixar os mosteiros ou casar-se, numa condição muito próxima à escravidão. Esses foram uma das primeiras configurações de abrigo da história.

O período compreendido entre os séculos XI e XIV foi marcado pela emergência da caridade pública ou iniciativas coletivas de obras de misericórdia que atendiam tanto às necessidades materiais como espirituais dos assistidos. Essas obras, como pequenos hospitais para desamparados e pobres, leprosários, albergarias, hospícios e asilos, multiplicavam-se nas cidades da Europa e eram organizadas por laicos e autoridades civis que buscavam o controle sobre as instituições de assistência, o que aconteceu ao final do século XIII.

Apesar dessas iniciativas, os casos de infanticídios, crianças abandonadas e desassistidas também avançavam muito, a ponto de o papa Inocêncio III, sensibilizado com o grande número de crianças que eram jogadas no rio Tibre, atribuir, segundo Marcílio (2006), ao hospital do Santo Espírito em Roma a responsabilidade de receber as crianças abandonadas daquele lugar. É aí que se cria a primeira roda dos expostos, artefato de madeira fixado, parecido com um armário cilíndrico com um dos lados abertos, girando em torno de um eixo vertical. A criança enjeitada era colocada na parte aberta do armário, que girado trazia-a para dentro das dependências da instituição de abrigamento. O artefato contava também com uma campainha na sua parte externa, que acionada, avisava a chegada da criança. Dessa maneira, os pais ou quem quer que abandonasse a criança não precisavam se identificar.

Sobre a trajetória das crianças deixadas nas rodas, de acordo com Marcílio (2006), a primeira providência era a busca por informações sobre o batismo da criança, na sua ausência ou dúvida, batizava-se novamente. Depois disso o enjeitado era encaminhado a uma ama de leite para ser amamentado e criado, geralmente na casa dessa mulher. Passado o período de amamentação, a criança era trazida novamente ao hospital dos expostos para serem introduzidos no mundo do trabalho, no caso dos meninos, encaminhadas precocemente ao casamento, no caso das meninas, ou ainda, adotados por famílias que utilizavam o seu trabalho como complemento para a mão de obra familiar.

O período entre os séculos XIV e XVIII foi marcado pela criação de grandes estabelecimentos hospitalares e de assistência, para atender a crescente população de expostos, com uma participação mais efetiva do Estado em sua proteção sem, no entanto, solucionar problemas como a mortalidade das crianças sob os cuidados das amas de leite mercenárias. As amas eram geralmente muito pobres, sem princípios de higiene e noções de alimentação infantil, sem preparo para acolher as crianças, o que resultava numa alta mortalidade dos expostos. Cerca de 60% dos expostos morriam antes de completar um ano de vida.

O século XVIII foi marcado por mudanças calcadas em novas concepções ideológicas, percebidas nas críticas direcionadas à Igreja e nas ideias de produção e utilitarismo que fundamentaram a emergência da filantropia, como tendência de substituir a caridade religiosa pela beneficência pública. A alta mortalidade dos expostos, analisada a partir da visão utilitarista, era percebida como um desperdício de vidas que poderiam ser úteis à nação trabalhando como soldados, desenvolvendo os serviços mais pesados, sendo enviados às colônias europeias na América e África. Assim, a atenção aos expostos é, então, considerada como uma necessidade de ordem pública. De acordo com Marcílio (2006, p. 75):

Desse modo, a filantropia é filha do Humanismo, do Higienismo e da Revolução Industrial (liberal e urbana). Ela queria impedir o afundamento da ordem social, do Estado, da civilização. E, inicialmente, seus objetivos foram a supressão da pobreza e a melhoria da situação dos operários e de seus filhos, a partir da adoção de uma estratégia pedagógica e educativa.

Para além dos ideais, a fase da filantropia deixou, como um legado prático, novas formas de proteção à infância com a criação de grandes instituições de abrigo como asilos, colônias, orfanatos, creches e colégios com o objetivo de regenerar crianças abandonadas e jovens delinquentes por meio do trabalho e da reclusão. Essas instituições, constituídas sobre noções de saúde, cientificidade e modernidade, eram criadas e mantidas por associações e confrarias laicas, protestantes e católicas. A atuação filantrópica, defensora da moralização e da restauração da vida familiar, apontava para a precariedade do sistema que ainda mantinha as amas de leite mercenárias e as rodas dos expostos, que ao final do século XIX, foram, aos poucos, extintos na Europa.

Suas práticas e ideais funcionaram também como desencadeadores de leis de proteção à infância por toda a Europa na primeira metade do século XX, como leis sobre a adoção e, mais tarde, a Declaração dos Direitos da Criança, criada pela ONU em 1959.

A fase filantrópica encerrou-se quando os governantes começaram a perceber, principalmente, ao final da Segunda Guerra Mundial, que os manejos existentes já não atendiam às necessidades de proteção à infância, emergindo uma nova possibilidade de resolução, a intervenção do Estado, ou a criação do Estado do Bem-Estar Social, a terceira fase no atendimento aos abandonados. Segundo Marcílio (2006), foi somente a partir dessa fase que a criança tornou-se, na lei, sujeito do Direito, partícipe da cidadania.

É importante resgatar, neste momento, a trajetória da assistência às crianças abandonadas no Brasil, finalizando com o sistema de acolhimento conhecido como lares substitutos.

3.1.1. Trajetória brasileira: das Rodas dos Expostos às políticas de acolhimento

No Brasil, a assistência também passou por fases semelhantes às ocorridas na Europa, porém com características bem distintas. A primeira delas, a fase caritativa, perdurou do período colonial até meados do século XIX e se apresentou de três maneiras: duas formais e uma informal. Uma das iniciativas formais tratava da vigência de um modelo português, em que cabia às Câmaras Municipais a responsabilidade pela assistência, sendo que impossibilitadas de uma atuação adequada transferiram as suas incumbências para as Santas Casas de Misericórdia. Outra iniciativa formal foi a criação da Casas dos Expostos e o Recolhimento de meninas pobres, sempre em convênio com as religiosas das Misericórdias.

A terceira, e mais importante, principalmente pela sua disseminação e número de crianças atendidas, foi informal e ocorreu principalmente no Brasil: os filhos de criação de um grande número de famílias. As crianças que eram deixadas nas portas das casas de famílias abastadas ou não, ou buscadas nas rodas dos expostos eram criadas como filhos legítimos, porém com a função de trabalhar nos serviços domésticos das casas. Essa prática era amplamente difundida em todo o país e tida como um ato de piedade cristã, pois trazia como vantagens uma mão de obra gratuita e mais eficiente que a dos escravos, pois era atrelada a sentimentos de afeição e fidelidade, além de uma ajuda pecuniária das Câmaras locais ou das rodas dos expostos.

Essa prática de acolhimento informal dava também maiores condições de sobrevivência, além de representar melhores oportunidades de trabalho e casamento para os expostos. Por outro lado, não havia garantias de que recebessem um melhor tratamento do que aqueles que cresciam nas instituições.

Apesar dessas ambiguidades, a assistência oferecida informalmente era bem mais eficiente que as formais, ligadas na sua maioria às Santas Casas de Misericórdia que se mostraram omissas e parciais, com um elevado índice de mortalidade e de crianças que perambulavam pelas ruas, servindo-se apenas da caridade das famílias para a sua sobrevivência.

As dezenas de Rodas dos Expostos criadas no Brasil, principalmente nas grandes cidades e capitais, durante a fase caritativa estiveram sempre ligadas às Santas Casas de Misericórdia. A primeira foi criada em Salvador em 1726 e a última a ser fechada foi a Roda de São Paulo em 1951. Esse longo tempo de existência e o número de Rodas não foram suficientes para atender a infância abandonada do Brasil, pois, na sua maioria, funcionaram precariamente em prédios improvisados e inadequados, sem os equipamentos necessários, com poucas verbas e profissionais preparados, dificuldades que motivaram grandes debates sobre a sua existência.

Por volta da metade do século XIX até a metade do século XX, outra fase se estabelece na assistência e acolhimento das crianças abandonadas, a fase filantrópica. De acordo com Marcílio (2006, p. 191), essa fase foi constituída em um contexto de mudanças sociais significativas no Brasil:

Mas, além da abolição da escravatura, nesse período também ocorreram: a queda da Monarquia; separação da Igreja e do Estado; a quebra do monopólio religioso da assistência social; o avanço da legislação social pró-infância; a instituição do estatuto legal da Adoção; a construção dos Direitos da Criança; as grandes reformas do ensino da década de 1930 (de Francisco Campos) e de 1961 (das Diretrizes e Bases da Educação); e a emergência do Estado-Protetor, ou do Estado do Bem-Estar Social (década de 1960).

Assim como na Europa, embora que tardiamente, as concepções humanistas, iluministas e higienistas baseavam as mudanças que se processavam e apontavam a filantropia, como uma forma de prestar assistência à criança com bases científicas e com aparelhos e condições estruturadas que cuidassem principalmente do seu corpo. A medicina, o direito e a educação lançam propostas para a implantação de cientificidade na prática assistencial, defendendo o combate da mortalidade infantil, cuidados com o corpo, o aprendizado de conhecimentos relativos às doenças infantis, introdução da Pediatria e Puericultura, campanhas de higiene e saúde pública, entre outros.

Essas novas concepções trouxeram à tona a discussão sobre a utilidade e a continuidade das rodas, que representavam, ainda, uma posição caritativa na abordagem da assistência aos abandonados. Na década de 1920, uma ação conjunta de médicos e juristas deu

forças à campanha pela extinção das Rodas dos Expostos, concretizada no Código de Menores de 1927, no seu artigo 15. Porém, somente na década de 1950 foi extinta a última Roda.

Durante a fase filantrópica, inúmeras instituições totais de internamento foram criadas no país e tinham como objetivo oferecer um ambiente físico adequado, além de disciplina e programas de profissionalização que preparassem crianças e adolescentes para uma atuação ordeira e produtiva para a sociedade, mas que eram, antes de tudo, instrumentos de segregação. Geralmente, essas instituições reuniam um grande número de pessoas que, na sua maioria, eram distribuídas nesses abrigos, por gênero.

No Amazonas, o estado da nossa pesquisa, um desses abrigos foi a Casa dos Educandos Artífices de Manaus, criada pela Lei Provincial de 21 de agosto de 1856, destinada a meninos que eram instruídos nas oficinas de chapelaria e outros ofícios, aulas de alfabetização, música e trabalhos agrícolas. Para as meninas, foi criado o Colégio Nossa Senhora dos Remédios, que durou apenas de 1859 a 1862.

Durante a fase filantrópica, duas contribuições jurídicas foram bastante relevantes para o seu fortalecimento, o Código de Menores de 1927 e a Constituição de 1939 que abordaram a educação da infância e da juventude, como uma responsabilidade do Estado. Apesar de as leis defenderem a ação do Estado, este só assume o papel de interventor na década de 1960, momento da emergência da terceira fase na assistência de crianças abandonadas, fase do Estado do Bem-Estar do Menor.

Um dos marcos dessa fase foi a fundação em 1964, já durante o regime militar, da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a Funabem, com o objetivo de formular e implantar políticas nacionais que favorecessem o menor, a partir de estudos dos problemas existentes. Além disso, deveria, também, coordenar e fiscalizar as instituições que executassem essas políticas. Entretanto, os objetivos propostos pela Funabem, assim como sua atuação, não estavam em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos da Criança, o que provocou pressões de instituições governamentais e não governamentais e a elaboração de um Estatuto do Menor, em 1979. Esse estatuto definia que toda criança deveria ser assistida no seio da família, consanguínea ou ainda substituta, cabendo ao Estado não somente favorecer o acolhimento familiar dos abandonados, mas prevenir e corrigir as causas dos desajustamentos. O Estado deveria também criar órgãos de recepção, triagem, observação e a permanência dos menores, atribuições pretendidas com a criação da FEBEM, por exemplo, uma adaptação das instituições totais já existentes.

Apesar dessa redefinição de postura em relação ao abandono, presenciava-se um aumento da pobreza, das crianças e adolescentes que cresciam nas ruas e também da violência praticada contra elas. Paralelamente, a sociedade presenciava a violação dos direitos das crianças e adolescentes pela polícia e pelas instituições criadas para protegê-los.

Nesse contexto acontecem, como resultado de muitas lutas dos movimentos sociais, as discussões de posições antagônicas para a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Em 13 de julho de 1990, a Lei 8069, o ECA é promulgado e sua vigência oficializada em outubro do mesmo ano, momento visto como confirmação jurídica da cidadania de crianças e adolescentes. Sobre a sua relevância, Marcílio (2006, p. 227) compreende que:

Deve-se reconhecer que, no campo das leis, o ECA representou, de fato, uma reviravolta completa, proporcionando condições legais para a reformulação das políticas públicas em favor da infância e da juventude. As políticas assistenciais passaram, então, a ser dirigidas ao atendimento compensatório a toda criança de que delas necessitassem. O ECA manteve-se fiel à Convenção Internacional dos Direitos da Criança e, também à nova Constituição do Brasil de 1988.

Uma das ações propostas pelo Estatuto foi a criação dos Conselhos Tutelares, órgãos encarregados de zelar pelos direitos da infância e da adolescência, até mesmo dos abusos do Poder Judiciário ou da polícia. Apesar de representar uma proposta coerente e inovadora, sua efetivação exigiu um reordenamento institucional para que se efetivasse a adequação ao novo paradigma político e jurídico na fundação e manutenção de serviços, programas e projetos, o que, depois de 20 anos ainda não aconteceu na sua plenitude. Crianças em situação de risco social causado por abandono, maus-tratos e outras circunstâncias ainda não têm acesso à proteção integral proposta pelo Estatuto.

Com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Brasil, 1990), a política de atendimento à criança abandonada vem passando por um processo de desinstitucionalização. O Estatuto passa a rejeitar os modelos institucionais organizados a partir de grandes internatos e orfanatos, onde as crianças eram tidas como um número, sem identificação pessoal, com uma estrutura física de grandes dormitórios com camas alinhadas em corredor e grandes refeitórios, onde imperava o toque de silêncio, resultando em total despersonalização da criança.

Um novo modelo passa a ser defendido, por meio de esforços de organizações não governamentais e movimentos populares que introduzem cada vez mais a ideia do pequeno abrigo, aberto para a comunidade social que o rodeia. Além disso, o caráter de abrigo deve ser aquele da transitoriedade, enquanto não se resolvem situações circunstanciais da vida

da criança. A constituição de famílias sociais substitutas, pelo Estado ou por organizações não governamentais, é uma dessas adaptações que visam a atender crianças em situação de risco.

Segundo o ECA (Brasil, 1990), toda criança tem o direito à convivência familiar e comunitária, a ser criada no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta.

Na visão do Direito, a família é também um direito natural, uma vez que dela depende o ser humano para sua sobrevivência e pleno desenvolvimento de suas potencialidades. Entretanto, é fato que, muitas vezes, esse direito entra em confronto com outros, como o direito à educação, alimentação e a viver em um ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes. Nesse caso, a lei determina que a criança possa ser encaminhada para uma família substituta.

Ao examinar o ECA (Brasil, 1990), podemos perceber a existência de dois conceitos de família: família natural e família substituta. A primeira refere-se à comunidade formada por um dos pais e seus descendentes. A segunda refere-se a processos em que uma família naturalmente constituída recebe por guarda, tutela ou adoção, um ou mais de um novo(s) membro(s). Parece que o que importa no dispositivo legal é que a criança exerça seu direito e cresça em uma família, de preferência a sua, e se isso não for possível, uma substituta. No ECA (Brasil, 1990, art. 28 § 1º), fica claro que a criança deve ser ouvida e, sempre que possível, sua opinião deve ser considerada.

Os processos para colocação em família substituta obedecem a uma gradação. A guarda é utilizada em caso urgente, a tutela é um estado intermediário e a adoção é definitiva e irrevogável. O capítulo II do ECA (Brasil, 1990) trata das entidades de atendimento. Afirma que o atendimento aos menores deve ser desenvolvido por entidades públicas ou particulares. O artigo 92 segue afirmando que os abrigos devem primar pelo atendimento individualizado.

No Brasil, assim como em grande parte do mundo ocidental, o destino das crianças rejeitadas e abandonadas por seus pais biológicos segue uma ordem cruel: boa parte cresce e se "educa" nos limites de entidades de abrigo, quase sempre mantidas e dirigidas pelo Estado ou por associações não governamentais e religiosas. Algumas crianças, e por que não dizer, umas poucas privilegiadas, são adotadas por casais e famílias. Contudo, grande parte delas, os de fato excluídos social e economicamente pelo sistema, habita as ruas e sobrevive em condições abaixo da linha de dignidade humana.

Mais recente que o ECA, na atenção a crianças e adolescentes em situação de risco, é o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (Brasil, 2006), que engloba 138 ações, divididas em 35 objetivos e quatro eixos: análise da situação e sistemas de informação; atendimento; marcos

normativos e regulatórios; mobilização, articulação e participação. Esse Plano começou a ser delineado em outubro de 2004.

O Plano foi aprovado pelos Conselhos Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e de Assistência Social (CNAS) e defende a criação de ações para garantir efetivamente o direito de crianças e adolescentes ao convívio com a família e a comunidade, tornando uma política nacional, a ser seguida pela União, estados e municípios.

Um de seus objetivos é articular e integrar as políticas públicas de atenção às crianças, adolescentes e famílias, considerando as características regionais. O plano também prevê ampliação da oferta de serviços de apoio sociofamiliar e a implantação de programas de famílias acolhedoras para atender crianças e adolescentes afastados da família de origem por medida de proteção.

A orientação é que a retirada de uma criança de sua família e sua colocação em um abrigo ou outro tipo de serviço alternativo só deva ocorrer em caráter excepcional e durar o mínimo possível, até que a família se reorganize e se fortaleça para acolher novamente a criança.

Segundo o Juizado¹ da Infância e da Adolescência da cidade de Manaus, existiam no ano de 2007, 240 crianças, abrigadas em instituições, em caráter provisório, aguardando a reinserção na família biológica ou encaminhamento para famílias substitutas.

Apesar do número oficial de crianças abrigadas ser relativamente pequeno em relação à população da cidade, que é de 1.644.690 habitantes, segundo dados do IBGE (Brasil, 2000), dos quais 565.422 têm menos de 18 anos, as estatísticas trazem algumas preocupações. A primeira delas diz respeito à faixa etária das crianças abrigadas, que varia entre cinco e 17 anos e torna difícil a adoção pelas famílias inscritas para adoção no Juizado da Infância e da Adolescência, uma vez que os adotantes, em sua maioria, preferem crianças com idade inferior a três anos de idade.

Outro aspecto preocupante é a possibilidade da adoção de irmãos, que é bastante difícil em famílias substitutas. Geralmente, no momento da adoção, os adotantes manifestam o desejo de adotar apenas uma criança. Algumas questões, então, tornam-se inquietantes: para onde irão as crianças que estão fora da faixa etária desejada para adoção? O que fazer quando existe uma família de órfãos que raramente serão adotados em conjunto por um mesmo adotante?

¹ Informações colhidas pessoalmente pela pesquisadora junto à Secretaria do Juizado da Infância e da Adolescência de Manaus, AM, em março de 2007.

Em nossos dias, dois são os destinos mais recorrentes: as entidades de abrigamento ou as ruas. Nas primeiras, que são regidas pela lei, o que deveria ser provisório passa a ser permanente, e a criança crescerá tendo a sua subjetividade constituída a partir desses modelos que são, antes de tudo, modelos de padrões relacionais.

Essa pesquisa foi realizada com um tipo específico de abrigamento, aquele organizado a partir de uma concepção de casas-lares e famílias sociais substitutas, apresentado a seguir.

3.1.2. O abrigamento em casas-lares

As casas-lares representam um tipo de abrigamento bastante comum atualmente, e visa ao oferecimento de um atendimento mais individualizado, buscando preservar a identidade e individualidade da criança e do adolescente, possibilitando, ainda, manter unidos os irmãos que também se encontram em situação de risco social.

Apesar da tentativa de reproduzir o modelo de família nuclear, tão valorizado nas leis de proteção à infância e adolescência, essa organização, no entanto, não é considerada pelo ECA como um lar substituto e, sim, como uma instituição de abrigamento para atendimento transitório. Para Fonseca (2009, p.160), esses lares são percebidos com descrédito pelas autoridades que consideram como impeditores para que crianças e adolescentes tenham acesso a “verdadeiras” famílias, como é possível perceber no relato a seguir.

O ser humano não foi criado para viver em instituições nem em “arremedos” de família, mas em grupos que possam ser tidos como tal, independentemente das alterações conceituais que tenham ocorrido ou que ainda possam ocorrer, em função de um momento histórico, bastando que a unir este grupo exista laços afetivos, nascidos de vínculos de amor, que o qualificam como família. (Juizado da Infância e Juventude, Expediente n. 01091693554, 06/09/1992)

É perceptível a contradição em torno da questão, pois a maior parte dos abrigados passa nessas instituições um tempo superior a cinco anos por não conseguirem lares adotivos, além da noção de família ser carregada por diversos valores que inviabilizam uma ideia de família verdadeira, com condições de garantir o bem-estar das crianças, como sugere o texto.

A atividade de mãe social foi instituída no Brasil, pela Lei 7.644, de 18 de dezembro de 1987, e alterada pelo Projeto de Lei 2.971 de 2004, para que fosse incluída, também, a atividade de pai social, para que as instituições e programas que oferecessem essa modalidade de cuidado e abrigamento se parecessem ainda mais com a família nuclear, considerada ideal. O texto da lei define também que esses profissionais serão assim considerados quando a sua atividade se configurar a partir da dedicação aos cuidados de crianças e adolescentes no

sistema de casas-lares, entendida como uma unidade residencial, mantida por uma instituição privada sem fins lucrativos.

A lei preconiza que a casa-lar seja de responsabilidade da mãe e/ou pai social e deve abrigar até 10 crianças e adolescentes. No seu Artigo 4º, a lei determina que as atribuições dos cuidadores sejam:

1. Propiciar o surgimento de condições familiares adequadas, orientando e assistindo as crianças e adolescentes sob seus cuidados;
2. Administrar o lar, realizando e organizando as tarefas pertinentes;
3. Dedicar-se, com exclusividade, às crianças e adolescentes e à casa-lar que lhes forem confiados.

No seu parágrafo único, acrescenta ainda, que a mãe e/ou pai social, no exercício de suas atribuições, deve residir na casa-lar, em companhia das crianças e/ou adolescentes sob sua responsabilidade.

O documento segue definindo os direitos trabalhistas desses sujeitos, as condições para admissão, manejo de suas atividades, administração de recursos, entre outras questões. Na instituição em que a pesquisa foi realizada, existem, ainda, critérios internos que norteiam essas questões, expostos no capítulo metodológico.

Na continuidade desse resgate teórico, apresentam-se os eixos teóricos da psicanálise que fundamentam as análises.

3.2. A visão psicanalítica sobre a família

Em *Totem e Tabu*, Freud (1996) apresenta uma importante reflexão sobre a relação do Complexo de Édipo e a origem da civilização. A partir da compreensão sobre o mito da horda primeva, a morte do pai totêmico e a instauração do tabu do incesto, Freud constrói uma hipótese sobre a passagem do clã totêmico para a família.

O mito é contado a partir da figura paterna, um pai poderoso e despótico que detinha o direito de gozar de todas as mulheres da horda, e que fazia da sua própria lei a única. Como era o único pai, todos os filhos deviam-lhe total obediência e estavam proibidos de ter as mulheres da tribo. Os filhos, rebelando-se contra a lei tirânica do pai, se reúnem e o matam. A decisão repercute negativamente e a desordem se instala, pois, em uma festa, todos os homens querem possuir uma única mulher. A desordem é atribuída à morte do pai que passa a ser visto como aquele que até então garantia a ordem e a vida na horda. Na tentativa de resgatar a

ordem de outrora, decidem construir um totem que presentificasse a figura do pai e legitimasse a instauração de duas grandes leis: não matarás e não consumarás o incesto.

O cumprimento dessas leis implicava no cessamento da prática sexual entre os membros de uma mesma horda, sendo necessária a busca e troca de mulheres de outras tribos para a procriação. As relações se tornam exogâmicas. O pai representante da lei, não mais um pai de carne e osso, apesar de ser o seu representante muitas vezes, é um pai simbólico.

De acordo com Freud (1996), o incesto é proibido na maioria das sociedades, o que aponta para uma ambivalência dos indivíduos, pois não precisaria sê-lo senão fosse desejado. Na tentativa de dar uma explicação plausível para esse desejo, compreende que a mãe é o primeiro objeto de amor da criança, mas essa relação não pode se perpetuar para que não seja colocada em risco a vida em sociedade. A prática do incesto precisa ser duramente punida para que outros membros da sociedade não o realizem.

Para Freud (1996), o totemismo estaria na base para a organização social de todas as culturas, por ser um sistema social marcado pelo respeito e proteção entre os seus integrantes, a partir das normas e da perpetuação dos costumes e tradições. É nesse ponto que se deu a passagem da natureza para a cultura.

Segundo Roudinesco (2003), o assassinato do pai é o ato que separa o mundo da natureza e nos introduz na cultura, também é o que nos faz internalizar os interditos paternos. É sobre as normas e, mais particularmente, sobre o tabu do incesto, que a instituição familiar é constituída. Por outro lado, a autora argumenta a invenção da família edipiana, proposta por Freud (1996), pois a tragédia é descrita a partir de uma posição de conflitos individuais de Édipo, ignorando a história familiar na qual esse personagem estava inscrito. Dessa maneira, a teorização freudiana sobre o inconsciente não se detém sobre o inconsciente dos pais, ou da família, como determinantes na constituição do indivíduo.

Assim, a visão freudiana sobre o indivíduo é recortada da família. Ele não é entendido como um membro de uma família, que sofre a influência definitiva dos antepassados e está inserido dentro de um *continuum* familiar, compreensão que a psicanálise dos nossos dias busca resgatar quando se preocupa com os desejos inconscientes da mãe e do pai frente ao filho, com o lugar que este ocupa no psiquismo dos pais e como isso é assimilado pelo filho, além de incluir os segredos, silenciamentos e transmissões que acontecem entre gerações.

Roudinesco (2003) defende que a família nuclear, como é conhecida hoje no Ocidente, se impõe entre os séculos XVI e XVIII e sua evolução conta com três fases distintas: a tradicional, a moderna e a contemporânea ou pós-moderna. Na fase tradicional, o seu papel era de transmissão do patrimônio, os casamentos eram arranjados pelos pais, e a vida sexual e

afetiva dos futuros esposos não era levada em consideração. Por isso, era possível que o casamento acontecesse muito precocemente. A ordem dominante era a patriarcal que copiava a monarquia de direito divino.

A segunda fase, a família moderna, é constituída a partir de uma lógica afetiva e se impõe a partir do século XVIII e se estende até meados do século XX. A característica desse tipo de organização é o mito do amor romântico, a reciprocidade de sentimentos, a valorização da divisão do trabalho entre os esposos, ao passo que a educação dos filhos é dividida entre os pais e o Estado.

A terceira fase, da família contemporânea ou pós-moderna, surge na década de 1960, marcada pela busca de relações íntimas ou realização sexual e também pelas rupturas e recomposições do núcleo familiar, o que faz com que a autoridade vá se tornando mais difusa. Estabelecendo uma relação entre a família da primeira e da última fase, Roudinesco (2003, p. 20) mostra que:

Na época moderna, a família ocidental deixou, portanto de ser conceitualizada como o paradigma do vigor divino ou do Estado. Retraídas pelas debilidades de um sujeito em sofrimento, foi sendo cada vez mais dessacralizada, embora permaneça, paradoxalmente, a instituição humana mais sólida da sociedade. À família autoritária de outrora, triunfal ou melancólica, sucedeu a família mutilada de hoje, feita de feridas íntimas, de violências silenciosas, de lembranças recalçadas. Ao perder sua auréola de virtude, o pai, que a dominava, forneceu então uma imagem invertida de si mesmo, deixando transparecer um eu descentrado, autobiográfico, individualizado, cuja grande fratura a psicanálise tentará assumir durante todo o século XX.

O modelo tradicional e a figura suprema do pai mantiveram-se por séculos, mas aos poucos, assim como as monarquias, foi perdendo sua força até sofrer um golpe de misericórdia pela Revolução Francesa que, com sua proposta laica, questionou também o modelo divino, o Deus Pai e, com ele, o pai desse modelo.

É nesse momento histórico que Freud (1996) propõe a teoria psicanalítica e com ela uma explicação para a morte simbólica da figura paterna, bem como um lugar para o feminino nos desejos incestuosos do filho, mesmo sendo uma mulher castrada, sujeitada à inveja do pênis. O feminino emerge, também, em outros teóricos da psicanálise, como Klein (1992), que toma a figura materna como central no desenvolvimento da criança, e Winnicott (2001) que, no conceito de mãe suficientemente boa, a posiciona como a mediadora entre a criança e o ambiente/mundo.

A organização familiar, baseada no modelo edipiano, sustenta-se a partir de três pilares: a exigência da afetividade entre os cônjuges, a abertura para a vivência da sexualidade masculina e feminina e o lugar de destaque dado ao filho.

Roudinesco (2003) compreende que, com o avanço tecnológico da biomedicina, as mulheres conquistaram o controle sobre o seu corpo e também sobre a procriação, podendo, até mesmo, prescindir da participação masculina na concepção. Essa conquista associada à luta feminista permite que as mulheres redefinam o seu papel na sociedade e na família, apesar do temor que isso significava naquele momento. O fortalecimento da figura feminina que muda a ordem procriadora faz com que surjam novos tipos de vínculo. O parentesco e os laços consanguíneos passam a conviver com a parentalidade que se refere a laços psíquicos definidores de uma relação familiar. Há uma mudança significativa na ordem familiar, pois a família é desvinculada da instituição do casamento e entregue pela ciência ao poder das mães, tornando as relações mais horizontais e fraternas.

Apesar dessas transformações profundas ocorridas no seio da família e nos papéis feminino e masculino, materno e paterno, Roudinesco (2003) apresenta uma visão bastante otimista sobre essa instituição, principalmente pela sua capacidade de se reinventar e se manter como insubstituível na constituição humana. Um exemplo disso é a construção do conceito de parentalidade que envolve o aprendizado das funções parentais, apontando para numa nova forma de pensar as relações familiares.

3.3. Parentesco e parentalidade

De acordo com Solis-Ponton (2004), o termo parentalidade pode ser considerado um neologismo em virtude do seu uso bastante recente. Sua origem data da década de 1960, com o surgimento do termo maternalidade e em meados da década de 1980, com a definição das funções e os papéis parentais reagrupados sob a designação de parentalidade.

No livro *Ser pai, ser mãe: parentalidade: um desafio para o terceiro milênio*, Leticia Solis-Ponton (2004) faz um resgate das ideias do psiquiatra e psicanalista Serge Lebovici (2004), para explicar essa concepção sobre as relações familiares e da construção psíquica dos papéis parentais.

Para compreender o sentido do termo, é necessário que façamos a distinção entre parentesco e parentalidade. De acordo com o dicionário Houaiss², o significado do termo

² Versão eletrônica do dicionário Houaiss, encontrada em <http://houaiss.uol.com.br/gramatica.jhtm>. Consulta realizada em 12/09/09.

parentesco é a qualidade ou característica de parente; relação de pessoas quer por vínculo de sangue (consanguinidade), quer pelo casamento (afinidade). O termo designa, então, um vínculo jurídico sob o qual se unem pessoas e se criam, entre elas, comportamentos, direitos e obrigações. Já o termo parentalidade é assim definido por Solis-Ponton (2004, p. 29):

De outro ponto de vista, segundo o sufixo *dade*, a parentalidade implicará a noção de estudo, de conhecimento. Assim, poderíamos dizer que parentalidade é o estudo dos vínculos de parentesco e dos processos psicológicos que se desenvolvem a partir daí. A parentalidade necessita de um processo de preparação, não no sentido da pedagogia parental, mas como trabalho que põe em evidência a complexidade e as características paradoxais do fenômeno natural do parentesco.

Segundo essa concepção, a parentalidade organizaria psiquicamente os pais para receberem e se relacionarem com os filhos e estes, com seus pais. Essa experiência teria seu início, antes mesmo do nascimento da criança, ainda no desejo e nas fantasias experimentadas pelos pais e também pela família.

De maneira mais específica, a parentalidade teria sua origem nas vivências mais remotas dos seres humanos, na sua característica de imaturidade neurológica e dependência de outro semelhante que garanta a sua sobrevivência. Essas características fazem com que seja totalmente dependente da mãe, ou de quem faça a função de cuidador, no sentido de interpretar as suas manifestações comportamentais, ainda difusas, e satisfazê-las, garantindo-lhe a sobrevivência. A satisfação das suas necessidades fará com que ele construa o vínculo amoroso com a figura do seu cuidador, tornando-o necessitado desse amor por toda a sua vida. Dessa maneira, será o sentimento de incompletude e a satisfação de suas necessidades que a levará a construir representações mentais de parentalidade.

Do outro lado da díade, a mãe será recompensada por sua dedicação à criança, por meio da percepção da consolabilidade, ou a capacidade do recém-nascido de ser apaziguado, consolado a partir da ação do adulto. Não existem recompensas objetivas ou comportamentos de gratidão por parte da criança, mas a mãe consegue perceber, por meio da quietude da criança, a resposta dos seus investimentos, o que a faz investir ainda mais nessa relação.

Lebovici (2004) compreende que a origem da vida psíquica e da parentalidade possui um caráter complexo e paradoxal, pois remete à interdependência dos processos de maturação da criança e da vida imaginária da mãe, vinculada aos cuidados que ela oferece à sua criança. Ele distingue cinco tipos de representação que a mãe tem de seu bebê antes e depois do nascimento. O primeiro bebê é o imaginário que está nas fantasias conscientes e pré-conscientes da mãe e é produto do seu desejo de ser mãe, o segundo é o fantasmático e fruto das fantasias inconscientes da mãe e do seu conflito edípico, o terceiro é o narcísico e ligado

ao narcisismo da mãe, o quarto é o cultural e fruto da cultura da mãe e de sua vivência mítica e o último é o bebê real em sua corporalidade real.

A relação construída entre a mãe e a criança será o resultado da interação dessas múltiplas representações e, com elas, outros tantos conflitos, com a experiência concreta vivida entre ambos após o nascimento. Além disso, apesar de a criança ser objeto do desejo para a mãe e para o pai, ela é, ao mesmo tempo, uma fonte de desequilíbrio para o ego dos pais, podendo se tornar um objeto de trauma se os conteúdos imaginados se sobrepuserem à vivência real.

3.3.1. O Complexo de Édipo e a parentalidade

De acordo com Solis-Ponton (2004), a criança é o elemento que inaugura a tríade, pai mãe e filho, por meio de sentimentos de amor e ódio. Se, por um lado, ela é fruto do desejo dos pais, por outro, é excluída da cena original e investida de hostilidade, à medida que ocupa o lugar do fruto do seu próprio prazer e se revela como um terceiro elemento que pode provocar o rompimento da díade inicial.

A resolução edipiana que implica na renúncia do amor materno e investimento em outros interesses evidencia a aceitação da interdição do incesto, e também, dos limites que a cultura impõe. Na construção do sistema de parentesco, a renúncia é uma regra estruturante, é aí que se situa o núcleo familiar. Desejo e renúncia estão, dessa maneira, na origem do aparelho psíquico, assim como na origem do sistema social.

O superego, resultado da elaboração edipiana, é o representante da autoridade parental no aparelho psíquico, e é constituído a partir da interação de ambos os genitores e da transmissão geracional que ambos receberam. Sua atuação na vida da criança começa muito cedo, graças aos roteiros que conferem sentido ao seu comportamento. Os eventos vividos pela criança serão sempre interpretados a partir da culpabilidade e sentimentos dos pais e de seus familiares.

De acordo com Solis-Ponton (2004), a família é realmente fonte de identificações e responsável pela elaboração superegoica da criança, porém, nos nossos dias os arranjos familiares são extremamente complexos e isso pode corresponder a uma dificuldade maior do sujeito para se reconhecer e se manter dentro deles. A família tem passado por mutações as mais diversas como, por exemplo: novas composições familiares, família com um só genitor, reprodução assistida, famílias homoafetivas, entre outras. A família extensa, responsável até há pouco tempo por identificações e cuidados com a criança, foi substituída pelas instituições, o que torna os vínculos mais restritos e as vias de descarga pulsional, limitadas.

Em relação ao ego e a sua função na construção da parentalidade, Solis-Ponton (2004, p. 39) define da seguinte maneira:

Creio que poderíamos propor a existência de um ego parental que se construiria graças à organização das representações infantis de si e dos objetos a favor de uma representação mais evoluída de um modelo triádico em que passa do seu estatuto de criança ao de mãe e pai, o que suporia ver o casal como integração da sexualidade genital heterossexual.

O ego parental se organizaria a partir de quatro fontes: o ideal de ego a partir do narcisismo primário e das primeiras identificações com os cuidados parentais; as relações pré-edípicas; o superego, herdeiro da solução do complexo de Édipo; o *après-coup*, que designa a temporalidade psíquica que reinterpreta, *a posteriori*, os eventos vividos na infância.

3.3.2. As implicações da parentalidade

Houzel (2004, p. 47) investiga extensamente as funções e os papéis parentais que estão reagrupados sob a designação de parentalidade, a qual ele compreende da seguinte maneira:

Em essência, o que quer assinalar o conceito de parentalidade é que não basta ser genitor nem ser designado como pai para preencher todas as condições, é necessário “tornar-se pais”, o que se faz por meio de um processo complexo implicando níveis conscientes e inconscientes do funcionamento mental.

A partir de uma pesquisa que envolveu uma dezena de casos complexos e longamente acompanhados, Houzel (2004) definiu três eixos da parentalidade: o exercício da parentalidade, a experiência da parentalidade e a prática da parentalidade.

O exercício é o que funda e organiza a parentalidade, situando cada indivíduo nos seus laços de parentesco e, com eles, direitos e deveres. Os laços são definidos pela consanguinidade e constituem um conjunto genealógico que abriga o indivíduo e é regido por regras de transmissão, pertinência, filiação e alianças. No plano do desenvolvimento psíquico, o exercício está relacionado às interdições que dizem respeito, especialmente, ao tabu do incesto.

A experiência da parentalidade é a experiência subjetiva consciente ou inconsciente do vir a ser pai e compreende aspectos como: o desejo pela criança e o processo de transição em direção à parentalidade. Com o uso de técnicas cada vez mais eficientes de controle da natalidade, o desejo por um filho é uma vivência que se torna cada vez mais conscientemente voluntária, por parte dos pais. A transição é vivida de forma intensa por mulheres e homens, especialmente no período da gravidez. No caso da mulher, os processos identificatórios com a figura materna e paterna se tornam intensos durante esse período, principalmente, pela

necessidade de reparação de objetos parentais. Para os homens, as modificações psíquicas não são tão evidentes como para a mulher, no entanto, os distúrbios psicopatológicos atestam a profundidade das mudanças.

As práticas da parentalidade são constituídas pelas tarefas cotidianas direcionadas à criança e que incluem os cuidados maternos e paternos e também as trocas estabelecidas. Apesar de, inicialmente, o investimento afetivo parecer unilateral, pois os investimentos dos pais são, em número e intensidade, maiores do que da criança, é possível identificar padrões relacionais na criança que diferem da imagem passiva que se faz dela. É possível distinguir alguns tipos de interação que ocorrem de ambas as partes: interações comportamentais, afetivas, fantasmáticas e simbólicas.

A noção de parentalidade aponta para o lugar que a família tem ocupado psiquicamente em seus membros: é um lugar de inscrição da criança numa genealogia e numa filiação, o que é necessário no processo de construção de identidade e humanização; é o lugar de confronto de três diferenças fundadoras do psiquismo: a diferença de si e do outro, a diferença dos sexos e a diferença de gerações.

A parentalidade não pode ser encarada como um processo que se realiza apenas em termos absolutos. Existe o conceito de parentalidade parcial, no qual se enquadram os pais que, mesmo doentes psiquicamente, podem assumir, em parte, algum eixo da parentalidade.

Outra questão a considerar é que as figuras parentais, no seu processo de construção de parentalidade, estão inseridas em contextos que farão toda a diferença nas suas elaborações, como o contexto institucional, por exemplo, que atuará sobre o indivíduo e sua subjetividade, como é possível perceber a seguir.

3.4. O contexto institucional

Para compreender os dados levantados na pesquisa realizada com a díade mãe social-adolescente abrigado, foi imprescindível levar em consideração o contexto em que estavam inseridas: o da instituição de abrigamento. Cada díade apresentava uma dinâmica bastante peculiar e única, porém, trazia também conteúdos que compartilhados por outras díades que faziam parte do mesmo contexto. Além do espaço físico compartilhado, que por si só justificaria identificações e similaridades, essas díades estavam submetidas a regras, valores, ideais e histórias comuns. Dessa forma as proposições da psicanálise dos grupos e das instituições foram fundamentais para a análise dos dados e compreensão do fenômeno da

transmissão. É exatamente sobre essa vertente mais social da psicanálise que trata a próxima parte do trabalho.

A teoria freudiana tem sido criticada por sua construção baseada no individualismo e na desconsideração dos aspectos sociais, porém em vários momentos de sua produção encontramos referências bastante significativas sobre o homem em sua relação com a sociedade. Um olhar um pouco mais atento captará aspectos da teoria psicanalítica em que não se abandonam as questões sociais, mas as colocam na base da construção subjetiva individual. Em *Psicologia do grupo e análise do ego*, Freud (1996) considera todas as relações de um indivíduo com o objeto de amor, que pode ser o pai, mãe, irmãos, ou outras pessoas, podem ser consideradas como fenômenos sociais e podem ser contrapostas a processos narcisistas, nos quais a satisfação dos instintos é parcial e sem a influência de outras pessoas.

Assim, em sua opinião, o indivíduo leva uma dupla existência, já que ele é em si o seu próprio fim e ao mesmo tempo é membro de uma cadeia a qual está sujeito. O narcisismo primário apoia-se no narcisismo da cadeia familiar, intergeracional, institucional. Dessa mesma maneira, Freud (1996) compara os afetos primitivos, por meio dos quais elabora a sua personalidade, com aqueles que emergem nos estados emocionais das massas.

Segundo Rouchy (2005), a importância do grupo é fundamental, pois é nele que se opera a passagem do intrapsíquico para o social, do indivíduo para a organização, da representação pré-consciente para a representação social e do imaginário para a realidade, por meio dos espaços intermediários entre o sujeito e a instituição que sustentam as construções psíquicas da realidade.

É importante entender que um grupo ou uma organização instituído a partir de certas normas e um sistema de valores não é uma instituição, mas são atravessados por ela e funcionam a partir dela. A instituição está na origem dos grupos e organizações e só pode ser encontrada através deles.

Além das suas manifestações e práticas conscientes, as instituições estão calcadas no imaginário inconsciente dos indivíduos e da sociedade. Estabelecem-se por meio de valores instituintes que dão sentido à sua estrutura, funcionalidade, aparência e dinâmica de suas relações intra e intergrupais. Isso não significa que os valores sejam harmônicos, são contraditórios e conflituais – algo que também faz parte da sua estrutura. Quando alguém faz parte de uma determinada instituição, uma parte considerável dos seus investimentos psíquicos se voltará para fazer equivaler, imaginariamente, esses valores conflitantes, no sentido de tornar possível uma convivência.

Para Kaës (1991), existem impedimentos em tornar a instituição objeto de nosso pensamento, em virtude de três grandes grupos de dificuldades. O primeiro se refere aos fundamentos narcísicos do indivíduo, mobilizados nas relações empreendidas na instituição, por intermédio das identificações imaginárias e simbólicas. O segundo está na dificuldade de pensar aquilo que o precede, determina e inscreve nas malhas do seu discurso, destruindo dessa forma a sua ilusão centrada e narcisista. A instituição estrutura, e, nas relações estabelecidas, o indivíduo sustenta a sua identidade. Finalmente, o indivíduo engajado na instituição é confrontado com o pensamento de ter uma parte do seu *self* “fora de si”, sendo esta a parte mais primitiva e indiferenciada da sua personalidade.

O autor defende que o espaço psíquico possui duas margens heterogêneas: uma margem biológica que se confirma na experiência corporal e uma margem social que se organiza a partir da experiência institucional. Essas margens não são passíveis de apreensão e domínio consciente por parte do indivíduo, existindo como desconhecidas e muitas vezes, de maneira caótica e irrepresentável.

Essa concepção representa uma descentração da noção de um inconsciente individual, único e próprio que passa a ser pensado a partir da lógica institucional, que é social e cultural. Para Kaës (1991, p. 35), “A instituição é o conjunto das formas e das estruturas sociais instituídas pela lei e pelo costume: a instituição regula as nossas relações, preexiste e se impõe a nós; ela se inscreve na permanência”.

As instituições são constituídas a partir de finalidades que as identifica e distingue como as de tratamento, caritativas ou educativas, por exemplo. Contudo existem funções que perpassam vários tipos de instituição: as funções jurídico-religiosas, as funções defensivas e de ataque, as funções produtoras e reprodutoras.

Assim a compreensão sobre as finalidades, história de sua fundação, dinâmica, valores, representações, normas e crenças da instituição favoreceu as análises das díades e também dos conteúdos compartilhados nas relações dos membros entre si e desses com a instituição. Em específico, a relação dos indivíduos com as interdições, estratégias de controle e ideais institucionais, mostrou-se como uma dimensão significativa nesse entendimento, o que será explorado na sequência.

3.4.1. As idealizações, interdições de controle e morte na instituição

Para Enriquez (1991), regras que organizam uma instituição são estruturadas no momento de sua fundação, pois, não podendo impedir a emergência daquilo que aconteceu no momento de

sua origem, a violência fundadora tem a necessidade de mascarar esses eventos, mantendo-se herdeira de vários crimes que se inscrevem no seu sistema de normas e interdições. Porém, uma interdição traz consigo um desejo de transgressão. Assim se o abandono é o evento fundante e a sua criação se tornar a resposta ou o seu encobrimento, a força desse evento poderá marcar e organizar não apenas as percepções, mas as atitudes e práticas dos indivíduos que dela participam. Sobre as interdições, Enriquez as descreve da seguinte maneira:

A violência parece ser assim substancial para a vida institucional, na medida em que procede da legalidade que exige que os homens renunciem à satisfação das suas pulsões e na medida em que, fazendo isso, é capaz de reacender os combates entre os iguais e favorecer o desejo de transgressão das interdições; mas a violência institucional não se reduz à violência legal (Enriquez, 1991, p. 75).

Dessa maneira, as instituições podem ser reconhecidas como reguladoras sociais, já que se estabelecem a partir de uma imagem redentora, prometendo salvação, ou único modelo de resolução dos problemas que se propõe a resolver. Para Enriquez (1991), o controle será efetivo na medida em que sistemas internos forem acionados. Esses sistemas se apresentam da seguinte forma:

- *Sistemas culturais*: sistema de valores e de normas, pensamento e ação que devem modelar o comportamento; rituais para a vivência intramuros na instituição (reuniões, jogos, festas); processos de formação e de socialização de diferentes atores para que possam ocupar o ideal proposto.
- *Sistemas simbólicos*: elaboração de mitos unificadores e ritos de iniciação, figuras heroicas, sagas, que funcionam como um sistema que legitima e dá sentido às práticas e às vidas.
- *Sistemas imaginários*: são elaborações que permitem que os indivíduos tenham as suas necessidades de amor, afirmações narcisistas, identificações atendidas pela instituição.

Além disso, a instituição os tranquiliza quanto à possibilidade de proteção da sua identidade, angústias de fragmentação, temores de desmoronamento. Esses sistemas, segundo Enriquez (1991), apresentam-se como conjuntos englobantes e visam a educar os corpos, os pensamentos e o psiquismo de cada um de seus membros, favorecendo a construção de indivíduos para a sua devoção, já que ela, nesse lugar idealizado, assume uma posição divina.

Além dos sistemas que submetem os indivíduos aos padrões desejáveis, a instituição lança mão de interdições que são tanto explícitas quanto implícitas. Dependendo da sua aplicação e manejos de controle, algumas consequências podem ser percebidas. Quando acontece um excesso

de proibições, podem emergir sentimentos de culpa derivados de angústia diante da retração do amor, exacerbação do superego, renúncia à satisfação das pulsões, indivíduos completamente submissos às obrigações morais, porém, adoecidos em função do excesso.

No déficit de proibições, a imagem será de indivíduos abandonados a si mesmos, desprovidos de superego, porém, em situação de perturbação pela vivência do desamparo psicológico, que a falta de referências pode provocar. O seu funcionamento pede a satisfação imediata das necessidades e desejos, e seu sofrimento se situa na falta de identidade, por não terem se situado na temporalidade que filtra os desejos.

Há, ainda, situações de total confusão de proibições, nas quais, falsas liberações, ausência de proibições estruturantes e, ao mesmo tempo, algumas proibições carregadas de arbitrariedades. Diante da contradição, é possível que o recolhimento se apresente como uma saída, tornando os indivíduos narcisistas e incapazes de perceber o outro.

Os controles e interdições existem como uma forma de limite contra os fenômenos da própria instituição, como o das pulsões de vida e morte que convivem no imaginário institucional. A pulsão de vida pode ser percebida através dos laços amorosos do tipo homossexual ou unissexual inibido quanto ao seu objeto, pela interdição da sexualidade, imposta pela instituição, amor sublimado nas atividades prescritas.

A pulsão de morte, no nível individual é percebida, dentro e fora das organizações, já coletivamente, ela ganha novos contornos, como descreve Enriquez (1991, p. 100):

Certamente, essas tenderão (pois essa é a sua natureza) a negar a morte, a enquadrar a luta pelo reconhecimento em estruturas de poder, a minimizar os questionamentos fundamentais; no entanto, eles não podem entrar totalmente a sua ação sem se condenar ao perecimento. Por nível coletivo, queremos simplesmente indicar a presença de um processo diferente daqueles mencionados acima e que é específico da instituição: o processo de desligamento que a afeta desde a sua origem.

A morte, seja imaginada ou vivida, tem um impacto muito forte sobre os indivíduos, estejam eles inseridos ou não em uma instituição. Porém, dentro das instituições as defesas coletivas podem encaminhar os seus sintomas de forma bastante distinta. A experiência da morte pode quebrar padrões, até então bastante rígidos de comportamento e pensamento, dissolver identidades defensivas, obrigando os indivíduos a perceberem problemas e contradições existentes no seio das relações instituídas.

Nas instituições de acolhimento de crianças, as defesas coletivas são perceptíveis e se inscrevem em estruturas que as organiza e dão sentido às suas práticas. Para compreender um pouco mais sobre o contexto de abrigamento de crianças e adolescentes, que ali chegaram

devido a sua condição de risco social e pessoal, é importante entender essas estruturas e dinâmica.

3.4.2. As instituições de atendimento à infância

Fustier (1991) defende a ideia de um olhar sobre as instituições que abranja um sistema composto por três níveis: a superestrutura, na qual se observa o funcionamento cotidiano; a infraestrutura, com os seus organizadores psíquicos que dão sentido à vida institucional; e o nível intermediário, onde se localiza a zona ideológico-teórica que tem como função captar as teorias e ideologias vindas de fora da instituição e transformá-las em argumentos e razões que justifiquem o seu funcionamento.

É utilizando essa noção, principalmente o nível intermediário, que ele faz uma análise das instituições de abrigo, destinadas ao atendimento de crianças.

Segundo o autor, o surgimento desses lugares data dos anos de 1940, no pós-guerra, e veio com a proposta de uma reeducação moderna, baseada na família como um valor social. A ideia era a reprodução de um meio familiar, ou ainda, a encarnação do mito familiar, fundado no amor e no calor afetivo que poderiam salvar as crianças de todos os males. O mito que organiza essa compreensão é que as crianças são desajustadas pela falta de amor, do amor familiar e, sendo resolvida essa falta, elas se ajustarão e transformarão.

Ele descreve essas instituições como internatos de reeducação “exemplar”, uma grande organização totalitária para tratar jovens delinquentes, com dificuldades familiares ou problemas caracteriais. Toda a estrutura era pensada para atender às necessidades dos jovens e, ao mesmo tempo, conter suas manifestações de desajuste, para isso, o interior da instituição deveria conter escola, capela, ateliê, espaços esportivos, entre outros.

Fica evidente aí a semelhança entre essa descrição e as características da instituição que abrigou a nossa pesquisa, tanto sobre o momento histórico em que foi criada quanto no desenho de sua estrutura e, principalmente, nos ideais do amor familiar no qual se embasa a sua filosofia.

A imago materna é o que funda a sua ideologia e justifica a posição totalitária e autoritária, ao mesmo tempo em que fornece uma elaboração romântica para as suas relações e atores: a mãe dedicada e abnegada que se sacrifica pelos filhos, que responde a todas as suas necessidades, numa total entrega e devoção. A relação mãe social-criança está no centro e na origem da instituição.

Porém, essas relações afetivas, como quaisquer outras, evocam sedução e vivências erotizadas, pondo em perigo essa ordem construída sobre o amor incondicional e devotado, contudo dessexualizado. A impossibilidade de tal tipo de afeto cria núcleos fantasmáticos em torno da afetividade-sedução, e o que poderia ser um organizador da personalidade a desorganiza. Fustier (1991, p. 145) traz, com isso, uma nova discussão, a da problemática edipiana, que ele compreende assim:

Defenderemos a seguinte proposição: os organizadores psíquicos não cumprem a sua função de infra-estrutura para as trocas institucionais e tonam-se “desorganizadores institucionais” quando se produzem rupturas em determinados constituintes do quadro que remetem a uma problemática edípica. [...] pensamos que existe uma versão institucional das interdições edipianas. Trata-se essencialmente da violência, na medida em que esta é “transposição social” da interdição de matar o pai ou o seu substituto.

Cada instituição lida com essas interdições de maneiras bastante distintas e próprias, com maior ou menor dificuldade, dependendo da sua possibilidade de tornar menos fantasmático e mais próximo das experiências que têm algum tipo de sentido para os indivíduos.

O afeto edipiano é considerado pela teoria psicanalítica como um organizador no desenvolvimento da personalidade. Na instituição ele pode se tornar um desorganizador na medida em que for atacado inconscientemente pelas regras e costumes, e reaparecendo por meio dos problemas de igualdade, da diferença, do poder e da liberação do desejo.

De acordo com Fustier (1991, p. 147), “os organizadores tornam-se desorganizadores institucionais, porque eles próprios são desorganizados, destruídos, reduzidos aos seus componentes mais brutos que cessaram de ter sentido no interior dos processos de cena primária de sedução”.

Dentro das instituições, os conteúdos, organizadores ou não, são compartilhados pelos grupos ali existentes. Existem canais de intercomunicação que aproximam as realidades psíquicas individuais, por meio de mecanismos complexos, os mecanismos da transmissão psíquica, expostos a seguir.

3.5. A transmissão psíquica

A transmissão psíquica ainda é um conceito bastante recente que vem sendo desenvolvido, principalmente, pela psicanálise. Um dos seus maiores defensores é o teórico francês René Kaës, cuja contribuição para a pesquisa sobre a transmissão psíquica tem sido

reconhecida por ser um dos precursores contemporâneos do estudo da transgeracionalidade, apesar de não nomear o fenômeno da transmissão dessa maneira.

Uma das noções que Kaës (2001) introduz é a de precessão, ou seja, para ele, a transmissão psíquica que ocorre em torno do eixo das relações intergeracionais implica em admitir que o grupo precede o sujeito do grupo e não é possível a nenhum indivíduo escolher sobre o seu pertencimento. A condição da existência humana está fundada sobre a sua subordinação ao grupo: temos uma pré-história que nos faz, antes de nascermos, sujeitos de um conjunto intersubjetivo do qual somos herdeiros e escravos de seus desejos insatisfeitos, de seus recalcamientos, de suas renúncias, de seus discursos, de suas fantasias e de suas histórias. Nas palavras de Kaës (2001, p. 13):

De nossa pré-história tramada antes de nascermos, o inconsciente nos tornará contemporâneos, mas só passaremos a ser seus pensadores pelos efeitos a posteriori. Essa pré-história em que se constitui o originário, a de um começo do sujeito antes de seu advento, se escreve na intersubjetividade. No grupo realizam-se ações psíquicas que sustentam o recalcamiento das representações, a supressão dos afetos, a renúncia pulsional, ou deles nos libertam.

Diante disso, para o autor, o psiquismo humano estará sempre calcado na história do grupo que o precede, porém o sujeito não existe apenas num único grupo, ele pertence simultaneamente a vários grupos ou a vários espaços intersubjetivos que lhe transmitirão uma herança específica. Aí se abre um questionamento, que remete a outro importante conceito na teoria de Kaës (2001), o conceito de transmissão que se organiza não só pelos conteúdos que serão transmitidos como também pelo ato de transmitir.

Sobre o processo de transmissão, entende-se que é um processo inconsciente que manifesta certa urgência em acontecer, devido às exigências pulsionais inconscientes, nas quais prevalecem coerções narcísicas de continuidade e conservação da vida psíquica, além dos ideais de ego e superego com os seus interditos.

Na investigação que Kaës (2001) faz da obra freudiana sobre o processo de transmissão psíquica, ele destaca quatro áreas significativas: a transmissão intrapsíquica, a transmissão intersubjetiva, a transmissão transpsíquica e a formação do ego. A transmissão intrapsíquica se caracteriza pela passagem dos elementos transmitidos de uma instância para outra (do inconsciente para o consciente, da vigília para o sono), cumprindo funções específicas para o psiquismo, principalmente no que tange às defesas.

A transmissão intersubjetiva analisa três objetos distintos: as formações subjetivas primárias (principalmente aquelas do grupo familiar) que dão condições para a constituição dos vínculos intersubjetivos; o espaço e o vínculo que formam a realidade psíquica do

conjunto subjetivo, no qual se constituem os objetos e laços de identificação; o complexo de Édipo que ordena as relações de desejo e interdito entre os sujeitos. A transmissão transpsíquica é percebida como aquela na qual são abolidos os limites e espaços subjetivos, diferente da transmissão intersíquica, já que a transmissão não acontece entre os indivíduos, mas através deles. A formação do ego é entendida como meio de transmissão por sua posição intermediária, pois é necessária para que as áreas citadas acima ocorram.

Além das áreas de transmissão, o autor investiga os três modelos de transmissão que faziam parte do conhecimento científico da época de Freud e que, de alguma maneira, influenciaram os seus conceitos: o da degenerescência, o epidemiológico e o do contágio mental.

Sobre o primeiro modelo, o da degenerescência, ele compreende que a alienação mental devia-se a causas tóxicas e morais que, a princípio, eram externas, mas passavam a afetar a linhagem a partir de algumas gerações e seriam agravadas a cada geração, até se tornarem incompatíveis com a procriação, o que interromperia o curso da doença. Essa ideia foi bastante combatida por sua tendência racista e alienante, mas ainda pode ser notada de maneira sutil em algumas teorias e representações que pregam um determinismo absoluto. Na visão de Kaës (2001), a noção de degenerescência é uma compreensão da transmissão como algo perigoso e, nessa medida, o que é transmitido também o é.

O segundo modelo é o epidemiológico que percebe que a transmissão se dá pela penetração de um agente infectante vivo num organismo que o recebe. Quando um organismo morre, o micro-organismo somente continuará vivo se for transmitido antes de sua morte. O legado desse modelo, que pode ter o seu valor na medicina, para a noção de transmissão psíquica é somente o temor da contaminação por um objeto persecutório.

O terceiro modelo, o do contágio mental, é o mais discutido pelo autor e também por Freud (1996), em *Psicologia das massas e análise do ego*. Nesse modelo, o indivíduo que participa de uma multidão pode se tornar totalmente diferente do que é no seu cotidiano, pois para a multidão não existem obstáculos ou impossibilidades e a sugestividade se apresenta como uma de suas características. Porém, esse fenômeno é temporário, pode ter o poder de transformar a personalidade do indivíduo, porém, quando dissipada, é dissipada também a sua influência sobre o mesmo.

Apesar de expor esses modelos, Kaës (2001) compreende que o modelo adotado por Freud é o modelo de transmissão por identificação que difere da simples imitação ou do contágio mental, configura-se como uma apropriação e está relacionada com o inconsciente. Assim, a transmissão intersubjetiva se dá também pelo movimento por meio do qual o sujeito

identifica-se com o desejo e sintoma do outro. Exemplificamos essa noção nas palavras de Kaës (2001, p. 61):

Temos aqui, além disso, uma análise muito precisa do mecanismo de contágio psíquico no qual se evidencia a identificação como indício de um ponto de coincidência entre dois egos. Trata-se de uma aliança inconsciente. No pânico, vários egos coincidem dessa forma. São essas identificações imediatas, imaginárias, que sustentam o processo de transmissão individual.

Quando trata especificamente sobre a transmissão entre gerações, Kaës (2001) procura diferenciar o que é da ordem da transmissão intergeracional e da transgeracional. O "intergeracional" é aquilo que foi transmitido devidamente simbolizado e representado, de modo que pode ser retomado, reelaborado tanto no nível de grupo familiar e vincular, como também individualmente. O "transgeracional" é aquilo que foi transmitido sem ter sido devidamente representado, simbolizado, impossibilitando sua reelaboração posterior tanto pela família quanto pelo indivíduo. Esse último tipo de transmissão é especialmente característico de famílias nas quais emergem sujeitos psicóticos.

Outra contribuição importante de Kaës para o estudo da transmissão psíquica é a concepção de negatividade ou pacto denegativo, que, segundo Trachtenberg (2005, p. 26), significa:

Pacto denegativo é um tipo de aliança inconsciente e fala de tudo aquilo que se impõe nos laços intersubjetivos relacionado ao negativo em suas várias formas. Poderíamos dizer que é a expressão do negativo no âmbito da intersubjetividade e se caracteriza por oferecer a cada sujeito do conjunto aquilo que tem como destino a repressão, a denegação, a recusa, a rejeição ou o enquistamento no espaço interno de um sujeito ou de vários sujeitos.

Para o autor, o pacto denegativo está presente na origem do conjunto (família, grupo social, leis) e do sujeito individual, contendo duas polaridades: uma positiva e organizadora dos laços e do conjunto intersubjetivo, e outra negativa e defensiva. Nesse ponto, o pacto denegativo torna-se um complemento de um contrato narcisista.

De acordo com Kopittke, Pereira e Mello (2005), a figura materna é alguém que teve êxito na repressão de sua sexualidade, que conseguiu amar a criança, que age em conformidade com o que a cultura traçou para o papel materno e que mantém uma relação com alguém que aceite assumir o lugar de pai da criança. Será pelo discurso materno, que nomeia e dá sentido aos objetos, que o psiquismo da criança metabolizará a sua representação do mundo – do mundo que já habitou o psiquismo da mãe. Assim, do investimento inicial da

mãe dependerão as marcas mnêmicas que a criança terá do mundo. Kopittke (2005, p. 33) admite a pré-história subjetiva da seguinte maneira:

A criança nasce em um grupo social formado por um conjunto de sujeitos que falam a mesma língua, são regidos pela mesma religião, representando o que ela denomina de discurso do conjunto. Esse conjunto pode pronunciar um número indeterminado de enunciados, mas, entre eles, terá um lugar particular a série que define a realidade do mundo, a razão de ser do grupo, a origem de seus modelos. Essa série compreende assim o conjunto de enunciados mais ou menos complexos e flexíveis cujo objeto é o próprio grupo, e que, conforme a cultura serão míticos, sagrados ou científicos.

Além de representar o mundo para a criança, os pais têm uma representação da própria criança, pois desde antes do nascimento do bebê já existe um discurso concernente a ele, uma espécie de sombra falada que, ao nascer, a mãe projetará sobre seu rebento, sobre seu corpo, passando a ocupar um lugar para onde são dirigidos os enunciados edificantes. Assim, a criança não apenas compreenderá o mundo através das representações dos pais, mais construirá uma imagem de si mesmo através dessas representações.

Diante disso, levanta-se a seguinte questão: as transmissões intersubjetivas somente ocorrem em famílias consanguíneas? Sobre isso Eiguer faz importantes considerações.

3.5.1. O parentesco e a transmissão

Para a teoria das transmissões psíquicas de caráter intergeracional, um importante componente para a sua compreensão são os vínculos empreendidos pelos indivíduos. Por vínculos, a teoria psicanalítica das transmissões entende, segundo Trachtenberg (2005), os vários tipos de ligações que o indivíduo pode estabelecer tanto com objetos internos como externos. Diferente das relações objetais, o conceito de vínculo pressupõe três espaços distintos: o intrasubjetivo, o intersubjetivo e o transubjetivo e considera que, na relação vincular, o desejo circula de forma bidirecional, pois os egos são, simultânea e sucessivamente, lugar do desejo e da realização do desejo do outro. Piera Aulagnier (1993) defende a concepção de um psiquismo predominantemente vincular, no qual o vínculo primário com a mãe inaugura o funcionamento do aparelho psíquico. Assim, a transmissão não necessita do componente consanguíneo para acontecer, o compartilhamento de conteúdos psíquicos dependerá mais dos vínculos do que outros atributos.

Através do trabalho terapêutico com famílias, Alberto Eiguer (1998) traz uma importante construção em torno da transmissão cruzada das duas genealogias, a do pai e da

mãe, e como interagem acentuando ou atenuando determinados conteúdos transmitidos psicologicamente.

A parte do vínculo amoroso do casal, onde se entrecruzam as representações de objeto e os afetos, mostra-se essencial para compreender o ancestral. As representações entre as gerações organizariam, por exemplo, a escolha de objeto dos parceiros: o tipo de família que se deseja fundar, e a educação que se pensa serem a melhor e a mais conforme com o ideal familiar já são pressentidos aí. (...) A atração que a representação da transgeração de um exerce sobre o outro traz uma vantagem em relação aos objetos parentais que intervêm também na escolha amorosa: ela passa, muitas vezes, despercebida (Eiguer, 1998, p. 23).

A compreensão sobre a construção de vínculos e, anterior a ela, a atração por um parceiro, influenciada pela percepção inconsciente dos conteúdos ancestrais, é bastante recente e traz novas possibilidades ao estudo da transmissão psíquica, principalmente, em função da interação desses conteúdos, que acontece na geração posterior. Na visão do autor, o fundador da família, então, seria o vínculo do casal, uma espécie de cena primária, como matriz, a partir da qual se tecem os vínculos, se delineiam as diferenças dos filhos que serão gerados.

Eiguer (1998) analisa também a transmissão psíquica em relação à constelação de papéis simbólicos de pai, mãe e da criança, a partir do lugar ou na função correspondente a cada um deles, já que, cada membro de uma família pode ocupar alguns lugares: o pai será igualmente cônjuge da esposa, o irmão de sua irmã, o filho de seus pais e o tio de seu sobrinho, podendo assumir a todos eles, ou ainda rejeitar algum.

Assim, o ancestral se apresenta como outro pai, lugar que poderá ser ocupado por outro indivíduo, como o tio, o educador, o padrinho. É comum, que em algumas famílias, além do pai, a criança tenha a figura do tio materno, como um reserva na educação e nos vínculos com a criança. Independente da hereditariedade, as funções parentais são, antes de tudo, psíquicas. Segundo Eiguer (1998, p. 36), “frequentemente, o pai guia ou interditor não é o mesmo que o pai modelo de identificação. Importa explicitar que o pai genitor pode ser outro, jamais dois”.

Existe ainda, nas famílias dos nossos dias, a figura do padrinho ou madrinha, aqueles que apresentam a criança para o batismo religioso e, com isso, estabelecem o compromisso implícito de acompanhá-la e provê-la e na falta dos pais ocupa o lugar de pais espirituais. Para algumas famílias, essas pessoas realmente assumem lugar de quarto personagem familiar, com qual se estabelecem vínculos, processos de identificação e investimento de pulsões e de transmissão psíquica. De forma correspondente, é possível pensar as relações estabelecidas numa adoção, como Eiguer (1998, p. 34) ressalta:

Se a fantasia da história familiar representa um papel tão vital no mundo psíquico da criança, isto é devido, em grande parte, ao fato de que ele sugere a diversidade; a história familiar autoriza a dupla filiação, situação que tornará mais tolerável, no momento oportuno, a aceitação da ascendência vinda de um mestre e de alguma outra figura paterna.

Isso não significa que na transmissão psíquica a herança biológica tenha um peso maior, porém, a construção imaginária que se faz em torno do corpo, tem um peso nos processos de identificação e investimento de pulsões.

Assim, é o grupo social quem determina a filiação. A criança se vinculará, reconhecerá e investirá naquele que for designado como pai, lugar geralmente designado pela mãe. Quando a mãe atribui a paternidade a uma determinada pessoa, será aquela que ocupará a ascendência inconsciente e imaginária da criança. Se a criança imagina como pais, pessoas diferentes dos seus pais que a educaram, isso pode estar ligado à sua percepção sobre a sua capacidade de procriação e a sua possibilidade de realização erótica.

O autor defende também a noção de relação recíproca entre os membros de uma família, por meio de uma dinâmica de investimentos recíprocos. Essa concepção prevê que, quando uma criança representa inconscientemente um ancestral, este também a representa, ou representou inconscientemente, com movimentos vinculares ativos e será a família que determinará os limites de cada um desses vínculos e o seu lugar.

Numa tentativa de fechamento em torno das elaborações sobre a transmissão, sua relação com o parentesco e a ancestralidade, Eiguer (1998) organiza as variações em torno das repetições inconscientes da seguinte maneira: em primeiro lugar, o descendente reproduz a conduta de seu ascendente de maneira impulsiva, automática e pouco intelectualizada; o descendente reproduz de maneira mais abjeta e intensificada; o descendente reproduz a conduta do ascendente de maneira menos determinada; o descendente introduz a dimensão do desejo ali onde o ascendente havia agido.

Fustier e Aubertel (1998) defendem a ideia, também adotada por Kaës (2005), de que existe, além do aparelho psíquico individual, um que pertence ao grupo familiar, com funções e características muito particulares. Os primeiros definem como aparelho psíquico familiar, a estrutura que é compartilhada pelos membros da família e que tem como função a articulação das relações familiares, através dos funcionamentos psíquicos individuais, como um gerador de sentidos e como sustentáculo ao psiquismo dos recém-nascidos.

No recém-nascido, a sua ação como um aparelho externo é de transformar as experiências sensoriais em psíquicas e intercambiáveis no interior do ego que luta para

abarcando e dando sentido ao vivido. Além disso, ele seria capaz de conter as angústias arcaicas, permitindo a construção de um mundo interno organizado e coerente.

Em geral, as suas funções seriam de continência, ligação, transformação e transmissão, que são assim descritas por Fustier e Albertel (1998, p.133):

A função de continência das angústias arcaicas corresponde à função de para-excitação, depositária de elementos simbióticos, e de sustentáculo das experiências brutas do lactente. (...) A função de ligação, tanto intrapsíquica quanto intersubjetiva, corresponde ao fato de que o recém-nascido poderá utilizar estas vivências psíquicas para, progressivamente, autoconter-se e organizar a própria psique, bem como estabelecer relações objetais no seio de seu grupo familiar, e depois no exterior. A função de transmissão, na sucessão de gerações, remete à maneira pela qual cada família irá dar à criança as chaves de acesso ao mundo.

O principal legado transmitido pelo aparelho psíquico familiar é a maneira como aprendeu a lidar com o mundo, como se colocou, defendeu e organizou o universo à sua volta. Essas referências permitirão que a criança, utilizando esse arcabouço, organize o seu mundo interno que também vai conter as características que são estritamente pessoais e únicas.

Colocado dessa maneira, fica evidente que o indivíduo não tem autonomia para construir a sua própria história, ele sempre se apoiará na história que o precede, da qual extrairá os seus fundamentos narcísicos que lhe permitirão ocupar o seu lugar.

De acordo com Fustier e Albertel (1998), existem dois grandes tipos de herança: uma herança intergeracional, constituída de vivências psíquicas imediatas e elaboradas como as fantasias, imagos e identificações que organizam a história familiar individual; a outra é a uma herança transgeracional, constituída de elementos brutos, não elaborados, marcada por vivências traumáticas e lutos não elaborados. A transmissão no segundo caso se dá pelo atravessamento do espaço psíquico da geração precedente, sem que ocorra o reconhecimento e a elaboração.

No primeiro tipo de transmissão, é possível perceber conscientemente alguns elementos transmitidos, porém a sua grande maioria será inconsciente. No segundo, todo o conteúdo será inconsciente, com aspectos não representáveis e lacunares. Porém, em ambos os casos, existe a obrigatoriedade de perpetuação de uma geração a outra. Quando uma criança nasce, fatalmente, assumirá alianças e pactos construídos entre seus pais e sua ascendência. Podemos concluir, a partir disso, que toda criança chega ao mundo, dentro de uma história que preexiste e, dela, será herdeiro e prisioneiro.

Uma das missões, que parece ser generalizada na herança humana, é a perpetuação da família, independente da morte de seus ascendentes, conservando suas características e zelando da história a ser transmitida, apesar da exogamia. A exigência que recai sobre cada

pessoa é a busca permanente do equilíbrio do grupo familiar e a estabilidade da identidade familiar.

Quando essa estabilidade é ameaçada, ou ainda, quando uma ruptura dos vínculos se torna eminente, o sofrimento psíquico se instala, colocando as defesas à disposição da perpetuação e preservação do grupo familiar. Uma das causas para essa fantasia de ruptura é a vivência de experiências violentas no seio da família, que gera, além de sentimentos persecutórios a sua perpetuação, a transmissão de conteúdos agressivos.

3.5.2. A herança da violência

A inclusão desse item de fundamentação teórica no presente trabalho se justifica pelas percepções levantadas desde os primeiros contatos com a instituição e, principalmente, pelos conteúdos dos relatos das entrevistas com os participantes da pesquisa. Falas referindo-se aos maus-tratos, agressões e violência se repetiram discurso após discurso e se localizavam tanto nas famílias de origem de mães sociais e seus filhos, em seu período anterior ao abrigo, quanto dentro dos muros da organização. Esse fenômeno pode ser compreendido a partir de diversas abordagens, porém se privilegia a transmissão psíquica entre gerações, como uma das fundamentações da pesquisa, lembrando-o como um processo que legitima a violência dentro do espaço familiar e de uma instituição criada para oferecer abrigo.

Áries (1981), no livro *A história social da criança e da família*, reconhece que, entre os séculos XVI e XIX, a infância era percebida e tratada como um pequeno adulto. Apesar de participar de todos os rituais adultos, a visão que se tinha sobre a infância era incapacidade e desconsideração, já que nas pinturas de funerais, muito comuns nessa época, não se retratavam crianças. Quando essa visão vai se alterando, a imagem da criança passa a ser associada a dois tipos de reação, que ele nomeia de paparicação e exasperação.

A paparicação consistia em perceber a criança como o ser belo, a quem o adulto deveria atribuir todos os cuidados e atenções. Por outro lado, a exasperação era o sentimento oposto, pois no intuito de ensinar a viver em sociedade, a criança necessitava de castigos físicos e trabalho para que pudesse domar os seus instintos e se tornar um adulto educado. Essa visão e, conseqüentemente, atitudes frente à infância eram adotadas tanto no espaço familiar quanto pelos educadores. Os corpos necessitavam de disciplina e também do reconhecimento da autoridade dos adultos sobre elas.

De certa forma essa visão sobre a infância se perpetua até os nossos dias, já que a família, a escola, a instituição de abrigo, que tem como uma de suas funções o cuidado

e a socialização da criança, ainda manifestam essa dicotomização, que se reflete na postura e nos discursos de amor, assim como no discurso da necessidade de disciplina que se traduz muitas vezes como castigos físicos e agressões.

Os limites e as práticas educativas se misturam com a violência, como se fossem sinônimos, isso acontecendo com a aprovação do Estado, já que faz parte do seu papel enquanto célula social. Foucault (2009) descreve essas práticas educativas como parte de um movimento que surge por volta da segunda metade do século XVIII, quando o corpo passa a ser visto como uma fonte de poder, pois mesmo na sua fragilidade, era manipulável e adestrável, suscetível de dominação. As instituições como escolas, conventos, quartéis são incluídas como aquelas onde a disciplina deveria ser buscada na sua forma mais explícita, através da demarcação de espaços (os muros são construídos em torno das instituições justificados pela possibilidade do lugar seguro e protegido), das distâncias entre os corpos (as filas e disposição das carteiras nas escolas, as camas nos quartéis), o controle da atividade, o horário predeterminado para todas as atividades além da censura que cada descumprimento acarretaria. Descrevendo os recursos e sanções que eram utilizados para o bom adestramento, Foucault (2009, p. 172) afirma:

O castigo disciplinar tem a função de reduzir os desvios. Deve, portanto ser essencialmente corretivo. Ao lado das punições copiadas do modelo judiciário (multas, açoites, masmorra) os sistemas disciplinares privilegiam as punições que são da ordem do exercício – aprendizado intensificado, multiplicado, muitas vezes repetido: o regulamento de 1766 para a infantaria previa que os soldados de primeira classe “que mostrarem alguma negligência ou má vontade serão enviados para a última classe”, e só poderão voltar à primeira, depois de novos exercícios e novo exame.

Os superiores hierárquicos tinham o poder de julgar toda e qualquer ação dos seus subordinados e ainda mais, o poder sobre os seus corpos através dos castigos físicos e de suas mentes pelos castigos psíquicos. Esse sistema não copiava apenas o judiciário que determina proibições e suas penalidades, vai além, pois punia tudo aquilo que fosse considerado inadequado ou que fugisse do padrão ideal. Dessa maneira poderiam ser punidos os atrasos, as ausências, a desatenção, a negligência, a falta de zelo, a desobediência, a tagarelice, a insolência, a sexualidade pela imodéstia e indecência. Aqueles que se encontravam numa posição de autoridade tinham o poder de julgamento e aplicação do castigo merecido a todos os seus subordinados.

Os castigos continuam na ordem do dia nas escolas, famílias e instituições. Apesar dos séculos decorridos, persiste a noção de educação baseada na sujeição do outro e, principalmente, do seu corpo. A escola, o lugar mais exposto ao olhar mais crítico de pais e

dos canais de comunicação, substituiu o castigo físico pelo psíquico, mas nas famílias e organizações de abrigo, protegidos pelos muros da propriedade privada.

Segundo Ribeiro e Bareicha (2008), pode ser considerada como violência intrafamiliar toda ação ou omissão cometida por um dos membros da família, em relação de poder, que prejudique o bem-estar, a integridade física e psicológica ou a liberdade de direito de outro membro da família. Para além do plano físico, a violência é, antes de tudo, originada nas relações interpessoais assimétricas e hierárquicas e nem todas as suas formas são identificáveis, acontecendo isoladamente.

Para explicar o fenômeno da violência dentro da perspectiva da transmissão psíquica, Ribeiro e Bareicha (2008) o fazem a partir de três conceitos-chave: lealdades invisíveis, justiça familiar e parentificação.

Para compreender o conceito de lealdades invisíveis, é preciso decompô-lo em dois níveis, o primeiro sistêmico, social e o segundo individual, psicológico. No nível sistêmico, o grupo necessita da lealdade de seus membros, que é traduzida nos seus pensamentos e motivações. Quando um casal se une, geralmente trazem como expectativa o desejo de formar uma família melhor do que a sua de origem, o que pode se tornar ponto de conflito entre ambos. O segundo conceito, o da justiça familiar, para ser mais bem explicitado, é preciso que se fale da sua falta, que pode ser experimentada quando há injustiça, má fé, exploração entre os membros da família, vingança e até mesmo abandono. O terceiro conceito é o de parentificação, onde as relações podem se inverter, e os filhos passam a ter os pais como seus dependentes, a partir de um complexo sistema de dívidas e méritos. Assim, quem se sentiu cuidado e protegido pode repetir esse padrão com seus pais. Aplicando esses conceitos à transmissão da violência, Ribeiro e Bareicha (2008, p. 257) afirmam:

Quando pensamos no transgeracional como sistema maior em que se dá a repetição, fica a questão sobre quais meios propiciam essa repetição ou “por meio de” quais circunstâncias ela aparece. Percebemos em nosso estudo que as gerações anteriores oferecem modelos de padrões geracionais violentos para as gerações subsequentes por meios variados, dos quais destacamos a comunicação, os mitos, as regras, a hierarquia e as triangulações.

Dependendo do tipo de conteúdo violento transmitido, a família utilizará determinados tipos de defesa, geralmente inconscientes, para lidar com ele. Quando o estudo se baseia na comunicação, ou nos relatos, todos os tipos de comunicação deverão ser considerados: a não comunicação, os silenciamentos, os olhares, os sorrisos, os movimentos. Para que o conteúdo permaneça em segredo, acordos implícitos se formarão entre os membros da família.

A violência intrafamiliar é um tema bastante complexo e pede, para a sua compreensão, a reflexão sobre as situações e contextos em que ocorrem, e a que questões ela se liga na sua expressão. Para Cury (2005), ela é a expressão de diferentes ações que envolvem violência interpessoal, abuso do poder disciplinador e coercitivo dos pais ou responsáveis, imposição de maus-tratos à vítima, com completa objetualização e sujeição, violação dos direitos essenciais da criança e do adolescente, ferindo os valores humanos fundamentais como a vida, a liberdade e a segurança.

Além disso, o fenômeno da violência é algo dinâmico e apresenta diversas faces, como a violência física, a sexual, a psicológica e a negligência. Para compreender a sua manifestação no espaço da instituição de abrigamento, faz-se necessária uma rápida caracterização.

A violência física é bastante complexa em função da sua amplitude e abrangência. De acordo com Balone (2008), a violência física se caracteriza pelo uso da força com o objetivo de ferir, por meio de murros, tapas e agressões com a utilização de objetos, deixando marcas evidentes ou não. Já Guerra (2001) defende que qualquer ação que cause dor física, desde um simples tapa ao espancamento propriamente dito, representa um *continuum* de violência.

Por violência sexual contra crianças e adolescentes, Guerra (2001) entende como todo o ato ou jogo sexual, numa relação homo ou heterossexual, que tem por objetivo estimular sexualmente ou utilizá-lo para obter uma estimulação sexual de si ou de outra pessoa. Esse tipo de violência envolve também outros tipos de manifestações agressivas, como a coação, chantagem, violência física e privação da liberdade.

A violência psicológica, de acordo com Balone (2008), é tão ou mais prejudicial que a violência física e se caracteriza por atos de rejeição, depreciação, discriminação, humilhação, desrespeito e punições exageradas. Esse tipo de violência não deixa marcas visíveis, mas afeta emocionalmente a criança, bloqueando os esforços de autoaceitação e causando grande sofrimento mental.

A negligência é percebida como um tipo especial de maus-tratos, que envolve a omissão de cuidados indispensáveis, que vão desde o cuidado com a higiene, educação e saúde até o abandono parcial ou total.

A violência, enquanto conteúdo das relações na instituição de abrigamento, não pode ser considerada como algo inédito, porém, chama a atenção no trabalho de pesquisa, a força com que aparece nas transmissões intersubjetivas, tanto como ideia quanto ação. O aprofundamento do tema se dará na discussão dos resultados. Os outros conteúdos das transmissões nas díades são apresentados, na sequência, nos objetivos deste trabalho.

4. OBJETIVO GERAL

- Investigar os conteúdos da transmissão psíquica intersubjetiva presentes na díade mãe social-adolescente, no espaço familiar de abrigo.

4.1. Objetivos específicos

- Identificar os mecanismos de defesa, interdições e vinculações estabelecidas, buscando similaridades e diferenças entre mães sociais e adolescentes.
- Buscar, nas narrativas, as marcas emocionais do abandono e da dinâmica familiar, no pré e pós-abrigo.
- Caracterizar as formas de vinculações existentes nos grupos familiares e a construção da parentalidade.
- Analisar os significados compartilhados pela díade, na tentativa de compreender a instituição de abrigo.

5. MÉTODO

Sobre o objeto de estudo, a transmissão intersubjetiva na díade mãe social-adolescente abrigado, é preciso que se diga que sua natureza é essencialmente intersubjetiva e composta de conteúdos inconscientes, expressos em elementos presentes nos relatos da díade mãe social-adolescente, tais como: personagens familiares, crenças, fantasias, imagens, identificações, rituais e segredos familiares. Assim, os elementos são pouco objetivos e, em sua maioria, manifestações inconscientes presentes nos discursos dos participantes da pesquisa.

Diante disso, a pesquisa qualitativa é a mais apropriada para proceder ao processo de investigação, já que a pesquisa social é, em si, desafiadora, pois significa admitir que não existam respostas definitivas para o problema que o pesquisador pretende investigar. O objeto é, ao mesmo tempo, individual e coletivo e, assim sendo, existe num espaço determinado, pertencendo a grupos sociais mutáveis com representações manifestas que são sempre dinâmicas e provisórias. Além disso, o pesquisador é da mesma natureza que o objeto, o que o torna parte de sua observação. Se pesquisador e pesquisado estão submetidos a questões da sua realidade contextual e de sua época, a pesquisa tem seus limites dados pelo desenvolvimento social que integra indivíduos, grupos e pesquisadores, que são dialeticamente autores e frutos do seu momento histórico. A escolha por uma abordagem qualitativa atende a uma demanda tanto do pesquisador quanto do objeto de estudo.

A pesquisa qualitativa pode ser aplicada para a compreensão de fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade e subjetividade, que não ocorrem de maneira isolada e sim dentro de um contexto social e histórico. Permite investigar aspectos como intenções e motivos por meio da interpretação, o que não ocorre de maneira isolada, mas a partir dos sentidos construídos socialmente. O pesquisador, como investigador da subjetividade e simbolismo, em momento algum poderá prescindir da compreensão dos mesmos a partir do contexto social em que são produzidos.

Segundo Chizzotti (1991), são algumas características da pesquisa qualitativa: a imersão do pesquisador nas circunstâncias e contexto da pesquisa; o reconhecimento dos atores sociais como sujeitos que produzem conhecimentos e práticas; os resultados como fruto de um trabalho coletivo resultante da dinâmica entre pesquisador e pesquisado; a aceitação de todos os fenômenos como igualmente importantes e preciosos; a constância e ocasionalidade, a frequência e a interrupção, a fala e o silêncio, as revelações e os ocultamentos, a continuidade e a ruptura, o significado manifesto e o que permanece oculto.

A pesquisa qualitativa deva ser concebida como sendo um empreendimento abrangente e multidimensional, pois envolve maneiras de ajuizar o sentido das proposições que levam a uma compreensão ou esclarecimento dos sentidos e significados dados à palavra, às sentenças e aos textos, dentro de um contexto social determinado.

Para ter acesso ao objeto de estudo, compreende-se que os procedimentos metodológicos, propostos pela pesquisa qualitativa, principalmente a partir dos relatos verbais, permitirão o confronto com as representações dos fenômenos mencionados acima. Trabalhar com as imagens e ideias sobre a família, dentro dessa abordagem, significa também pensar em interpretação de categorias mais gerais e combinações que as mesmas possam estabelecer entre si.

Mais especificamente, adotou-se como método de investigação o psicanalítico, em função da natureza de nosso objeto de estudo. A pesquisa em psicanálise é bastante complexa e nem sempre bem acolhida nos meios acadêmicos, pois não se funda sobre dados observáveis e quantificáveis – antes, a realidade psíquica, ou a subjetividade, constitui o seu objeto de pesquisa, interessando-se pela dinâmica psíquica do fenômeno observado. Sobre o objeto da pesquisa psicanalítica, Silva (1993, p. 20) afirma:

O objeto da psicanálise é o inconsciente, é a gama de significados emocionais possíveis que se organizam segundo um fio condutor que batizamos de desejo, com tendência a se manifestar na consciência e daí ao ambiente. (...) O método da psicanálise caracteriza-se por abertura, construção e participação. Diria também que se trata de um método receptivo, valorizando mais a escuta do que a fala, mais a espera do que a indução de um sentido.

Não se pode afirmar, no entanto, a partir dessa característica, que a ciência psicanalítica seja totalmente fluídica, já que apresenta atributos que a tornam semelhante a outras ciências, como o conhecimento acumulado e a comunicabilidade dos conhecimentos. Assim, é possível ao pesquisador, partindo da comodidade daquilo o que é conhecido, motivado pela sua insatisfação e pelo desejo de saber aguçado diante do desconhecido, construir uma nova atividade investigativa.

De acordo com Mezan (1993), o trabalho de pesquisa em psicanálise parte do singular, tenta apreender as determinações dessa singularidade e visa a extrair dela a dimensão universal que, por sua própria natureza, ela contém. É o que procura com a pesquisa que, empreendida, partindo da história de vida pessoal dos sujeitos da instituição, buscou-se o que havia de comum em termos de defesas, pulsões, interdições e vinculações na díade mãe social-adolescente abrigado.

5.1. Participantes

Segundo Minayo (1992), em uma pesquisa qualitativa, a definição dos sujeitos sociais que participarão das entrevistas é de suma importância, e a amostragem deve ser realizada com base numa parte representativa da população da pesquisa, que possibilite ao pesquisador compreender o seu objeto de estudo. O critério de representatividade da amostragem na pesquisa qualitativa não é numérico, sendo que, a quantidade de pessoas entrevistadas deve permitir que haja a reincidência de informações ou a saturação dos dados, situação que ocorre quando nenhuma informação nova é acrescentada com a continuidade do processo de pesquisa. Assim, nesta pesquisa não se definiu, *a priori*, o número de sujeitos a serem entrevistados, adotou-se o critério de saturação ou recorrência dos dados, ou seja, a coleta de dados seria interrompida, cessando-se a escuta das narrativas, no momento em que a busca de novos sujeitos não acrescentasse mais nenhum dado novo à investigação.

Foram entrevistadas 14 mães sociais e nove adolescentes. Desses, quatro díades mãe social-adolescente abrigado, que atendiam aos requisitos, tiveram suas histórias discutidas e analisadas.

5.2. Local

O local de realização da pesquisa foi uma entidade de abrigo, uma organização não governamental, cujo âmbito de atuação é internacional, que atua em 132 países por meio de 1.897 unidades, uma delas localizada na cidade de Manaus, Amazonas, unidade que acolheu a pesquisa.

O objetivo da organização é desenvolver um trabalho na defesa dos direitos de crianças e adolescentes da comunidade. Atualmente, a organização conta com dois grandes programas: um programa de acolhimento ou abrigo, que atende crianças e adolescentes encaminhados pelo Juizado da Infância e da Adolescência, em regime de casas-lares sob supervisão de uma mãe social; e outro programa de fortalecimento da comunidade, que consiste num oferecimento de cursos profissionalizantes para os pais de crianças da comunidade, que também são atendidas na organização com apoio pedagógico.

A organização foi fundada em 28 de outubro de 1995. É composta de 14 famílias, com 122 crianças e adolescentes abrigados em casas-lares independentes, um centro cultural com capacidade para 70 pessoas, creche para 220 crianças, escola de ensino fundamental para 300 crianças da organização e da comunidade e um centro social que desenvolve o segundo programa da organização, por meio dos Núcleos de Educação Infantil, Sociedade e Cidadania,

Jovens e Mercado de Trabalho e Saúde da Família. As casas e prédios de serviços estão localizados num mesmo terreno em forma de condomínio.

Além dessas estruturas, a organização conta ainda com uma casa de jovens, localizada num outro bairro, que funciona como transição entre a vida na organização e a vida em sociedade. Os adolescentes podem ir para esse local a partir dos 14 anos de idade, contando ainda com o acompanhamento de uma orientadora. O seu principal objetivo é o de inserir o adolescente na vida profissional e prepará-lo para gerir a própria vida.

5.2.1. A fundação da instituição

A organização não governamental foi fundada em 1949, por um jovem estudante de medicina, que por ter nascido em uma família numerosa e ter perdido a mãe ainda na sua infância, identificou-se com o grande número de órfãos deixados pela Segunda Guerra Mundial e idealizou um projeto com a finalidade de abrigar essas crianças.

Seu projeto não contemplava apenas as crianças, pois, ao mesmo tempo, havia mulheres também sozinhas em função da guerra. Sua intenção era a de reconstruir famílias, por meio de um lar social, o que julgava mais adequado para o desenvolvimento de uma criança ou jovem. Assim foi criada na Europa a primeira de muitas unidades da instituição de abrigo concebidas a partir de dois indivíduos: a mãe social e a criança ou adolescente órfãos.

5.2.2. As casas-lares

As casas-lares foram projetadas para atender em torno de doze crianças, mais a mãe social e a tia social em amplas acomodações. As casas medem em torno de 400 metros quadrados de área construída, contendo seis quartos com banheiro e, desses, dois são ocupados por abrigados do sexo feminino e dois pelos abrigados do sexo masculino, um quarto para a mãe social e outro para a tia social, além de sala de convivência, cozinha, varanda e área de serviço. A mobília, eletrodomésticos e utensílios são fornecidos pela instituição e competem à mãe o cuidado e a manutenção dos mesmos.

As casas-lares funcionam de forma independente e cabe à mãe social: administrar os recursos financeiros que lhe são repassados (valor *per capita*) mensalmente, suprir com esse valor as necessidades de cada um dos filhos sociais; administrar as responsabilidades domésticas incluindo os filhos nessas atividades, de forma educativa; fazer com que a criança tenha acesso à educação, mantendo comunicação constante com a escola pública escolhida;

favorecer a experiência religiosa da família, com liberdade para definir junto com os filhos a denominação de sua preferência e respeitando as escolhas dos filhos; favorecer o contato da criança com a sua família consanguínea se houver; administrar os conflitos familiares; estimular as relações entre os irmãos sociais e desses com a comunidade da organização.

As casas são dispostas uma ao lado da outra, tendo um grande chapéu de palha no centro, onde as crianças e adolescentes brincam ou se reúnem, onde algumas mães sociais se encontram ao final do dia e são realizadas festividades como: aniversários, festas juninas, confraternizações, entre outras.

5.2.3. O provimento das casas-lares

A instituição de abrigo atua em 132 países, construindo e garantindo o funcionamento de cerca de 220 unidades, com estruturas condizentes com os diversos estilos de moradia, educação, alimentação e manifestações culturais dos contextos em que se insere.

Para efetivar a sua atuação, a instituição capta, gerencia e distribui recursos financeiros provenientes de doações de pessoas físicas e jurídicas dos países onde se encontra.

Quando um doador assume o compromisso de prover as necessidades de um ou mais abrigados, junto à instituição, é considerado como o seu “padrinho”, que pode manter contato com essa criança ou adolescentes. Os contatos, intermediados pela instituição, são realizados, geralmente, por carta e eventuais visitas. Alguns “padrinhos” oferecem, além da doação mensal, mensalidades de escolas, presentes pessoais e depósitos em conta poupança em nome do abrigado.

Dessa maneira, na instituição, todos os abrigados têm um “padrinho” ou provedor que, por meio de uma mensalidade, provê as suas necessidades. Os abrigados são incentivados a manter o contato com o seu provedor por meio de cartas e fotos que informam sobre o seu desenvolvimento, progresso acadêmico ou, ainda, cotidiano da instituição. Na maioria dos casos, os padrinhos correspondem aos contatos por escrito e chegam a viajar até a instituição para visitar o “afilhado”, porém, é comum que alguns abrigados jamais conheçam essa pessoa, devido a uma série de fatores, entre eles, a distância e a disposição pessoal.

5.3. Instrumento

O instrumento utilizado para coleta de dados foi a entrevista narrativa e, mais especificamente, a história de vida, que pode ser definida como a narrativa que cada pessoa faz de

si mesma. É uma explicação narrativa montada a partir de marcos que, guardados seletivamente na memória, dão consistência à nossa identidade e nos faz reconhecer a nós mesmos. Na tentativa de definir a técnica da história de vida, Queiroz (1987) a considera como um relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, resgatando acontecimentos vividos e a experiência adquirida. Por intermédio dessa narrativa individual, é possível ao pesquisador desvendar as suas relações, sua profissão, o grupo social a que pertence e a sociedade na qual está inserido, com o interesse último de captar algo que ultrapassa o caráter individual do que é comunicado e que se insere na coletividade a que pertence.

De acordo com Silva (2007), o objetivo dessa técnica é compreender o indivíduo na sua singularidade e para isso, a grande preocupação está no vínculo entre o pesquisador e o sujeito, o que pode gerar tanto uma rica captação de dados como um documento histórico valioso a ser estudado. Outra vantagem seria a possibilidade de uma maior aproximação com a realidade na qual o sujeito está inserido, sem a necessidade de roteiros predefinidos.

A técnica de história de vida prevê uma entrevista aberta, onde não existe um roteiro de questões definidas *a priori* pelo entrevistador. Quem define o roteiro é o próprio entrevistado, na medida em que fala livremente sobre sua vida ou se detém em um determinado período ou aspecto de sua biografia. Assim, é possível ao entrevistador entrar em contato com as experiências do entrevistado, a partir da referência do próprio. A entrevista não se resume apenas à voz ou à palavra, pois o conteúdo inconsciente pode se manifestar no gesto, no movimento, na expressão facial, na atitude diante do entrevistador e até mesmo no silêncio. Assim, o momento em que a entrevista acontece é bastante rico; nele o pesquisador deverá estar atento a todos os sinais do sujeito, de modo a realizar uma escuta ativa, demonstrando o seu interesse pela história do narrador. Para poder oferecer uma escuta e uma atenção realmente ativas, utilizaremos o gravador que, segundo Queiroz (1987), pode servir para anular, ou pelo menos diminuir o possível desvio trazido pela intermediação do pesquisador.

A história de vida foi a tática de coleta do material empírico, na qual se apoiaram as fases posteriores da pesquisa: a análise dos discursos, a correlação com a teoria, a comparação entre as histórias levantadas e a elaboração da tese.

5.3.1. Procedimentos de coleta de dados

Como já apresentado, o contato e a construção de vínculos com a instituição se estabelecem há 15 anos, porém, de maneira específica, para esta pesquisa, a apresentação e autorização datam de novembro de 2006. A partir dessa data, as visitas sistemáticas à

organização foram retomadas. Inicialmente duas vezes no mês e, no período de julho de 2008 a maio de 2009, as visitas se tornaram semanais e, em algumas situações, devido aos agendamentos de entrevistas, os encontros ocorriam duas vezes por semana.

As entrevistas foram iniciadas pelas mães sociais que se disponibilizaram com facilidade para contarem as suas histórias de vida, após a divulgação, em reunião dos objetivos e dos procedimentos da pesquisa. Apesar de não se encontrarem todas as mães sociais no dia da reunião, a maioria procurou por vontade própria o agendamento da entrevista, denunciando, na nossa percepção, a necessidade de um espaço de escuta. Quando não agendavam, mandavam um recado por outra mãe, indagando sobre qual seria o dia da sua entrevista. Diante dessa disposição e também pela riqueza dos conteúdos trazidos nos seus relatos, tomou-se a decisão de entrevistar as 14 mães e uma tia social, das três pessoas que ocupavam essa função.

Após essa decisão, foram agendados também os adolescentes maiores de quinze anos. Das 14 famílias sociais, em apenas nove delas existiam adolescentes com a idade proposta pela pesquisa e destes, apenas quatro conviviam há mais de dois anos com a mãe social atual. Apesar do tempo de permanência na instituição, para a maioria dos adolescentes, ultrapassa quatro anos, alguns haviam passado por mais de uma casa-lar, convivendo com algumas mães e com um tempo de convivência menor que dois anos com a mãe social atual. Assim como realizado com as mães, os nove adolescentes foram entrevistados, a título de ampliação da visão institucional e da dinâmica das famílias sociais. As entrevistas não utilizadas para análise, neste trabalho, serão incluídas em uma pesquisa posterior.

Atendendo ao que preconiza o artigo 30º do Código de Ética do Psicólogo, antes do início de cada entrevista, procedia-se à leitura e assinatura do Termo de Consentimento do Livre e Esclarecido que expunha os objetivos da pesquisa e também o compromisso de sigilo e regras de divulgação de resultados. Mesmo esclarecidos da possibilidade de interrupção das entrevistas a qualquer momento do processo, nenhum dos participantes manifestou esse desejo.

Para preservar a identidade dos participantes, optou-se por usar nomes fictícios. Nomes que iniciam com letra A, para os adolescentes, com letra M para as mães sociais e com T para os membros da equipe técnica mencionados nos discursos.

As entrevistas aconteceram ao longo do período já mencionado. A solicitação inicial era para que cada participante contasse a sua história de vida, falando de tudo o que lembrassem e também aquilo que as pessoas que os acompanhava, como os familiares, amigos e conhecidos falavam sobre a sua trajetória. Durante as entrevistas, foram

estabelecidas interações que permitiram confirmar informações e esclarecer pontos que não ficavam claros nos relatos.

Os discursos foram ouvidos e gravados, a partir de um encontro individual, com duração de 59 minutos, sendo que uma das entrevistas foi realizada em dois encontros de, aproximadamente, 50 minutos.

5.4. Fundamentos teóricos para análise dos dados

Um dos grandes desafios da pesquisa foi o encaminhamento da análise dos seus resultados, no caso, a reconstrução verbal da história de vida pessoal, a partir da análise dos discursos apresentados no momento da entrevista. O referencial teórico utilizado pauta-se na proposta de análise do método psicanalítico.

Para a psicanálise, os discursos proferidos são tramas complexas, cheias de significados, atravessadas por outros discursos que se complementam e contradizem e cabe ao analista desamararrar, esclarecer por intermédio da interpretação. O ato de interpretar do analista consiste no levantamento das linhas de significados possíveis no discurso do paciente, indo para além da exposição consciente da palavra, buscando as conotações que não se encontravam na intenção do dizer. Segundo Herrmann (2001, p. 82):

Interpretar a descrição metafórica da condição analítica de um paciente consiste em operar uma tradução dos significados possíveis, fantasias, apresentando-os em nova versão, mais claramente nomeada, mais precisa. Todavia, versão de fantasia que é a interpretação produz asserções descritivas meramente possíveis, cuja meta é jogar com as diferenças que se produzirão no sujeito. A precisão da apreensão dos sentidos possíveis não equivale, portanto, a uma explicação de processos psíquicos, mas à precisão em fazer com que se choquem diferentes representações, nisso consistindo as interpretações.

O olhar interpretativo exige que se compreenda o objeto de análise e seu contexto, o que definirá os elementos constantes na ação interpretativa. A transmissão intersubjetiva pressupõe um indivíduo inserido no seu grupo, formador e formado por ele, assim, o tipo de análise utilizada se fundamenta na proposta de Renè Kaës (2005) para o trabalho psicanalítico em situação de grupo, não se tratando de uma aplicação da técnica psicanalítica individual, mas de uma construção metodológica própria. Nas palavras do autor:

O grupo que constitui o objeto das práticas e das teorizações psicanalíticas é uma construção do método psicanalítico. Essa construção do grupo como dispositivo metodológico introduz uma mudança capital em relação às especulações freudianas: um dispositivo de grupo é construído de tal modo que as características gerais do método psicanalítico produzem nele seus efeitos de conhecimento do inconsciente,

de tratamento dos distúrbios psíquicos inacessíveis de outra forma, de transformação da relação do sujeito com sua história (Kaës, 2005, p. 72).

Apesar de a técnica utilizada na pesquisa, a história de vida, ter sido apreendida num espaço individual, entre participante e pesquisadora, os elementos buscados na análise das entrevistas dizem respeito à vivência no grupo familiar, às intersecções existentes entre esses indivíduos que se inseriram, num determinado momento de suas vidas e assim permanecem, numa estrutura institucional preexistente, espaço de transmissões intersubjetivas constantes e massivas, com manifestações de identificações que se expressam nos sintomas, mecanismos de defesa, manejos relacionais e da realidade.

De acordo com Kaës (2005), o trabalho da psicanálise grupal, de intervenção ou de pesquisa deve levar em consideração três características morfológicas: a pluralidade, o face a face e a interdiscursividade. Para a análise dos discursos, destacamos duas delas, a pluralidade e interdiscursividade como elementos organizadores dos conteúdos presentes nos mesmos. Na continuidade, explicam-se como essas características suportam a análise.

Na vivência grupal, cada membro é partícipe de um encontro múltiplo e intenso com vários outros, uma pluralidade que envolve investimentos pulsionais, de emoções, de afetos, representações diversas e, até mesmo, antagônicas. Essa pluralidade implica numa relação constante entre os componentes intrapsíquicos e intersubjetivos que resultam no estabelecimento de mecanismos de defesa conjuntos e comuns, além de identificações e renúncias, sem que haja a consciência desses processos. Existe de acordo com Kaës (2005) um mecanismo denominado de identificação urgente, descrito como:

A. Missernard descreveu a identificação urgente como um mecanismo fundamental em tal situação. A noção de urgência conota situação precária de transbordamento e de não ligação, a qual se pode encontrar exposto o Eu dos membros do grupo. Tudo se passa como se o primeiro objeto que sustentará um novo laço intrapsíquico restabelecerá, de uma só vez, a consistência da realidade psíquica decomposta e “conterá” o pânico. Esse objeto não é qualquer objeto, é um objeto escolhido por sua função defensiva e ao qual cada um poderá identificar-se segundo diversas modalidades, adesivas ou projetivas (Kaës, 2005, p. 78).

A pluralidade é o que permite aos grupos a atribuição de sentidos e significados, construção de vínculos e eliminação de representações destoantes, delimitando o de dentro e o de fora, elementos de análise e compreensão dos discursos e realidades dos participantes da nossa pesquisa.

Outra característica, proposta por Kaës (2005), é interdiscursividade, ou a pluralidade dos discursos, passível de conhecimento a partir dos enunciados de fala que se ordenam

segundo um duplo eixo sincrônico e diacrônico, enunciados em conformidade com a cadeia associativa de representações do grupo ou destoante do padrão grupal.

A interdiscursividade como organizadora da análise nos deu também a possibilidade de compreensão das ambiguidades e ao lugar que o indivíduo vai assumindo ao longo do seu discurso e apresentando as suas contradições e sentidos. Além disso, Kaës (2005) entende que alguns indivíduos assumem o lugar de porta-voz do grupo:

Considero que esses sujeitos ocupam no vínculo um lugar determinado. Fazem-no como sujeitos, sob efeito de determinações intrapsíquicas, mas também como sujeito do grupo ao qual estão submetidos no conjunto do qual são beneficiários e participantes. Esses sujeitos cumprem funções de porta-voz, porta-sintoma, porta-sonho, etc. (Kaës, 2005, p. 35).

Para ele, o porta-voz seria o indicador da doença ou fantasia inconsciente do grupo, elemento importante quando se investigam os vínculos e espaços intermediários na relação grupal familiar.

Na transmissão intersubjetiva, aquilo que se transmite é o que compõe a história do indivíduo e não é formado apenas pelo positivo, continuidades narcísicas e objetais, vinculações, identificações e mecanismos que organizam o psiquismo, também pelo negativo, os conteúdos que não podem ser contidos, lembrados, são representações esquecidas da doença, da morte, do luto não realizado. A análise pressupõe as descontinuidades psíquicas, as rupturas, as falhas, os hiatos não pensados, elementos do negativo.

Existem, de acordo com Kaës (2005), três modalidades do negativo: a negatividade de obrigação que corresponde àquilo que acentua a necessidade do aparelho psíquico de operar rejeições, negações, recusa, desmentido/retratação e renúncias, procurando preservar a organização psíquica diante de um interesse maior; a negatividade relativa que sustenta o espaço potencial da realidade psíquica buscando suprir diante do sofrimento de uma perda, algo que foi e não é mais por falta ou excesso; a negatividade radical, a que, dentro do espaço psíquico, tem o estatuto daquilo que “não está”, representado pelo desconhecido, o vazio, a ausência.

Assim, o desafio da análise dos relatos das díades foi desvendar, a partir das falas dos participantes, os conteúdos reveladores da sua subjetividade e também aqueles que remetiam, na sua relação com o outro, ao fenômeno da transmissão intersubjetiva, levando em consideração as vinculações, os mecanismos de defesa, as pulsões e as interdições. Para atingir esse desafio, os passos relatados a seguir foram imprescindíveis.

5.4.1. Procedimento de análise dos dados

Para chegar à interpretação dos discursos, estabelecemos alguns passos para a sua realização, inspirados nos procedimentos relatados por Guirado (2004).

O primeiro momento da análise é a transcrição, onde é possível, marcar os tempos de silenciamentos ou ainda as repetições. A seguir, proceder à leitura repetida do material transcrito e, ao mesmo tempo, à escuta das gravações novamente. A partir de então, foram aplicadas as seguintes etapas: marcação das palavras que se repetiam e as palavras que pareciam deslocadas do conjunto; levantamento dos atributos usados a personagens e situações mencionadas; compreensão das histórias e enredos trazidos, bem como os personagens e lugares que cada um ocupava; construção de um texto que trazia a ordem desses trechos e os lugares em que o locutor e os personagens trazidos ocupavam; construção de organizadores desses trechos, categorias que expressavam similaridades.

Esses passos foram aplicados a todas as entrevistas realizadas. Para a exposição dessa análise, os discursos organizados a partir das díades apresentam as convergências entre os discursos dos pares da mesma família social, numa compreensão sobre a transmissão psíquica percebida. Em outro nível, a correlação dos pontos levantados com a teoria que funda o trabalho.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A apresentação dos resultados e suas análises foram dispostas neste capítulo em dois planos: o das díades e o da instituição de abrigamento. No primeiro deles, o das díades, é elaborada uma articulação entre os relatos de mãe social e filho adolescente, com a discussão de suas convergências à luz do fenômeno da transmissão intersubjetiva processada. O leitor perceberá que os conteúdos levantados variam de díade para díade, pois cada uma é um grupo único com identificações e conteúdos peculiares, mas que, por outro lado, mantêm com as outras díades algumas similaridades bastante elucidativas, que serão discutidas no segundo plano. As díades apresentadas são: Marilene e Adriano, Maiara e Ana, Mara e Alice e Milena e Agnes.

No segundo plano, são apresentados os conteúdos compartilhados pela instituição como um todo, percebidos nas similaridades encontradas entre as díades e também com os outros indivíduos entrevistados. Nesse plano, as análises estão organizadas a partir de três grandes temas: a transmissão das pulsões, as vinculações e os interditos.

A escolha por esses planos de análise se deve pela compreensão de que dois grupos que coexistem nesse lugar, o grupo familiar, ou os diversos grupos familiares da instituição e o grupo que os coliga, institui e define suas regras, suas ideias e que valida o que é praticado no espaço intramuros, o grupo institucional. Nas análises, os grupos familiares estão representados pelas díades, e o grupo institucional está contemplado pela discussão dos temas mencionados.

6.1. A análise das transmissões nas díades

A transmissão intergeracional se localiza naquilo que Kaës (2001) chamou de realidade intersubjetiva, por meio da qual é possível descrever e interpretar as relações imaginárias, simbólicas e reais de indivíduos que compõem um grupo, o grupo familiar no nosso caso, que é o espaço originário da intersubjetividade. O grupo familiar ocupa esse *status*, pois, é ele quem precede o sujeito singular e organiza, por meio de regras, mitos, expectativas, modos de vinculação e defesas, a sua história.

Kaës (2001) define três principais objetos que estruturam a análise da transmissão intersubjetiva. O primeiro são as formações intersubjetivas primárias que garantem as condições de espaço e vínculos intersubjetivos, como os apoios, investimentos narcísicos e as exigências de separação. O segundo é o conjunto em que são apresentados os enunciados

referentes aos interditos fundamentais, as predisposições que cada indivíduo utiliza na sua atividade de representação e comunicação e os objetos e laços de identificação. O terceiro é o do Complexo de Édipo, ao ordenar as relações de desejo e interdito entre os sujeitos, ao reconstruir, no campo das representações, as diferenças entre os sexos e as gerações e as identificações correspondentes.

Com a transmissão intergeracional, o que buscamos é compreender as aproximações dos discursos entre mãe social e seu filho no que diz respeito às formas de vinculação e elaborações em torno da parentalidade, das pulsões e interdições.

As análises são iniciadas com dupla parental Marilene e Adriano, que há dois anos convivem no papel de mãe e filho social.

6.1.1. A díade Marilene e Adriano

Essa dupla parental apresenta características bastante distintas das demais: a dupla se formou há dois anos, quando a família social que abrigava Adriano foi desfeita, os filhos sociais foram distribuídos entre outras famílias, e ele foi encaminhado para a família de Marilene. Marilene tem 43 anos e trabalha na instituição há 12 anos. Antes de ser contratada pela instituição morava com a mãe no sítio que a família adquirira, o que justificava o seu desejo de permanecer por apenas seis meses como funcionária, voltar e cuidar da mãe já idosa.

Adriano tem 17 anos e foi trazido, com outros dois irmãos, para a instituição pela avó, quando tinha sete anos. O pai falecera quando estava com cinco anos de idade. Por ocasião de seu ingresso na instituição, morava com a mãe, a avó e quatro irmãos. Na sequência, os conteúdos compartilhados pela díade.

6.1.1.1. A construção afetiva em torno da figura materna

Nos discursos de mães sociais e adolescentes, as marcas do abandono, tomadas da experiência real ou imaginária, são relatadas de diversas maneiras, sendo ligadas a relatos sobre as relações com as figuras parentais, pares da instituição de abrigamento ou ainda na sua perspectiva de futuro. Nesse item, será apresentada a relação de Adriano e Marilene com as respectivas figuras maternas ou, no caso do adolescente, com as várias mães com quem conviveu.

Minha mãe morava... Também morava com a vovó e meu pai faleceu quando eu tinha cinco anos. Morreu de acidente de carro. Vim pra cá porque minha avó ouviu falar da aldeia. Na Aldeia eu passei por duas mães sociais. A Maria José passou com ela uns sete anos com ela. E depois ela saiu, entrou outra tia, tia não, outra mãe social, não lembro o nome, que também ela saiu, aí depois que nós fomos pra tia Marilene. Que estou com ela um ano e meio, dois anos, dois anos com ela. E nesses dois anos a gente arranhou, consegui meu primeiro emprego, aí acabou agora em setembro. A mãe Maria José, ela educou a gente, ela era muito rígida com ensino. (...) O relacionamento com ela era bom, normal. Relacionamento normal. Com os irmãos de vez em quando tinha uma briga com os irmãos, mas normal também. Quando a gente brigava, ela castigava. Castigo assim, não ia brincar, ficava em casa. Às vezes ela batia, às vezes, mas não era muito não. Mas tinha aquele negócio lá, se machucar, de chamar a polícia, aquele negócio todo assim. Ela saiu devido aos problemas familiares que estavam ocorrendo lá em casa e tal. (...) Foi devido o que aconteceu com uma irmã nossa lá na aldeia, que não é nossa. É, que quando a mãe dela vinha fazer a visita, aí diz que estava machucada a mão dela. Aí ela falou o que tinha acontecido com ela, que a tia lá tinha feito, tinha botado a mão não sei aonde, no fogo lá da cozinha e tal, devido a que fato eu não sei. Eu sei que ela já tinha falado com a mãe dela o ocorrido e se eu não me engano a mãe dela foi falar com a tia Tereza, aí passou isso à tia Tereza conversou com cada um lá. Aí ela saiu e puseram outra mãe no lugar. (Adriano)

A relação com a figura materna é apresentada, no discurso de Adriano, diluída na representação de cinco mães: a mãe biológica, a avó, a primeira mãe social, a segunda mãe social e a mãe social atual.

As experiências relatadas a respeito dessas diversas mães apontam para a escolha de uma delas, como a sua referência materna. A primeira de suas mães sociais. Chama atenção a sua escolha por dois motivos: o primeiro, o tempo de convivência, pois, com ela manteve a maior convivência, sete anos; segundo, a representação dessa figura. Para descrevê-la, usa a palavra normal, uma mãe normal, com um relacionamento normal, apesar da denúncia de maus-tratos contra uma de suas irmãs sociais, e a sua demissão da instituição. Adriano não referencia a mãe como agressora e não consegue admitir o seu conhecimento sobre as situações onde essa característica se evidenciava. No seu discurso, a saída da mãe se justifica por questões independentes da responsabilidade da mãe social: problemas familiares, a possibilidade de denúncia policial por maus-tratos, a percepção da mãe biológica de irmã social quem denuncia.

A relação objetal – termo que designa o modo de relação do sujeito com seu mundo, ou com quem se apresenta como o seu objeto de amor (Laplanche & Pontalis, 2001) – com a figura materna necessita ser mantida a qualquer custo, mesmo com a negação dos atributos negativos da mãe social. Para essa vinculação, o objeto é fragmentado, processo em que não é possível integrar os aspectos positivos e negativos numa mesma pessoa e, nesse caso, há o apego somente com os aspectos positivos: a exigência, a preocupação com os estudos e,

consequentemente, com o seu crescimento intelectual, os castigos administrados como consequência coerente do comportamento dos filhos.

Em todas as suas relações com a figura materna, o abandono se repetiu, porém com uma diferença crucial, a mãe escolhida como seu objeto de amor, a primeira mãe social, não o abandona por vontade própria, e sim, por uma situação externa, pelas regras da instituição de abrigo, o que poderia explicar a necessidade da manutenção favorável dessa figura.

A palavra abandono não é mencionada em nenhum momento em seu relato, o que pressupõe uma negação, mecanismo de defesa inconsciente, pelo qual a realidade desagradável é rejeitada e a memória prejudicada. Adriano, quando questionado sobre a mãe biológica, lembra apenas que morava, também com a avó materna, sem acessar qualquer experiência com essa figura. O acesso aparentemente impossível é uma evidência da utilização desse tipo de mecanismo de defesa.

Outro mecanismo identificável no discurso de Adriano é a racionalização, processo pelo qual o indivíduo busca uma explicação coerente do ponto de vista lógico, ou aceitável do ponto de vista moral para uma atitude, ação ou ideia (Laplanche & Pontalis, 2001). Ele racionaliza a atitude agressiva da mãe, quando apresenta como algo normal, como resultado das ações dos filhos sociais. Mais uma vez, a figura e o afeto positivo investidos nela são preservados e sua integridade emocional garantida.

Com uma história que não mostra um abandono real, mas também marcada pela agressão física e emocional, Marilene compartilha alguns manejos similares ao filho social.

*Não, não, ele era bem, assim muito alegre muito alegre meu pai era. Só que ele e minha mãe tinham suas desavenças, eles brigavam muito. Minha mãe tem um gênio forte, então eles brigavam muito. É com minha mãe eu não me dava muito bem, a gente não se entendia que ela achava que eu não gostava dela e eu achava que ela não gostava de mim, então a gente não se entendia muito bem não. Eu gostava muito dela, a gente viveu assim os últimos meses assim... Meu pai saiu de casa e eu fiquei com ela. (...) A minha mãe sempre quis ter mais filho homem, tanto que depois que nós já estávamos criadas ela ainda queria adotar e sempre queria homem. Aí ela, assim, tudo o que ele falava pra ela, ela acreditava, então eu apanhei muito por causa disso. Ele falava pra ela que eu tinha feito, a gente tinha feito junto, mas quando chegava em casa ele dizia que eu tinha feito e ela me batia e nele não. Até hoje eu falo pra ele que ele fazia minha mãe me bater (risos).
(Marilene)*

No seu discurso, Marilene apresenta a sua relação com a figura materna a partir de duas outras relações, a relação matrimonial dos pais e a relação da mãe com seu irmão mais novo. Sua representação sobre a relação dos pais era de desavenças e brigas, devido à personalidade da mãe, já que o pai, descrito como alegre e carinhoso, não é percebido como responsável pelos desentendimentos.

Assim como na história de Adriano, a relação de Marilene com a mãe também é marcada pela agressão, percebida como injusta e resultado da preferência da mãe pelo irmão mais novo. Diferente do filho social, Marilene assume a agressão e também a falta de afeto entre elas, que somente se resolve quando o pai se separa da mãe e as deixa sozinhas. Mesmo assumindo, inicialmente, a sua dificuldade em se vincular com essa figura, num momento seguinte, projeta nela o desamor, mesmo que parcial, que experimenta.

No seu discurso, a locutora apresenta o conflito edípiano vivenciado por meio da situação triangular entre o pai amado, detentor dos melhores atributos, a mãe agressora e ela própria, vivida por um longo período, chegando até a vida adulta. Nesse caso, os sentimentos amorosos e hostis (Laplanche & Pontalis, 2001) não são projetados apenas nas figuras do triângulo, mas também no irmão mais novo, com quem compete pelo amor materno.

A sensação expressa no discurso é a de fracasso em conquistar o amor materno, já que, no momento em que fica sozinha com a mãe, que necessitava dos seus cuidados, é aquele em que se afasta, muda de estado e nega definitivamente a possibilidade da vinculação desejada.

Comparando as relações com a figura materna, desses dois atores, a interpretação poderia considerar experiências de agressão semelhantes, porém com uma resolução diferente. Isso pode ser percebido por dois ângulos diferentes: no primeiro, os dois atores, apesar da singularidade, rompem com as figuras, por vontade própria ou externa. A mãe social assume o seu desejo de rompimento com a mãe, e Adriano finaliza o seu relato sobre o afastamento da mãe social agressora, com a expressão: “Estava na hora dela sair”; definindo o seu desejo de rompimento.

Por outro ângulo, a análise é encaminhada no sentido de compreender as novas vinculações vividas por esses indivíduos.

É, entrei na aldeia com sete anos de idade. Vim pra cá porque minha avó ouviu falar da aldeia. Aí chegou o pai social, era o pai Tadeu, na época, aí visitou a gente. Aí chamou a gente, aí nós fomos pra lá. Assim, eu lembro que no começo foi difícil, porque tinha minha família, minhas irmãs, minha família. (Adriano)

É aí eu falava pra ele: Tadeu, eu tenho minha mãe que mora sozinha, eu sempre fiquei com ela. Tenho também uma responsabilidade com os filhos da minha irmã, que eu cuidava desde pequenos e não queria deixar. (Marilene)

Nos discursos referidos, a família consanguínea é apresentada sob um novo prisma, apesar da dificuldade de vinculação com a figura materna, outros personagens são apresentados.

Adriano, ao relatar o seu momento de engajamento na instituição, menciona a dificuldade quanto ao afastamento da família, que ele localiza nas irmãs que não vieram com ele para o abrigo.

Marilene, também no momento de entrada na instituição, relata o apego com os sobrinhos, sua responsabilidade e, ao mesmo tempo, o temor de não estabelecer vínculos com os filhos sociais, por se sentir traidora do amor dos sobrinhos.

O compartilhamento, aí, se expressa no sentimento de parentalidade desenvolvido com os outros membros da família consanguínea. Parentalidade esta entendida como construção psíquica que dá condições aos indivíduos para ocupar o seu lugar dentro das relações familiares. Para Solis-Ponton (2004), a parentalidade organiza o pensamento dos pais diante de si e de seu filho, e do filho, em relação aos pais, sobre suas atribuições em cada um dos papéis.

Nos casos relatados, diante da organização familiar que vivia e da precariedade da figura materna como objeto de amor, outros vínculos são escolhidos para que a noção de família se mantenha, mesmo que subjetivamente, já que, efetivamente, nos dois casos, se encontravam diante da possibilidade de fragmentação imposta pelo seu afastamento.

No momento do desligamento, Adriano não menciona a perda das duas mães com quem convivia, a mãe biológica e a avó que não conseguiram, naquele momento, demonstrar os atributos culturalmente esperados para o seu papel, o que implicava em cuidado, proteção e manutenção da proximidade familiar. O vínculo mais preservado e capaz de causar o sentimento de perda é o fraterno, não o afeto por uma ou outra irmã, já que nem chega a mencionar os nomes ou trazê-las novamente em outra parte do relato. O sentimento fraterno é o que o vincula à família consanguínea, desorganizada parcialmente no seu desligamento.

Para Marilene, o afastamento que aconteceu por vontade própria pode ter funcionado como uma espécie de resolução de um vínculo marcado pela agressão e desamor. Porém, a perpetuação da família se deu por outras vinculações, uma fraterna e outra com características maternas, a construída com os sobrinhos.

Na continuação do discurso, a mãe social, chama a atenção para sua dificuldade no estabelecimento de vínculos com os filhos, justificada pelo apego aos sobrinhos e fidelidade a esse afeto, o que se mostra como uma espécie de interdição para suas novas e necessárias vinculações. A mesma interdição pode ser percebida no discurso do adolescente Adriano, como apresentado a seguir.

6.1.1.2. Os obstáculos nas vinculações

Para Fernandes, Svartman e Fernandes (2003), o termo vínculo pode ser definido como a união de uma pessoa ou coisa com outra, pressupondo uma durabilidade, situando-se entre o mundo intra, inter e transubjetivo e referindo-se, também, tanto ao mundo interno quanto ao relacionamento com a sociedade. As vinculações do indivíduo se processam ao longo da sua vida e partem invariavelmente de um modelo externo oferecido pelos pais.

Na situação de abrigo, as vinculações podem tanto refletir modelos relacionais externos e primitivos como também a matriz vincular da própria instituição de abrigo. Nos discursos abaixo, analisam-se, a partir dos discursos, as vinculações e suas dificuldades dentro do contexto institucional. Essa análise inicia-se pelo discurso de Adriano.

Essa mãe de agora é ótima, me ensina muitas coisas, uma boa mãe. Só tem um problema que é preocupada demais. Quando fica tarde aí ela começa a ligar. Fala, fala, fala, fala. Aí aqui em casa eu acho que eu sou o mais difícil de conviver. Não sei se eu sou o mais difícil a convivência aqui, porque sempre que eu sentava pra conversar com ela, eu não falava e tal e eu não sou muito de ficar falando. Coisas assim do cotidiano. Não tenho dificuldades, mas quando ela chega eu não quero, não falo, não gosto de falar, não gosto de falar não. (Adriano)

Apesar da atribuição de qualidades positivas conferidas à mãe social atual, o silêncio é utilizado como defesa diante da preocupação da mãe. O modelo vincular, estabelecido com a mãe social e comunicado no discurso, é o do distanciamento e silenciamento. Esse modelo está ligado tanto às frustrações nas suas relações com a figura materna, pelo grande número de pessoas que ocuparam esse lugar, e pelas atitudes de abandono, agressão e desinteresse percebidos nessas figuras como também pela fase no desenvolvimento psicosssexual que vive.

A necessidade de separação dessa figura de autoridade e o desprendimento são evidências da vivência adolescente, já que a fase exige tanto uma preparação para a entrada na vida adulta quanto a saída da instituição (nas regras da instituição, o adolescente é desligado aos 18 anos de idade).

O afastamento está associado à vivência edípica que acontece na adolescência que, de acordo com Aberastury (2000), é determinada, em primeiro lugar pelas mudanças biológicas que habilitam o indivíduo a exercitar a sua genitalidade, desencadeando uma angústia pela fantasia de união com o genitor do sexo oposto, a consumação do incesto. A intensidade da angústia e a maior necessidade de separação dependem da elaboração e do tipo de relacionamento estabelecido nas fases anteriores, o que, no caso de Adriano, se apresenta de forma parcial e defensiva.

Esse processo, no entanto, é uma vivência dual, pois se processa ao mesmo tempo com as figuras parentais que também revivem a sua situação edípica e podem se angustiar e atemorizar diante da evolução da sexualidade dos filhos.

Apesar da não existência de um vínculo consanguíneo entre essa dupla parental, é possível perceber mecanismos de defesa que apontam para a interdição do incesto e para uma resolução comum do conflito edípico, ou seja, a separação progressiva de ambos. O afastamento mais rígido construído pelo adolescente pode ser encarado como uma intensificação de defesa, em virtude da falta da figura paterna, o outro vértice do triângulo, com a sua função limitadora na consumação do incesto.

Para a mãe social, outras questões entram em jogo, quando se trata das vinculações possíveis com os filhos sociais.

Aí na época que eu assumi a casa eu achava que eu não podia gostar dos meninos, que se eu amasse eles eu iria estar traindo o amor dos meus sobrinhos. Eu falava pra ele: esses meninos já foram abandonados, aí a hora que minha mãe precisar eu deixo tudinho e vou embora, vou abandonar de novo, não quero ser mãe. Aí isso foi muito difícil, porque eu tive que ir me trabalhando pra eu entender que isso não tem nada a ver, (risos). E isso foi muito difícil. E as meninas também, elas não me aceitavam. Era muito difícil porque eu não sabia como lidar, eu falava que eu não sabia ser mãe, eu falava pras meninas e a Marli falava: mas tu vai aprender! Eu falava: mas quando eu vou aprender? Não tem como! Mas aí, fui me adaptando, eles já tinham aceitado mais, eu já tinha aceitado eles. (Marilene)

O relato remete a duas grandes questões no que tange ao estabelecimento de vínculos: a construção da noção de parentalidade e a dificuldade vivida nos vínculos com as filhas sociais.

Em função da proposta da instituição, que é a de formação de lares sociais, onde um de seus valores é vivência similar a de uma família nuclear e as funcionárias são chamadas de mães sociais, a parentalidade se torna uma construção sugerida e percebida como necessária para as mulheres que se dispõem a ocupar esse lugar.

Para se adquirir a noção de parentalidade (Houzel, 2004), não basta que a pessoa seja designada para essa função de mãe, é necessário, “tornar-se”, por meio de complexo processo que envolve níveis conscientes e inconscientes do funcionamento mental.

A instituição de abrigo, ao colocar a mãe social na posição de cuidadora de crianças e adolescentes que estão sob a sua guarda, favorece o exercício da parentalidade, o primeiro de seus eixos, aquele que transcende o indivíduo, pois situa o indivíduo nos seus direitos e deveres, ao mesmo tempo em que garante um espaço social para desenvolver as suas atividades.

No trecho acima, Marilene expõe a sua dúvida e angústia diante da experiência da parentalidade que representa a construção subjetiva consciente e inconsciente de preencher o papel de mãe social. A princípio, essa construção se processa a partir das identificações realizadas no convívio com a figura materna e depende do tipo de vínculo que se empreende. Para Houzel (2004), para que a experiência da parentalidade se processe, é preciso que o conflito edípico resulte numa identificação com o pai do mesmo sexo e também um desejo de reparação dos objetos parentais danificados.

A angústia expressa pode estar ligada exatamente a esse ponto da experiência da parentalidade, assim como a relação difícil com as filhas reflete, também, a identificação restrita ou parcial com a figura materna, agressora e distante. No entanto, a disposição para ocupar esse lugar aponta para uma identificação suficiente para o enfrentamento da prática da parentalidade.

A prática da parentalidade se efetiva nas tarefas cotidianas destinadas a quem ocupa o lugar de filho. Os cuidados destinados ao filho favorecem a experiência da parentalidade, pois desenvolve a noção de competência, ou a certeza de conseguir proporcionar-lhe bem-estar, por meio da comunicação e interação.

Para Marilene, a prática descrita como adaptação e aceitação mútua evidencia o surgimento do sentido de parentalidade, o que também foi percebido pelo filho social, no reconhecimento da sua função materna.

Dessa forma, é possível distinguir o compartilhamento da evolução da parentalidade entre mãe e filho social, somente possível pelo convívio e trocas afetivas, suficientemente fortalecidas para suportar a resolução de conflitos tão invasivos como os descritos nas suas histórias.

Além da experiência como família social, existe ainda aquela que diz respeito à instituição de abrigo, que precede e define as posturas dos seus abrigados. Quanto à representação que se faz a esse respeito, destaca-se o que segue.

6.1.1.3. A vinculação com a instituição: a projeção da mãe protetora

A ideia de família como o lugar ideal, onde dos cuidadores é exigida uma postura parental, traz no seu bojo a concepção de que o abandono e o desajuste das crianças que a instituição abriga são fenômenos ligados à falta de amor familiar. Nos relatos abaixo, é possível compreender os valores compartilhados por mãe social e adolescente sobre o papel da instituição sobre as famílias e indivíduos que ela abriga.

No trecho extraído da história de vida de Adriano, pode-se inferir o conceito de condomínio (ou *com+domínio*), a concepção de um espaço autoritário que organiza e define os ideais a serem perseguidos. Já no discurso de Marilene, os temores de desorganização e solidão são demonstrados no relato da experiência de estabelecimento de uma casa de jovens fora dos muros da instituição.

Aí com o tempo nós fomos convivendo, se adaptando, vivendo com outras pessoas diferentes, é assim, a aldeia é como se fosse uma comunidade assim, um condomínio, todo mundo se conhece e tal. Aprendi a estudar depois de um tempo.
(Adriano)

Na realidade não é uma casa de jovens, é uma casa normal mesmo. É eu não sei por quê... Quando a Tereza me chamou, ela disse: olha, nós vamos abrir uma casa fora, foi avaliado o perfil das mães e a gente, entre as mães a gente achou que você tem o perfil pra ir, porque você é mais autônoma, os seus filhos são mais independentes, eles já andam sozinhos, já vê as coisas sozinhos, já corre atrás do que eles querem, então ela achou que pela nossa autonomia dentro da casa na aldeia, a gente tinha possibilidade de vir pra cá, mas foi muito difícil pra mim, eu não queria vir. Porque aqui a gente fica muito só, não tem aquela proteção que tem lá dentro. Eu tinha medo dos meninos se perderem aqui fora, porque aqui é mais fácil. Eles têm mais liberdade. Lá também tem, mas a gente não fica sabendo devido achar que é protegido. Mas eu tinha muito medo deles passarem a não me respeitar mais, não me obedecer mais. (Marilene)

A organização da instituição, 12 casas-lares abrigando em torno de nove crianças e lideradas por uma funcionária, chamada de mãe social, remete a um modelo ideológico que concebe a família nuclear como o espaço ideal para o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Esse modelo sugere um regime totalitário, onde nada foge ao seu controle, nem mesmo o desejo de seus membros, que mesmo sem concordar com as mudanças, acatam para não se sentirem rejeitados ou expulsos por ele.

Na interdiscursividade, sobressai-se o mecanismo de projeção que significa a operação pela qual o sujeito expulsa de si e localiza no outro qualidades, sentimentos, desejos e mesmo objetos que desconhece e recusa em si próprio (Laplanche & Pontalis, 2001).

A necessidade de proteção e controle é projetada na figura da instituição que funciona como a mãe protetora, que alimenta, encaminha para o sucesso, conseguido a partir do desenvolvimento de um valor institucional – a satisfação somente alcançada pelo aprendizado intelectual, disciplina e busca de oportunidades profissionais.

A dupla parental descreve a instituição como um lugar seguro, mas que requer adaptação e, com ela, renúncias. Principalmente no discurso da mãe social, uma contradição é manifesta, envolvendo autonomia e dependência. A instituição escolhe a casa de Marilene como casa de transição, escolha justificada por sua característica autônoma, contudo, o espaço

de contestação e discussão não existe, é uma decisão que precisa somente ser acatada. A autonomia tem um espaço restrito para ser exercitada, provavelmente, somente nas questões que onde a autoridade institucional não seja afetada. A instituição não é apenas a mãe protetora, ao mesmo tempo, é autoritária e produz, na funcionária, a insegurança quanto ao exercício do controle sobre os filhos sociais.

Imaginariamente, a autoridade exercida sobre os filhos se pauta numa autoridade maior e mais efetiva, aquela que circula no espaço intramuros da instituição. A visão que os participantes têm sobre o seu futuro está, de alguma maneira, ligada a essa concepção, com noções que a complementam.

6.1.1.4. O mito do futuro

A possibilidade e o momento de saída da instituição são temas recorrentes nos discursos dos participantes, expressando diferentes sentimentos e perspectivas que envolvem representações de si, dos vínculos familiares, da instituição e também do mundo para além do abrigo.

Já ao final do relato de sua história de vida, Adriano manifesta a negação do momento de desligamento, concentrando seu discurso nos valores aprendidos e na busca imaginária por manter intacta a sua experiência atual.

Pra mim continuar estudando, eu vou continuar estudando, isso eu sei. Ainda estou meio indeciso, mas estou mais pra área administrativa e... Mais a área administrativa que eu quero fazer. E têm outros aí também, só eu estou pensando se eu faço ou não, também. Segundo a tia Tereza, talvez a gente possa ainda ficar aqui. Estamos estudando, correndo atrás das coisas. Porque a gente precisa ter emprego, trabalho, alguma coisa assim. Porque a gente vai estar de maior, a gente vai está substituindo o lugar e uma criança e tal. Ainda tão vendo aí, nem eu sei também como vai ser. Eu peguei pra mim é que tudo na vida é feito por merecer, então eu faço as coisas o melhor possível. Penso nessa frase, tento me dedicar mais aos estudos, porque às vezes a gente se deixa levar, pelos amigos, pela preguiça, essas coisas, mas tem que ver que não pode parar, tem que correr atrás, senão você vai ficar pra trás. Aí tento fazer isso. (Adriano)

O trecho é iniciado com a repetição da ideia da continuidade, tanto de suas atividades e tarefas atuais, quanto de sua permanência na instituição. Apesar de sua idade (17 anos) apontar para o iminente desligamento da instituição, seu discurso não traz nenhuma menção ao fato. Adriano exercita a negação do momento, trazendo uma posição muito próxima aos valores da instituição que o abriga: estudo, trabalho, afastamento de más companhias, perseverança e determinação.

Há, na sua busca por conformidade, a tentativa de apreço e favorecimento para que o abandono não volte a acontecer. Imagina uma mudança na regra institucional, que prevê o desligamento aos 18 anos de idade, ou uma concessão devido ao cumprimento integral dos ideais defendidos. Essa negociação pode evidenciar uma profunda angústia diante do desconhecido, ou do vivido e encoberto.

Não são trazidos componentes afetivos para a reflexão, não fala de perdas e afastamento das pessoas com as quais convive, afastando-se desses aspectos, exercita a racionalização por meio das justificativas de uma postura ideal. A fantasia construída é que espera que cumprindo o esperado possa continuar no lugar onde está.

De uma maneira menos distanciada dos conteúdos afetivos, a mãe social manifesta o desligamento da seguinte maneira:

Às vezes eu acho às vezes eu acho muito difícil. Tem dias que dá vontade de desistir. Mas assim, eu sempre fiz o meu trabalho com muito, muito amor sabe? Muita boa vontade mesmo, eu sempre tive vontade mesmo de fazer o que eu faço. E era meu sonho ser mãe, sempre foi sempre foi. Eu falo pras meninas que eu acho que eu sonhava quando era criança, que com 12 anos eu iria casar e ter um monte de filhos (risos). Então é como se eu tivesse realizado o meu sonho, sendo mãe. Aí esse ano quando eu viajei nas minhas férias, eu voltei meio cansada, com vontade de sair. Falo pra minha irmã, meu sonho é voltar, eu sempre falei, eu só fico aqui por causa da aldeia, então, no dia que eu sair daqui eu volto pra casa. Eu falo pras meninas: se eu morrer aqui, mande meu corpo. Aí eu fiquei pensando neles todos. Aí eu tenho outros que não tem mãe, quem assumiu agora foram os tios do interior que nunca veem visitar nunca, desde que eles estão comigo. Então eu fico pensando neles, só que tem horas que é muito difícil. (Marilene)

Para a mãe social, o desligamento é, ao mesmo tempo, desejado e considerado como causador de sofrimento para as crianças e adolescentes abrigados, devido à representação da carência emocional e social dos filhos sociais.

O conflito se expressa em uma versão de desejo e contradesejo de ocupar o lugar de mãe. O desejo acalentado desde a infância se contrapõe ao cansaço e desânimo. Não consegue trazer as causas do contradesejo, somente experimenta a sensação física e psíquica. Nesse ponto, há um conteúdo compartilhado com o filho social, o uso da defesa da negação. Diante da decisão de continuar nesse lugar, não traz à consciência as dificuldades vividas nessa função. As perdas dos filhos já reintegrados às famílias sociais, a eminência de outras perdas, o desejo não reconhecido pela instituição não são lembrados, mas um sentimento de morte é reconhecido, como uma espécie de manifestação da sua angústia e de uma percepção inconsciente da despersonificação exigida no exercício da maternidade social.

6.1.1.5. Síntese Adriano e Marilene

Nos relatos, os participantes apresentaram, como conteúdos compartilhados, a utilização de mecanismos de defesa como negação, racionalização e projeção, principalmente ao abordar situações que remetiam ao abandono, violência e vínculos afetivos.

O que chama atenção sobre os conteúdos compartilhados é o afastamento de ideias e experiências que fundam as suas histórias, que estão na base da sua relação com a instituição de abrigo, como a rejeição, o abandono e o estabelecimento de relações após o engajamento no abrigo. A utilização e repetição dos mecanismos, como uma forma de afastamento dos sentimentos de medo, angústia e desamparo, ligados a lembranças e situações dolorosas, impõem obstáculos às novas vinculações e tornam o futuro sem perspectivas.

Apesar de a instituição defender a família social, construída sobre valores como o afeto e a convivência familiar, os valores internalizados e evidentes nos discursos se ligam à noção de proteção do ambiente institucional e a importância da educação como meta de crescimento.

6.1.2. A díade Maiara e Ana

A dupla parental Maiara e Ana foi formada há sete anos, quando a família da adolescente foi encaminhada, juntamente com os sete irmãos biológicos, para a instituição, devido à situação de privação e abandono em que viviam, pois passavam a maior parte do tempo nas ruas, mendigando.

Vivendo há oito anos como mãe e filha social, apresentam trajetórias muito distintas, mas trazem, em comum, histórias de violência e defesas diante da possibilidade de estabelecer vínculos afetivos e novas relações de parentalidade.

As histórias fornecem os conteúdos que denunciam as transmissões e o pacto construído nessas vidas compartilhadas. A análise se inicia com os conteúdos compartilhados e manifestos na relação com a figura parental.

6.1.2.1. A relação com as figuras parentais

As histórias de Ana e Maiara apontam para algumas manifestações de transmissão intergeracional, não apenas pela coincidência do passado de agressão e apego maior à figura

paterna, mas pelo manejo da relação com a figura materna, laços intersubjetivos, representação institucional e perspectiva de futuro.

Nas experiências das participantes com as mães biológicas, existem semelhanças e diferenças. A primeira semelhança, a convivência com uma mãe que agia de maneira agressiva. No caso de Maiara, a mãe agressora é odiada e atrai também a sua agressão, manifesta por escolhas que, indiretamente, punem e agridem a família e a mãe. Já a mãe de Ana é preservada, apesar da história de agressões e abandono, como uma referência fora do ambiente institucional.

No trecho abaixo, o relato de Maiara sobre esse aspecto de sua vida.

Era o melhor momento da minha vida foi minha infância. Eu digo: sorte hoje em dia quem tiver um pai igual o meu assim. Minha mãe nem tanto que ela brigava por causa que ela era mais de dar educação, era toda mais explosiva. Agora meu pai não, tudo que ele falava pra nós, tudo o que ele fala até hoje, é uma coisa que vai se aproveitar. Ele falou pra mim, tudo ficou guardado o que ele falava, até hoje eu tenho. Ele era muito carinhoso. Tanto que pra bater na gente, meu Deus do céu tinha que fazer muita coisa mesmo, ele conversava muito. Mas minha mãe não, minha mãe já era mais explosiva. Ela batia, ela batia mesmo. Não tenho o que reclamar também, porque as peias que ela deu serviu. É muito danada, porque eu era muito... Eu judiava de meus irmãos. É porque eu era a mais velha, eu queria que eles me respeitassem. Até a mais velha, eu queria comandar. Depois não, que a gente cresce, aí vai entendendo mais. Agora a gente está sofrendo muito que eu tô com dois irmãos que tão no mundo das drogas, a gente tá tentando de todas as maneiras pra ver se a gente coloca eles numa clínica de recuperação. Minha mãe tá sofrendo muito com isso também. (Maiara)

No seu relato, Maiara apresenta uma infância idealizada com uma figura paterna carinhosa, acolhedora e sábia e uma mãe rígida, com uma agressão fundamentada pela ideia de educação, mesmo mantendo uma representação positiva do pai, não menciona qualquer intervenção sua no sentido de proteger ou impedir as agressões da mãe.

Para conviver com a mãe agressora, um mecanismo de defesa é ativado, a identificação com o agressor. De acordo com Laplanche & Pontalis (2001), esse mecanismo foi descrito inicialmente por Anna Freud como um manejo no qual o indivíduo, confrontado com um perigo exterior, identifica-se com ele, ou assumindo por própria conta a agressão, ou imitando física ou moralmente a pessoa do agressor, ou ainda adotando certos símbolos de poder que o caracterizam.

A identificação se expressa na necessidade de domínio dos irmãos por meio da agressão física, além de voltar à agressão, também, para a figura materna, quando menciona a dependência química do irmão, como uma forma de punição à mãe que, defensora da agressão como forma de educação, não atinge o objetivo com o filho e sofre com isso. Outra

manifestação desse mecanismo pode se verificar no trecho abaixo, quando fala dos motivos por ter se casado com um homem de quem não gostava e que não era aprovado pelos pais.

Mana foi mais por uma... Sabe como é, por uma... Porque ninguém queria. Ninguém gostava dele, nem as pessoas da minha família. Sabe quando tu fazes pra magoar a pessoa, mesmo sabendo que tu vais se prejudicar? (Maiara)

Num agravamento da identificação com o agressor, ao final da adolescência, a agressão é dirigida para a família como um todo, inclusive o pai, por se casar com alguém que desagradava a todos e, principalmente, para ela mesma, que sofreria, segundo o seu relato durante vários anos num casamento sem afeto, somado a vários eventos de agressão física e psicológica por parte do ex-marido.

A resolução para a situação de medo e dor, neste caso, é patológica, pois perpetuou o sintoma original, além de comprometer as relações futuras de Maiara. Ela continua sendo agredida e agredindo na vida adulta, assim como acontecia até a adolescência, porém, com personagens diferentes.

A transmissão intersubjetiva se evidencia no relato de Ana que também viveu uma história semelhante, no entanto com um desfecho singular.

Que quando nosso pai morava com a gente é... Era mais assim bom porque a nossa mãe tinha emprego, ela ajudava a gente, era melhor, mas depois que ela começou a trabalhar de noite e ver TV, ela tava sem emprego aí começou deixar a gente sozinha, aí a gente ficava assistindo televisão até tarde esperando ela chegar, tinha vezes que ela chegava de manhã. Aí que ela começou a beber aí ela começou a ficar assim, mal com a gente, começava a bater na gente. Às vezes a gente ficava às vezes ela tacava a cabeça da nossa irmã no chão, aí tinha vezes que quando nós ia querer defender aí chega ela também batia na gente. (...) Às vezes o nosso pai ia lá, depois do trabalho, chegava lá uma meia-noite. Já tavam separados, mas sempre ele ia lá ver a gente, de madrugada, porque ele trabalhava muito, aí ele parecia lá, trazia comida. A gente ficava esperando ele chegar de madrugada, pra gente jantar, porque tinha vez que nós ficava com fome. (...) Aí tinha vezes que ela dava dinheiro pra gente quando ela chegava, ela dava. Aí quando ela acordava aí ela pegava e batia na gente porque ela não se lembrava, ela pensava que a nós tinha pegado dinheiro dela, aí ela batia na gente. Ela dizia: bora vai ter que aparecer esse dinheiro senão... Ela era assim, só que... É... Mesmo assim eu gosto dela e queria morar com ela lá. (Ana)

O relato de Ana traz dois personagens, o pai e a mãe, apresentados em papéis muito distintos, um como agressor, outro protetor.

A representação da figura materna, durante a maior parte do discurso, é marcada por sucessivas agressões, abandono, privação, alcoolismo e injustiça, porém, em dois momentos, fica clara a relação positiva construída com essa figura.

A mãe do início do discurso, ainda casada com o pai, é uma boa mãe, que tem emprego e que ajuda. Com a separação vem a prostituição, o alcoolismo e o abandono. A mãe somente é boa quando associada ao pai, como se os sentimentos de parentalidade não se expressassem por si, necessitando do apoio da figura paterna para isso. Apesar da exposição realista da situação vivida, a associação que Ana realiza denota um momento de sua vida, onde a relação com a figura materna se faz intermediada pelo pai. O pai é seu objeto de amor, que a acolhe, protege e alimenta. A vinculação edípica e atribuição positiva que faz do pai, sem recriminar e se desligar da mãe, apontam para uma resolução do conflito edípico, pois percepção de aspectos positivos da mãe evidencia o resgate dessa figura e a necessidade de identificação com o feminino.

O conflito criado pelas agressões da mãe se dilui, pois na representação da mãe, a violência não está nela, e sim, ligada a fatores externos: o desemprego, o alcoolismo e a separação do pai. O mecanismo de defesa utilizado nesse ponto é o deslocamento que Fennichel (2000) define como o processo psíquico, pelo qual o afeto, contido em relação a certo objeto é desviado para outro objeto, o que permite que a adolescente retire os sentimentos negativos da figura materna e os perceba na realidade externa. Esse mecanismo permite a vinculação, pois funciona como uma maneira de preservar a afetividade, desvinculando-a de fatores desorganizadores. Por outro lado, a preservação também é necessária, pois é experimentada como a única possível, tendo em vista que a vinculação com a mãe social não aconteceu, como veremos adiante.

É exatamente nesse ponto que é possível compreender a transmissão intergeracional presente nessa relação, pois a resolução de Maiara, ao assumir o papel de agressora, provoca, pela comunicação intersubjetiva, um impedimento na constituição de vínculos na família social, encaminhando a vinculação a um retorno à mãe biológica, que mesmo ausente da vida da adolescente, se mostra como o objeto disponível para o apego.

Ter passado pela situação de agressão não predispôs a mãe social ao acolhimento e à aceitação do lugar de objeto de amor de Ana, ao contrário, a representação a respeito da adolescente é de alguém que oferece perigo, como se percebe no próximo ponto de análise.

6.1.2.2. A representação do outro da relação familiar

Por representação, de acordo com Laplanche e Pontalis (2001) entende-se o que forma o conteúdo concreto de um ato de pensamento, ou segundo Trachtenberg (2005) o complexo de imagens e elementos psíquicos, constituídos a partir dos dados sensoriais.

Acrescenta-se a essa compreensão a noção de que uma representação, ou imagem a respeito de um objeto, é carregada por conteúdos de ordem subjetiva, variando entre os indivíduos em função da sua história, valores e mitos, entre outras questões.

Os relatos abaixo elucidam as representações de mãe e filha social, sobre o outro da relação familiar.

Quando eu comece, fiquei nessa casa com 17 meninos, 17 meninos cada um mais perigoso que o outro. Era tudo, eles eram muito... Eles eram de rua. Todos foram criados na rua. Então era uma revolta, uma coisa, fugia, sabe? Era uma coisa espantosa mesmo? Pra chegar aonde eu cheguei não é todo mundo não. Nessa casa aí... E hoje em dia tu olha aí, tu pensa que nunca um dia um deles me atacou desse jeito. Chega lá é todo mundo calminho. (Maiara)

A representação construída por Maiara a respeito dos filhos sociais é expressa por meio de adjetivos como: perigosos, revoltosos, de rua e fugitivos. A experiência de convívio definida como “coisa espantosa”, envolvendo, até mesmo, ataques, sem especificar a natureza dos mesmos.

Essa representação negativa pode manifestar a tentativa de defesa diante dos novos vínculos que a experiência de parentalidade oferece e, de certa maneira, são exigidos da pessoa que se dispõe a viver como mãe social.

Em outro trecho do discurso, Maiara faz uma associação de sua profissão a uma experiência missionária, evidente quando se percebe vitoriosa e diferente das demais por permanecer por tanto tempo na função, mesmo sendo vítima dos ataques dos filhos perigosos.

Se, na infância e adolescência, a figura materna funcionava como algoz, na experiência de maternidade social, esse papel é projetado nos filhos sociais, permitindo a emergência de defesas contra o vínculo com essas pessoas.

Para Kaës (2001), esse modelo de relação evidencia um pacto denegativo, que é um tipo de aliança inconsciente que se interpõe nos laços intersubjetivos e se baseia no negativo expresso na recusa, na rejeição, entre outras manifestações. O pacto denegativo (Trachtenberg, 2000) contém duas polaridades: uma organizadora dos laços e do conjunto intersubjetivo (polo positivo) e outra defensiva (negativa).

Nas relações de Maiara, o pacto denegativo apresenta as polaridades descritas acima. O polo positivo se mostra na sua disposição e engajamento para o trabalho como mãe social, propondo-se a estabelecer os laços intersubjetivos exigidos pela função, o que pode se justificar pelo seu narcisismo, já que se reconhece diferente das demais por conseguir permanecer no trabalho e transformar crianças perigosas em crianças calminhas. No polo

negativo, a representação negativa dos filhos, a dificuldade de se oferecer como objeto dos filhos sociais, que, no discurso, aparece de maneira mais abundante que os aspectos positivos.

O pacto denegativo é experimentado também na vivência da adolescente que o expressa como segue no trecho do seu discurso.

Ela dizia que a nossa mãe nunca prestou pra gente assim. Quando ela tá com raiva ela diz: vocês não têm vocês não tinham casa, moravam na rua, vocês viviam. Só porque assim nós não limpa as coisas direito assim, aí ela fica com raiva e fala assim: vocês têm que voltar pro lugar de onde vocês saíram que lá é o lugar de vocês, morando na rua... É ela chamava assim um monte de coisa pra gente quando ficava com raiva. E isso a gente não gosta que fale assim pra gente porque eu já passei por tanta coisa e a gente veio pra cá pra mudar assim. Não, bater ela não bate não, mas o que ela fala... Ofende essas coisas, que fica assim... Eu gostava da nossa mãe quando ficava lá... A nossa mãe assim, ela batia assim na gente, mas quando era depois ela tava lá com a gente, pedia desculpas, ela abraçava a gente. Eu disse: olha a nossa mãe pode ser o que for, mas ela nunca falou assim da gente. (Ana)

No trecho acima, Ana reproduz as falas da mãe nas quais há a tentativa de desqualificação das experiências anteriores e, principalmente, do relacionamento construído com a mãe biológica. A agressão verbal funciona também como uma ameaça de retorno à vida das ruas, quando as tarefas domésticas não são cumpridas.

O pacto denegativo é aceito e complementado, na medida em que os aspectos negativos do relacionamento se sobressaem aos de aceitação, confiança, acolhimento e afeição. Da mãe social, somente os discursos agressivos são lembrados, fazendo como que os vínculos possíveis não ocorram e os vínculos anteriores sejam resgatados.

Os obstáculos à vinculação, ou ao estabelecimento de laços intersubjetivos são evidentes e, até certo ponto, intransponíveis, já que nem mesmo a troca afetiva e a reconciliação após as agressões são experimentadas com a mãe social, restando como referência à relação com a mãe biológica.

No próximo item, o pacto denegativo é visível como extensivo às relações do ambiente institucional e representação a respeito da própria instituição.

6.1.2.3. A representação da instituição e suas relações

Neste item, os trechos escolhidos trazem a representação das participantes sobre a instituição que as abriga. No seu relato, Maiara traz espontaneamente, sem que a pesquisadora questione a sua percepção sobre a instituição de abrigamento. No caso de Ana, como não mencionou diretamente a instituição, ao final da entrevista, indagou-se sobre a sua

percepção. Ambas escolheram mencionar as relações que se processam ali, como neste trecho do discurso de Maiara.

Nós somos uma família aqui, num condomínio, nós precisamos um do outro e ajudamos. Podem falar de mim, podem falar o que quiser que eu faço de conta que nem escuto, aí às vezes as meninas vêm me contar as coisas, porque uma coisa meu pai falou muito pra gente: minha filha, num lugar onde trabalha muita gente, não se pode ficar dependendo do pensamento de cada um, o nosso é diferente. O coração dos outros ninguém ama. Então a gente não sabe. Eu estou aqui falando contigo, numa boa, você não pode saber do meu coração, só eu sei o que eu estou sentido. Então isso aí eu guardo muito assim, todo mundo é diferente debaixo, se todo mundo pensasse igual, o mundo tava desse jeito? Aí tem o que eu falso também. Faço só escutar, entra aqui e sai ali. Não tem como dizer que eu falei de fulano. Chega perto, nem o que não deve escutar, eles escutam mesmo aqui, mas eu jamais vou falar. Se chegar pra mim: ah, mas ela não falou isso não? Não! Procura outra pessoa, procura ver, procura ver onde ela está procura conversar, nós estamos aqui pra se ajudar. (Maiara)

No discurso de Maiara, a instituição é percebida como uma família, inserida num condomínio, espaço de proteção e, ao mesmo tempo de controle e com ideais bem definidos. Esse trecho sugere uma reprodução do discurso da instituição que fundamenta a sua atuação na noção de família, como o espaço ideal para o desenvolvimento.

Esse ideal não se perpetua ou reproduz no discurso da mãe social que passa a relatar suas percepções e defesas na relação com as outras funcionárias da instituição.

A representação sobre as relações é de desconfiança, o que resulta no distanciamento e na necessidade de usar o “falso”, ato falho que expressa a inverdade que pratica. No “condomínio”, exercita-se na comunicação intersubjetiva, a especulação sobre o cotidiano do outro, ato condenado por Maiara, que afirma afastar-se e calar desse hábito. O ato falho evidencia, por outro lado, o recurso de não expor as suas verdades.

O pacto denegativo se apresenta, também, em relação ao grupo das funcionárias da instituição, pois apesar dos ideais familiares defendidos, a mãe social se defende da vinculação, a partir da representação de um grupo no qual não se pode confiar e do qual, se mantém à margem, sem entrar numa malha de discursos que estabelecem.

A desconfiança e, conseqüentemente, a necessidade de guardar ou esconder seus sentimentos, são descritas, também, em relação à pesquisadora, a quem transfere o mesmo manejo que empreende nas suas outras relações.

A tendência manifesta é a de perpetuação desse tipo de defesa e postura nos relacionamentos e nos grupos nos quais se insere.

Quando fala sobre a instituição, Ana a associa à figura da mãe social, e demonstra a sua dificuldade de confiar, reproduzindo experiência bastante semelhante à exposta acima.

Às vezes eu tenho vontade de conversar com ela dos meus problemas, das coisas... Mas eu não tenho porque (choro). Tudo o que acontece lá em casa, ela tá espalhando lá pro... Pras outras mães. Assim, o que nós aprontamos lá dentro da casa, aí ela tá lá. Às vezes elas se unem as mães e falam um do filho... Do outro. Aí eu não confio ainda de contar pra ela, porque tudo o que acontece lá ela conta. Porque se nós aprontamos o certo é conversar lá, sei lá e não ficar falando pros outros. Qualquer coisa que eu faço aqui, a aldeia já tá sabendo, aí eu chego lá, já tá falando pra nós... Quando a gente tava em São Paulo, pra eu tratar o ouvido, ela cuidava sim. Lá eu sentia que ela tava bem legal assim, eu não sei se era porque tava na aldeia lá em São Paulo e tinham outras pessoas lá. Lá eu senti como se ela fosse a mãe, ela chamava a gente de filho. É assim porque, os grandes são mais desprezados do que os pequenos (chora). Parece assim que os grandes não precisa de família (Ana)

Apesar de se expor de maneira muito semelhante à da mãe social, Ana a localiza na interdiscursividade do grupo de mães e a sua dificuldade em assumir o papel de mãe social dentro dos muros da instituição. É nesse espaço, o condomínio, onde se expõem as particularidades de cada um de seus membros, unindo as mães sociais em torno da fofoca, tornando públicas as vivências domésticas e criando defesas contra esse tipo de exposição.

Na sua vivência, Ana fala de dois espaços relacionais, um dentro dos muros da instituição, outro localizado num momento onde a mãe social a acompanha num tratamento de saúde em outro estado. Fora dos muros, onde não existia o padrão da fofoca e da desconfiança, foi possível uma relação mais próxima de uma experiência familiar e uma imagem mais acolhedora da mãe social.

Essa percepção pode evidenciar a existência de um mecanismo coletivo utilizado pelos indivíduos da instituição que criam defesas compartilhadas por parte de seus membros.

No próximo item, essa percepção se mostra por outro ângulo, pois outro elemento é trazido, o momento de saída da instituição e as expectativas criadas em torno desse momento e do desconhecido fora dos seus muros.

6.1.2.4. O futuro

Assim como na categoria anterior, em que as participantes associaram a representação da instituição aos relacionamentos ali vividos, ao falarem do futuro, o desligamento compulsório da instituição e as dificuldades inerentes a esse processo são negados, de modo que outro conteúdo ganha foco: as relações que podem ou devem ser retomadas fora dos muros da instituição.

Olha, a minha missão só é mesmo agora, quando eu ver a família desse pessoal procurar eles, porque eles são rejeitados até pela própria avó, a mãe. A avó diz que pode procurar que ela não está nem aí. Então isso é nenhum mal não. Chegar

assim e entregar. Então é uma coisa assim que eu queria que a mãe se estruturasse, pra eles terem um ponto der referência. Eu não vou poder ficar todo o tempo. E eu queria que ela desse assim, outra vida assim pra eles. Que desse, coisa de mãe, procurasse os filhos. Porque se eu chegar a me aposentar eu não vou mais trabalhar aqui não. Vou fazer outra coisa, mas fora daqui da aldeia. Isso aí, eu falei já até pra tia Tereza: mas não minha filha, você pode, pode continuar trabalhando. Mas eu vou ficar trabalhando? Ainda mais que eu trabalhei a minha vida toda. (Maiara)

Para nomear o seu trabalho, Maiara usa o termo missão, dando um caráter para além do aspecto profissional, porém, existindo somente no momento atual, no tempo presente.

O futuro é pensado a partir de um marco, a sua aposentadoria, momento de romper com o tipo de trabalho que realiza. Não explicita como conduzirá a sua vida, apenas deixa clara a sua intenção de mudar.

No futuro inclui, ainda, a fantasia que envolve o retorno dos filhos sociais à família biológica e a mudança dessa família para acolher os filhos que, também, serão desligados da instituição.

Sua preocupação demonstra a necessidade de desvinculação, mesmo que parcial, dos filhos sociais, justificada numa resolução que dependerá exclusivamente da família biológica. Para que possa aposentar-se e mudar de vida, é preciso que a família biológica dos filhos sociais se transforme para receber novamente esses indivíduos.

Para o seu futuro, associa a satisfação do desejo por mudanças à mudança dos filhos sociais, sem que participe diretamente nisso.

O que eu acho importante era nos tempos que a nossa família era mais junto e que era toda a nossa família estava junto. Um ia lá conversar com a gente, a nossa mãe. Nós passava o Natal junto, nós era uma família, era feliz, mas depois, depois mudou tudo. Eu queria que voltasse a ser como antes, mas não assim, os negócios que a gente passava. (Ana)

Complementando o discurso da mãe social, a adolescente resgata lembranças positivas da família biológica, definindo-a como possibilidade para o seu futuro fora da instituição de abrigo, implicando, necessariamente, em voltar para a família de origem, a única referência familiar, já que, a família social não assumiu o lugar de família substituta, apesar do tempo de abrigo. Como os vínculos fraternos não foram desfeitos, pois a casa-lar foi organizada para abrigar ela e os oito irmãos (somente a irmã mais velha fugiu do abrigo, passados poucos dias do acolhimento), seu discurso fala da busca pela mãe biológica, como se, com a sua participação, a família pudesse ser reorganizada e perpetuada.

A relação com a mãe e o irmão social (que entrou havia dois anos na instituição) não se ofereceu suficientemente forte, que justificasse minimamente o seu apego e

reconhecimento da importância desse grupo, evidenciando o pacto denegativo e a prevalência do polo negativo.

6.1.2.5. Síntese Maiara e Ana

Os mecanismos mais evidentes, nos relatos destacados, são: a identificação com o agressor, projeção, negação e deslocamento.

Nessa dupla parental, os vínculos aconteceram e se sustentam minimamente, pela constituição de um pacto denegativo que impediu os laços intersubjetivos, devido ao predomínio da percepção dos aspectos negativos do outro da relação.

Apesar de conteúdos compartilhados de uma mesma natureza, a identificação se deu de forma mais abrangente com os aspectos negativos, o que exigiu formação de defesas patológicas que não permitiram um apego capaz de perpetuar a relação.

Devido à vinculação deficiente com a família social, prevaleceu, no caso da adolescente, a vinculação com os aspectos positivos da mãe biológica, tornando a percepção sobre o desligamento mais positiva, pois será o momento de retomada desse vínculo.

6.1.3. A díade Mara e Alice

Essa dupla parental, formada havia oito anos, constituiu-se a partir de duas perdas. A primeira, a perda simbólica experimentada por Alice de sua mãe biológica no momento em que, por decisão do Juizado da Infância e da Adolescência, ela e os irmãos são encaminhados para a instituição e, aos poucos, a mãe deixa de visitá-los. A segunda é vivida pela mãe social, que depois de poucos meses trabalhando na instituição, perde de fato, pela morte, a sua mãe biológica.

A elaboração dessas perdas resulta num tipo bastante específico de relação, expresso nos relatos de ambas. Nos discursos aparecem defesas e manejos relacionais que denunciam núcleos de morbidez e temores capazes de comprometer tanto as relações atuais quanto as projeções para o futuro.

Para elucidar os conteúdos compartilhados por essa dupla, a leitura dos discursos das participantes é organizada a partir dos temas: a relação com as figuras parentais.

6.1.3.1. A relação com as figuras parentais

Assim como no discurso de outros participantes, a figura materna é investida de energia libidinal, tanto na apresentação de aspectos positivos, quanto de negativos, por outro lado, verifica-se um desinvestimento da figura paterna. Para Alice, o pai é inexistente, não aparece no seu discurso e quando questionada, responde não saber sobre ele. Mara o percebe distante da família, enquanto a mãe ainda vivia, e como alguém que requer cuidados, depois da morte da mãe.

Chama a atenção, nos dois casos, o manejo da situação de perda, envolvendo defesas que permitem a continuidade do apego às figuras perdidas, além da preservação de sua atuação. No trecho abaixo, Alice apresenta uma relação em que a mãe ora é responsabilizada pelo abandono, ora é uma mãe presente, atenciosa e colocada na mesma condição dos filhos.

Minha mãe, pra aonde ela ia ela levava a gente, era como se fosse cinco gatinhos. A mãe e os quatro filhos. Aí pra onde ela ia a gente ia. É... A gente brincava bastante também. (...) Só... Aí a gente ficava assim: a mamãe nunca vem tirar a gente daqui, sei lá, a gente ficava assim... Pensando assim. Ela vinha visitar às vezes... Só quando ela recebia ainda. Aí que a gente ficava pensando: será que a mamãe deixou a gente, abandonou? Sei lá. Só que muita gente fala que ela abandonou a gente. A tia Tânia, eu tava conversando antes de ontem com ela, ela fala que ela abandonou a gente. E eu digo: não, negativo, ela não abandonou, me lembro muito bem como foi. A madrinha do A. que gostava tanto dele queria até adotar ele, a madrinha da C. queria adotar ela, muita gente queria adotar, cada um ia assim. É, mas aí como foi a tia Taís lá, foi pegar a gente. Foi ela e até os homens do juizado e a gente ficou aqui, sei lá. (...) Até hoje ela ainda quer, sei lá... Ela quer tirar a gente daqui, pra ir pra lá. Pra ajudar ela também assim. (Alice)

No relato de Alice, há uma desconexão entre a realidade percebida por ela e pelas pessoas à sua volta. Inicialmente, a mãe é como os filhos, quando usa a comparação com gatinhos que se acompanham em todos os lugares. Não existe uma figura adulta que conduz e protege os filhos, mas alguém que age como eles, até mesmo nas brincadeiras.

Contudo, na continuação do discurso, a adolescente confronta dois questionamentos sobre a ideia de ter sido ou não abandonada pela mãe: no primeiro, dela mesma, a dúvida sobre o abandono é levantada quando reflete sobre quanto tempo a mãe passou sem visitá-los. O segundo questionamento é feito por outras pessoas e é recente, porém, para essa afirmação de abandono, está pronta para revidar, apontando motivos que, em sua opinião, dão evidências do apego da mãe.

Uma postura combativa semelhante a essa, também, se manifesta diante de outras pessoas e em outros trechos do discurso, apontando para uma forma de identificação com a agressividade do meio, ou mais especificamente, com as pessoas que representam relações

objetais. A identificação, entendida aí, como o processo psíquico por meio do qual um indivíduo assimila um aspecto, atitudes ou afetos de outra pessoa, total ou parcialmente, passando a agir ou pensar como esse modelo (Fenichel, 2000).

Apesar da sua busca por argumentos racionais, expõe a intenção de cuidado vinda de outras pessoas, não a mãe biológica. Alice utiliza o mecanismo da negação, em que as partes desagradáveis da sua realidade são excluídas da consciência. Essa exclusão inclui não apenas os aspectos negativos da figura materna, como também as lembranças onde ela e os irmãos foram expostos a situações de risco social, nas quais a mãe não exerceu o seu papel. A utilização desse mecanismo torna possível a manutenção do afeto pela mãe, preservando essa referência parental, necessária para o futuro, fora da instituição.

Outra compreensão sobre a preservação da figura materna está na dificuldade em estabelecer uma relação mais próxima e afetuosa com a mãe social que, de alguma maneira, não se oferece como objeto de amor e não escolhe os filhos sociais para esse lugar em sua vida. No trecho a seguir, os motivos tornam-se um pouco mais evidentes.

Em comum com a história de vida da mãe, uma vida dividida em dois momentos, o primeiro do convívio com a mãe e o segundo, depois da separação, já na instituição. Os conteúdos intersubjetivos se referem à identificação, como mecanismo de defesa que permitiu o enfrentamento da situação adversa do segundo momento de vida e a construção de novos vínculos, que se mostraram, posteriormente, atravessados pelo medo da morte e abandono. No relato da mãe social, esses conteúdos se mostram como segue no relato abaixo.

Minha infância foi muito boa, minha mãe foi muito participativa. Então ficava em casa só. E meu pai era marítimo, até hoje ainda é, exerce essa função. E ele viajava muito, era um dia em casa e dois viajando, e ela ficava com a gente. E depois disso eu tive vontade de estudar e como eu lhe disse, de sair da minha cidade, por que ela não tinha nada a oferecer. Então foi muito bom. (...) E eles são tudo pra mim, principalmente depois que minha mãe faleceu aqui. Sei lá, foi um momento que parece que o nosso mundo acabou mais de todo mundo, porque foi uma reviravolta na nossa família. (...) Porque eu achava assim, se eu não estivesse vindo, eu fiquei com essa coisa durante muito tempo, se eu não tivesse vindo talvez não tivesse acontecido. Como se tivesse acontecido por minha causa. Então, a A. assim, logo que eles chegaram aqui, a cabeça da gente fica muito, eu tinha vontade de voltar pra casa, de ver todo dia meus pais, meus irmãos, ficarem naquele convívio. Eu penso em sair assim daqui, conseguir uma coisa melhor, onde eu pudesse voltar a estudar e ao menos voltar pra casa todos os dias. Uma vez até uma amiga nossa falou, que eu protejo muito, muito protetora. Como se depois que minha mãe faleceu, eu tivesse ocupado o lugar dela. Assim, é uma grande preocupação que eu tinha, com tudo e com todos da minha casa. (Mara)

O discurso de Mara traz uma história que se divide em dois momentos distintos, antes e depois da morte da mãe. No momento anterior à morte da mãe, sua vida é descrita como boa

e sempre acompanhada da figura materna, que sozinha, sem contar com a participação do pai, participava diretamente da vida da filha.

O segundo momento é descrito como uma reviravolta, um grande sofrimento, já que, sentindo-se culpada pela morte da mãe, assume o seu lugar na vida dos irmãos e do pai. O sentimento de culpa, nas palavras de Mara, se baseia no fato de ter escolhido viver longe da cidade natal, por sentir que não havia nada que pudesse obter ali.

O sentimento constitui-se, segundo Fennichel (2000), na materialização da ameaça de um sentimento de aniquilação que, neste caso, está ligado à perda do objeto de amor. A necessidade de afastamento da figura materna, quando escolhe morar em outra cidade, traz à tona o conflito presente na resolução edípica.

Também para esse autor, no conflito edípico, o amor pelo pai do sexo oposto traz consigo desejos de morte contra o pai do mesmo sexo, que de alguma maneira, continuará presente na vida do indivíduo, de forma inconsciente, durante toda sua vida. Na resolução do conflito quando, na tentativa de preservar o amor pelo pai do mesmo sexo e não sofrer com as retaliações advindas da competição, a criança buscará realizar identificações com essa figura, adiando a realização do seu desejo incestuoso.

A história de Mara traz manifestações bastante evidentes desse conflito. O sentimento de culpa suscitado pela morte da mãe dá indícios de uma resolução precária do conflito, já que, a morte da mãe evoca um sentimento de culpa capaz de reorganizar a sua vida. A perda do objeto de amor, sem nenhuma doença aparente, exatamente no momento em que se muda para a cidade onde está, sem se habituar, traz à tona os sentimentos de rejeição e morte vividos na infância e, com eles, o sentimento de culpa e de aniquilação, somente aplacado pela identificação maciça com a figura morta.

O trabalho iniciado como mãe social é atravessado pelo sentimento de culpa e necessidade de reparação da figura materna, na atuação como mãe dos irmãos, o que impede o investimento experimentado anteriormente na sua função, prejudicando diretamente a relação com os filhos sociais, apresentado tanto no seu discurso quanto no discurso da filha social.

Nesse caso, a vivência emocional da mãe social não foi apenas pontual, perpetuou-se na sua atuação, constituindo um pacto denegativo com o grupo dos filhos e da própria instituição, impedindo a evolução dos laços intersubjetivos. Os polos desse pacto podem ser percebidos, nos seus aspectos negativos, no seu desejo de rompimento com os vínculos institucionais e na dificuldade de vinculação com os filhos sociais e, no aspecto positivo, na sua preocupação com o desempenho de sua função e na permanência na instituição, fatores observados nos próximos relatos.

6.1.3.2. Os vínculos pós-abrigo

A situação de abrigo e, conseqüentemente, os vínculos construídos nesse contexto estão diretamente ligados às representações que as participantes têm sobre o outro da relação, as normas da instituição e sobre o que é esperado no papel que desempenha, além dos conteúdos e vínculos trazidos do pré-abrigo.

Neste item, os discursos revelam as representações das participantes sobre os ideais e papéis nas relações organizadas dentro da instituição. As representações mostram as exigências e regras que se contrapõem às manifestações de carinho, acolhimento, interesse e diálogo. Inicia-se a análise da interdiscursividade pelo discurso da mãe social.

É assim de, como se fosse um desafio, nossa, eu dizia assim: eu não quero casar, não quero casar nunca, porque é muito trabalho, muita responsabilidade, e depois um dia eu fiquei pensando, imaginando assim, nossa, eu não casei, mas em compensação eu estou aqui na aldeia com várias crianças, vários filhos. A gente fica imaginando, que não são meus, e é uma coisa conflitante. Porque cuidar daquelas crianças, a gente acaba, querendo ou não, a gente acaba tendo afinidade com elas, elas passam o dia inteiro com a gente, aí a gente, eu sei que não são meus. Aí de repente vem uma mudança, que a gente tem que trabalhar. Assim, eu me sentia muito bem enquanto as crianças não tinham que ter aquele contato tão família, eu sou meio que ciumenta assim, eu não gosto de mandar eles pra casa da família. (...) Às vezes eu sinto assim, que é sufocante, exigir, somente exigir também, mas em outro momento a gente sabe retribuir na hora certa, com carinho, de que forma for a gente tem que chegar lá no coração dele, de alguma forma e às vezes acho que eu tenho que mudar muito neste aspecto aí.

Esse trecho do discurso de Mara trata da contraposição entre o desejo e o contradesejo de ter uma família, justificado pelas dificuldades envolvidas e a decisão de não casar. O discurso traz uma posição bastante complexa que alia duas grandes questões: a primeira delas de ordem sexual e a outra da ordem da parentalidade.

Inicia manifestando uma proibição imposta a si mesma, a proibição sexual que pode estar ligada ao conflito exposto no item anterior que, por um processo de identificação assume o papel de mãe da sua família de origem, além de se colocar como porta-voz de uma regra da instituição, que define como apta ao papel de mãe social, somente, mulheres solteiras.

Numa instituição que recria o modelo familiar, onde os abrigados se tratam como irmãos e filhos de uma mãe social, a interdição sexual é baseada na ideia do incesto, mesmo que simbólico. Para que haja a segurança da manutenção desses papéis, certa assexualidade precisa ser mantida, sem que a consumação do incesto se efetive e a representação de família se mantenha. De acordo com Vidal (1991, p.190), é inevitável que, num grupo institucional, se construam fantasias familiares que se expressem naturalmente nos termos e através do

enredo de protótipos domésticos, impondo interditos e proibições, mesmo entre figuras parentais simbólicas.

Por outro lado, a representação do vínculo com os filhos sociais também passa pela dúvida: os filhos, ora são seus, ora são filhos de outra? Essa dúvida se ancora na possibilidade real de retorno, dos filhos sociais à mãe biológica.

Diante de vínculos limitados por uma relação preexistente e legítima, e pela perda real, resultado da reinserção à família de origem, a escolha da mãe social é por uma atuação distanciada, sem manifestações explícitas de carinho. O foco do trabalho como mãe social, como tradução de um ideal institucional, é a educação e a saúde das crianças e adolescentes, negando os aspectos intersubjetivos que o trabalho lhe proporciona.

Tenho que ser mais carinhosa com eles, que uma vez eu ouvi de uma delas, falou assim pra mim que eu deveria ter mais carinho com ela. E sem falar nas crianças, o melhor de tudo é a gente ver os resultados, tá certo que a gente não tem 100% garantia de sucesso com as nossas crianças, mas quando a gente vê que estão bem na escola, bem de saúde, isso é muito bom. Porque às vezes a gente sente a impotência de que não está conseguindo, os que não querem ajudam mesmo. Eu fico imaginando assim: mas eu tenho que fazer a minha parte. (...) Então às vezes eu acho que eu não vou conseguir, aquelas coisas todas e às vezes acaba estressando, cobrando demais, sendo exigente demais. Porque as pessoas também cobram que dê retorno. Então às vezes tenho vontade de deixar a corda solta mesmo, mas aí eu fico imaginando, se eu deixar a corda solta vai desandar. Menino não vai me obedecer mais, menino isso e aquilo outro. Então a gente tem que exigir sim, na hora certa e com cautela, às vezes. (Mara)

Para atingir o seu objetivo, Mara se apega à defesa do cumprimento das regras e normas da instituição, mesmo sentindo-se oprimida e limitada por elas. Para a mãe social, trabalhar é cumprir as regras impostas pela instituição, mesmo que, para isso, as necessidades subjetivas sejam negadas. A instituição exige, ainda, que façam o mesmo em relação aos filhos, que devem ser educados, contidos e terem os seus corpos disciplinados. A fala pontual e consciente, sobre a necessidade de não cumprir as normas, revela uma compreensão pessoal sobre os aspectos negados nessa observância e, ao mesmo tempo, justifica o desejo de desacato.

As normas de uma instituição representam uma de suas estruturas. São elas que determinam papéis, definem funções, organizam as relações e demarcam espaços e lugares para os seus membros. Os relatos trazem, no entanto, uma percepção de um exagero de normas que atravessam e engessam as práticas e as relações. De acordo com Enriquez (1991), o excesso de proibições e regras promove um sentimento de culpa exacerbado, que é derivado da angústia diante da retração do amor e também da renúncia quase que completa da satisfação das pulsões. Quando obrigado à renúncia pulsional, o indivíduo, por defesa,

também terá dificuldades para investir amor nos objetos e incapacidade para sentir desejo, já que o desejo está distanciado do prazer.

Essa dificuldade de investir afetivamente é percebida pela adolescente, que no seu discurso, aponta a falta de acolhimento e afetividade da mãe social como uma das dificuldades dessa relação.

As relações que se engendram dessa forma denunciam o pacto denegativo, uma formação intermediária, que a partir da recusa e rejeição, sujeita a relação intersubjetiva a uma parcialidade, como se houvesse um contrato de renúncia (Kaës, 1991), pelo qual, num consenso, os indivíduos implicados dão continuidade a um tipo de vínculo, onde conservam espaços psíquicos comuns necessários à subsistência de determinadas funções. Nessa relação, o distanciamento e a dificuldade de troca afetiva preservam as participantes da vivência de uma nova perda e um novo luto. Sobre essa questão, no discurso de Alice, outros elementos são levantados.

Que eu digo assim, que dá pra mim sair daí de casa, que eu não gosto muito de ficar dentro de casa não, sei lá. Eu não tenho nem muito o que falar dela porque eu passo o dia fora de casa, porque eu vou trabalhar, vou estudar, chego só mesmo e faço minhas coisas dentro de casa e vou dormir. Tipo vão falando as coisas: ah, Alice, tu não presta, tu é toda lesa! Cada dia vai se passando, vão falando isso pra mim e eu só vou assim... Tipo guardando assim. Até chegar um ponto de eu chegar e reclamar mesmo, na cara da pessoa. Aí eu pego, jogo logo na cara: ah, a senhora é isso, a senhora é aquilo. Aí ela falta com respeito comigo. Eu não xingo, mas digo: A senhora que é. Assim não, eu falo assim: ah, a senhora não sei o que, só quer saber de fazer isso e eu não posso fazer. Não acabou o respeito, como ela também tem que ter um momento dela sentar na mesa com a gente e conversar: Alice, como foi seu dia hoje? Não conversa, ela só conversa quando tem um assunto assim, tipo, falando sobre a doença da AIDS, o menino morreu lá no Rio de Janeiro as aldeias infantis, conversa sobre o organização... A organização da casa, só isso. Ela não senta: e aí garota, como foi seu dia hoje? Foi bom? Não senta com meus irmãos: e aí? Como foi? O que tu comeu na escola. É desse jeito.

Como é possível perceber no relato, a casa-lar, na representação de Alice, é o espaço do conflito, do qual precisa distanciar-se. Os embates com a mãe social são descritos sem mencionar o outro do confronto, pois sua preocupação é responder às investidas da mãe, sem iniciar as discussões ou atribuir adjetivos negativos a ela. Impõe-se um limite que chama de respeito, sem entrar em contato com a ideia de uma relação baseada na troca de agressões. Percebe a mãe como porta-voz da postura e do discurso institucional, sem se dar conta da individualidade dos filhos e assumindo, de fato, uma atitude competitiva com a filha.

Às vezes eu vejo muitas mães assim, de profissão, que sentam assim com os filhos e: o que você tem? Está com algum problema? Pergunta o que ocorreu na escola, o que aconteceu. Pergunta assim, do noticiário do dia da pessoa. E mamãe não é desse tipo, mamãe só chega em casa e quer assistir às novelas dela, assim. (...) Tinham muitas regras. Ainda tem muitas regras assim, não que tem que ser

respeitar, como tem que ser cumpridas. Sei lá... Quando eu vou lá pra casa da mamãe eu até me livro, sei lá. Até me sinto libertada assim, porque lá me deito na cama e esqueço. Regras, nenhuma me incomoda. Mas o fato de a mamãe estar chamando a gente toda hora pra fazer as coisas, toda hora. "Alice, vem fazer isso, faz nada de manhã, de tarde e à noite não faz nada?" É o fato dela ficar assim toda hora no nosso pé. Porque aqui é assim tipo condomínio, mas... Assim se eu fosse ter um amigo de verdade, seria no esconderijo, porque todo mundo sabe da vida do outro. Sabe daquela da vida do fulano, lá de trás, lá da outra casa, da última casa, da primeira. É, ficam comentando: "Ah, a Alice me falou isso e isso de ti". Aí já começa, fica a maior coisa aqui na aldeia, suja o nome de muita gente (Alice)

Na comunicação intersubjetiva entre ambas, a adolescente identifica-se com o desejo agressivo da mãe, tornando-o um desejo compartilhado, desejo do desejo da mãe social, justificando o desejo de rompimento, de saída da instituição. Além do confronto direto, a adolescente confronta a mãe em seus valores e atitudes, na medida em que a compara com outras mães e a percebe como individualista e pouco profissional.

Os confrontos propostos por Alice denotam duas questões bastante distintas: a primeira diz respeito à reedição edípica provocada pela adolescência, que também justifica a competição e a troca agressiva entre ambas; a segunda aponta para a carência afetiva que o tipo de relação empreendida desencadeia.

O processo de reedição edípica (Aberastury, 2000) marca a perda da relação de submetimento infantil do filho, a busca pela independência e diferenciação dos pais implicando, em muitas situações, num confronto direto que, aos poucos, vai dando lugar a processo de identificação e elaboração que resulta numa aceitação dos atributos femininos ou masculinos. Para Alice, a elaboração ainda é incipiente, tendo em vista a necessidade dos confrontos diretos com a figura materna.

É importante lembrar que o conflito é sempre dual, ou seja, é vivido também pelos pais que, mobilizados pelo desenvolvimento corporal e psíquico dos filhos, revivem a sua própria elaboração edípica, manifesta na rivalidade, necessidade de limitar suas iniciativas, ciúme excessivo e superproteção. No caso de Alice e Mara, há uma reedição edípica, perceptível no confronto agressivo, uso de regras em excesso, dificuldade de acolhimento e distanciamento, sintomas que apontam para uma elaboração ainda precária do conflito.

Outra questão, ligada diretamente à anterior, é a denúncia de uma carência, uma falta afetiva não suprida na relação com a mãe social, resultado da recusa presente na relação intersubjetiva e do pacto doloroso estabelecido entre ambas. As defesas erigidas em torno desse tipo de relacionamento perpetuam essa vida comum e plural em detrimento da individualidade. O contrato cala as diferenças e singularidades que, por meio das

identificações, ligam os elementos comuns desses indivíduos. A carência perpetuada é o que as identifica e complementa, assim como é o que as afasta e angustia.

A angústia se expressa de outras formas e em outros aspectos da subjetividade, como os temores conscientes e inconscientes de ambas, como se percebe na sequência.

6.1.3.3. Os temores e as identificações

A representação sobre a morte está presente nos discursos das participantes de maneiras bastante distintas, isso porque, segundo Kovács (1992), cada indivíduo traz dentro de si uma morte, ou a sua própria representação da morte, atribuindo a esta, personificações, qualidades e formas. Essa construção, que é individual, está associada ao momento de vida em que se encontram, a sua história pregressa, aos mecanismos envolvidos nessa formulação que resulta em posições distintas sobre a morte e aos temores implicados nessa representação.

A mãe social traz, no seu discurso, uma vivência temerosa a respeito da morte, do morto e dos rituais fúnebres, que a acompanharam e transformaram-se durante toda a sua vida, com maior ou menor intensidade. No relato do momento atual, o temor da morte se liga aos filhos sociais e à possibilidade de perda do seu amor.

É eu já melhorei assim, depois que minha mãe faleceu, eu melhorei assim, mas eu tenho medo, eu não gosto de velório, eu vou, mas eu não olho. Quando eu estudava, eu lembro que quando eu era criança, eu passava pela porta do cemitério correndo, nem olhava. Eu sou muito medrosa. Um medo que vem assim, não sei de onde, um medo de não dar conta, de não conseguir no final do ano não dá bom resultado. E se eu não tiver o retorno que eu espero eu fico abalada, e eu sou assim, eu tenho medo que os meninos não cheguem lá em determinado tempo, que eles saem daqui e não vou, eu tenho medo até de eles saírem daqui, e é tipo uma superproteção demais, que às vezes eu acho que até sufoco. De mandar pro bairro deles e chegar lá e acontecer alguma coisa, um exemplo eu te dou, eu tenho a família de um grupo de cinco que mora em Petrópolis, aí aconteceu aquela chacina que aconteceu lá em Petrópolis, aqueles rapazes, pronto, já trago pra mim assim: não, não vai mais. Tudo pode acontecer, porque lá tem muita coisa pra oferecer, muita coisa ruim. O bairro lá é muito ruim mesmo. Lá onde a mãe dele mora é boca de fumo. Aí eu penso o que vai ser desses meninos se eles forem pra lá? E assim, eu fico com aquela coisa. Aí Tereza diz assim: tenho que mandar mãe, pra passar o final de semana, eu digo: ah não! Pelo amor de Deus. (Mara)

Na sua explanação, localiza o medo no cemitério e no velório num tempo remoto, na sua infância, medo que a acompanha até o momento da morte da mãe, quando o medo se modifica e é transferido para o insucesso e para a ideia da morte real ou simbólica dos filhos sociais.

O sentimento de culpa pela morte da mãe, como citado anteriormente, remete a uma má elaboração desse luto (Kovács, 1992), evidente na presença de objetos introjetados

persecutórios e numa experiência marcada pelo medo da perda, que contagia a filha social que se identifica com as fantasias mortíferas transmitidas pela mãe social.

Contaminada pela ideia de morte, Mara a estende para outros aspectos da vida, como a sua atuação profissional, por exemplo. O medo de não dar conta, não obter o resultado esperado, traduz o temor pela morte da sua identidade profissional, do reconhecimento e da possibilidade de obter prazer nesse campo.

A morte da mãe deixa como legado, ainda, o temor pela perda de outros objetos de amor, como os filhos sociais. As fantasias de não retornarem para casa, da violência que podem sofrer ao visitar a mãe biológica denunciam os sentimentos ambivalentes em relação a eles. A princípio, sofre com a ideia da perda, numa posição masoquista, causando uma dor antecipada por uma morte que não aconteceu, por outro lado, fantasiar a morte dos filhos pode ser uma maneira de matá-los afetivamente, ou se abster da construção de vínculos.

As fantasias de morte se ligam ao momento do encontro dos filhos sociais com a mãe biológica, simbolizando, em primeiro lugar, a competição pelo amor dos filhos e o medo de que transfiram para ela o amor que lhe é devido. Por outro ângulo, a fantasia de morte dos filhos, no bairro onde mora a mãe biológica, pode funcionar como uma forma de punição pela traição e abandono anunciado pela reintegração à família de origem.

Com a decisão de contrariar a posição da instituição em preservar o vínculo com a família biológica, Mara busca se proteger do abandono, ao mesmo tempo em que provoca outro tipo de morte, a privação dos filhos de vínculo que ela não consegue oferecer, por conta do pacto denegativo. Os filhos sociais são duplamente privados do afeto materno, assim como ela mesma.

Os aspectos mórbidos da personalidade da mãe social estão presentes, também, na filha social, que os demonstra a partir do temor por figuras terroríficas.

Quero fazer três faculdades: de jornalismo, direito e eu tava torcendo pra veterinária, só que eu deixei assim de lado. Eu vou começar ganhar, não ganhar assim... Mas vou começar a procurar uma coisa assim pra fazer. De manhã eu trabalho, de tarde eu estudo, só pra mim ter minha própria casa, que eu não quero depender de ninguém. Nem de meus próprios irmãos. Como eu falo assim pra eles também: quando eu crescer eu vou ter minha própria casa e eu não quero vocês dependendo de mim. (...) É difícil ficar longe assim. Por exemplo, as minhas duas irmãs estão lá em casa, porque esses dias não tiveram aula, aí eu fico lá em casa. Aí como durmo eu e a minhas duas irmãs, aí eu to dormindo sozinha. Aí eu sinto falta delas. Que elas dormem comigo no mesmo quarto. É, porque eu tenho medo (risos). Medo de dormir sozinha sei lá. Ainda mais que, sei lá, antes de dormir eu penso nas coisas que podem acontecer assim. Não muito assim, eu fico pensando assim: se o diabo viesse me pegar agora? O que eu faria? Tipo, aí fico imaginando. Aí eu sozinha dentro do quarto. (Alice)

Esse trecho é iniciado com a exposição das expectativas para o futuro, com uma carreira dividida entre três interesses distintos e a necessidade de independência financeira e emocional. Na sua projeção, seu futuro é de autonomia e realização profissional, o que se contrapõe à situação atual, na qual sente falta das irmãs, principalmente na hora de dormir, quando lhe ocorrem fantasias de morte e perseguição.

Segundo Kovács (1992), as fantasias persecutórias têm a ver com sentimentos de culpa e remorso, além de pavores de aniquilamento, desintegração e dissolução. As fantasias seriam revivências de temores mais primitivos e igualmente intensos, como o terror da castração, a perda do amor e do objeto, com o predomínio da pulsão de morte.

Se na primeira parte do discurso, Alice nega os irmãos, eles são resgatados como fundamentais na segunda parte, como se, somente a sua presença fosse capaz de conter o temor e as fantasias persecutórias.

A adolescente compartilha com a mãe social os temores e as fantasias de morte, porém, com o acréscimo da negação explícita da relação com os irmãos. Se para a mãe social, a rejeição manteve-se parcialmente inconsciente, para Alice, é consciente e imediatamente revertida pela necessidade de proteção contra as fantasias de destruição. Se, para a mãe a resolução é o distanciamento e a privação afetiva, para a adolescente, é a reaproximação e preservação dos vínculos familiares.

Apesar do conteúdo compartilhado, o que prevalece é a aliança com a família biológica, uma espécie de lealdade que reflete uma identificação mais remota e genuína com a família de origem em que, mesmo diante de uma contaminação com a morbidez da mãe social, a referência ainda é a primeira família.

6.1.3.4. Síntese Mara e Alice

A interdiscursividade das participantes revela mecanismos de defesa, como a negação de partes desagradáveis da realidade, além de identificação com figuras da família de origem e família social.

Na história de ambas, um dos conteúdos compartilhados diz respeito à elaboração de situações de morte e abandono, desencadeando temores de perda do amor e do objeto, e a vivência de um pacto denegativo com o grupo familiar e com a própria instituição, impedindo a evolução dos laços intersubjetivos.

O temor da perda de amor se justifica por perdas reais e eminentes, devido ao processo de reinserção dos filhos sociais à família de origem. Diante da nova perda possível, mãe e

filha sociais desenvolvem vínculos marcados pelo cumprimento dos papéis prescritos pela instituição, imposição de um excesso de proibições e trocas agressivas que pautam as interações.

Outro conteúdo compartilhado é manifestação de objetos persecutórios introjetados, identificação com as fantasias mórbidas e figuras terroríficas. Em função do pacto denegativo estabelecido, as alianças com a família de origem se sobressaem, garantindo a perpetuação da família, já que a família social não se mostrou gratificante o suficiente para vínculos mais duradouros.

6.1.4. A díade Milena e Agnes

Milena e Agnes estão juntas há 12 anos na instituição, quando a família da adolescente foi encaminhada juntamente com os dois irmãos mais velhos, depois de passar por outra casa-lar, onde haviam permanecido por sete meses. A transferência ocorreu em virtude de denúncias de maus-tratos contra seus irmãos biológicos, praticados pela mãe social anterior.

A análise será apresentada utilizando os pontos de transmissão entre mãe social e filha, nos trechos dos discursos em que é possível percebê-la. Os trechos foram organizados a partir de dois temas: as alianças com as figuras parentais, a emergência e a interdição da sexualidade e o mito da prostituição.

6.1.4.1. As alianças com as figuras parentais

Nos dois discursos, de mãe social e filha, a figura paterna é apresentada como um personagem que não assume a sua função. No discurso da mãe social, o pai é apresentado assim:

Eu nasci em Manaus, no dia 17 de fevereiro, no carnaval. Na época que estava todo mundo festejando, 4 horas da tarde. E assim, minha infância foi feliz. Feliz assim, pai e mãe juntos. Mas a gente tinha muita dificuldade, basta dizer que meu pai é, basta dizer que é um alcoólatra, é uma pessoa assim que bebe todo final de semana é um alcoólatra. Minha mãe era mãe e pai pra todos os efeitos, acho que por isso eu me identifico muito aqui, porque mãe e pai pra todos os efeitos. Aí nós crescemos. Então, minha mãe começou, porque meu pai não tinha condições de dar uma vida, não digo digna, mas o sustento da família, aí minha mãe foi ser lavadeira. Isso, com o dinheiro da venda é que era sustentada a família, porque meu pai não trabalhava, não arranjava mais emprego de jeito nenhum. O dinheiro que ele recebia era pra ele mesmo tomar os gorozinhos dele. Então eu acho que foi feliz porque o papai e a mamãe nunca se deixaram, a gente tinha de exemplo. (...) Acho que isso ela nunca perdeu ele. Aí depois que nós crescemos, ela deixou de mão. Assim, eu decidi que eu nunca ia me casar, porque eu tô vendo a minha mãe. Aí esta minha mesma

cunhada disse: tu não queres ter filhos, tu não queres casar, então vai criar filho dos outros, ela dizia pra mim. (...) Ele chegava à noite, bêbado e jogava água na gente, e queria café e a gente tinha que fazer e tudo tinha que ser na hora pra ele. Aí eu fui tomando raiva, não, não quero mais isso pra mim. (Milena)

No seu discurso, Milena apresenta um pai que não tem condições de “dar uma vida”, não consegue dar o sustento ou subsistência dos filhos ou ainda a sua sobrevivência. O lugar de pai que implica em reconhecer e satisfazer as necessidades dos filhos foi ocupado, inicialmente, pela mãe e mais tarde pelos irmãos e também por ela, os quais assumem através do seu trabalho o cuidado com a família.

O pai é apresentado como portador de duas doenças: o alcoolismo e a inércia, totalmente absolvidos pela mãe e, mais tarde, por Milena ao assumir o lugar da mãe e mantê-lo nesse mesmo lugar, até a sua morte. Ficam evidentes, no discurso, as repetições sobre o alcoolismo e sobre a sua incapacidade, como se encontrasse na repetição uma justificativa para a negligência, assim como para a sua permanência nesse lugar, ocupado anteriormente pela mãe. O pai, castrado pela doença, é substituído por uma mãe forte, com potência para fazer o seu papel, potência transferida por identificação à filha, tornando-as, simbolicamente, mulheres fálicas, temerárias, capazes de ocupar o lugar do homem (Fennichel, 2000).

A justificativa para a mudança de papel é dada num dos trechos do seu discurso, onde a palavra meu é substituída por mau, revelando sua percepção sobre a figura paterna. Ele foi um mau pai, que praticava maus-tratos, de ordem física e objetiva, chegando próximo à violência, e de ordem subjetiva, por sua omissão frente às necessidades dos filhos.

Porém, apesar dessa apresentação negativa da figura paterna, o do seu papel fálico na relação, o vínculo edípico é reconhecido, na medida em que, apesar da fala de mágoa e frustração em relação a ele, assume o lugar da figura materna, provendo e cuidando dele.

A aliança e fidelidade a ele apontam para um vínculo tão massivo e adoecido que deixa, como legado, o distanciamento da sua sexualidade e afetividade. Escolhe não apenas não casar, escolhe não se relacionar afetivamente com ninguém, o que é justificado numa fala racionalizada, por não querer repetir a história da mãe. Apesar da coerência da justificativa, a escolha por uma vida solitária permitiu que se dedicasse totalmente aos cuidados do pai, até o momento de sua entrada na instituição.

Sua entrada na organização é marcada por dois eventos: a decisão de não investir num relacionamento afetivo e a decisão por deixar o pai aos cuidados de outras pessoas. Sua resolução implica em abandonar um tipo de cuidado e assumir outro, porém, a sua relação cuidadora do pai se perpetuou até a sua morte.

Para Agnes, a trajetória persegue outro caminho, mas com uma mesma finalização.

Porque minha mãe não tinha condições de me criar e meu pai batia muito nela. Encontro com eles de vez em quando. Eu tive um tempo aí com minha mãe, só que eu não gosto dela não. Ela não sabe ser mãe, ela quer ser o que não pode. Ela acha que tudo o que ela foi, o que ela é ainda é, quer que eu seja também. Ela diz: ah, eu sou burra e tu és também. Olha a sacanagem (sorri), eu estudo pra caramba e ela ainda vem me chamar de burra. Aí ela fala tanta coisa, chama cada palavrão. Tudo o que a mamãe me ensinou, ela diz que ela não é minha mãe. Como não é minha mãe? Se foi ela que me criou. Pra mim mãe é quem cria. Eu amo muito ela, eu agradeço muito a ela, minha mãe verdadeira, ter me colocado aqui. (Agnes)

O trecho do discurso acima é a única menção que Agnes faz em relação à figura paterna. Assim como acontece com os pais de Milena, os seus não se separam, mas não oferecem condições dos filhos crescerem na sua companhia. O casal se basta, mas não aos filhos. Para Milena, o único motivo de felicidade está no fato de os pais permanecerem juntos, apontando para um valor familiar, o da perpetuação dos vínculos.

A lacuna dolorosa criada por um pai negligente na história de Milena é a lacuna negada da história de Agnes. Ela não fala demoradamente sobre o pai, como faz Milena, ela, simplesmente o localiza na origem do seu abandono, fonte de sua angústia narcísica.

Para Eiguer (1998), esse é um fenômeno previsível nas transmissões, pois a reprodução de conflitos e de repetições de histórias se dá a partir da não resolução do ascendente. Ao reaparecer no herdeiro, acontece de maneira automática, impulsiva e intensificada. Assim, a vivência de falta de parentalidade da figura paterna de Milena é reproduzida como a exclusão consciente que Agnes faz do pai biológico, o que não significa que tenha excluído o conflito inconsciente ligado à figura paterna.

Na história de Milena, supomos uma aliança invisível que, de acordo com Ribeiro e Bareicha (2008), é uma aliança de manutenção e perpetuação da família. Na medida em que um de seus membros não assume o seu papel, outro assumirá o seu lugar para que a família seja preservada. Apesar de não perceber justiça nessa lealdade, pois nem todos são leais, é ela quem assume a parentificação em relação às irmãs e depois, em relação ao pai, mesmo percebendo-se imatura e não preparada, é ela quem assume o lugar de cuidadora. Assumir uma nova família, não a afasta da missão de perpetuação da sua família de origem.

Para Agnes, a lacuna é resolvida pela aliança com a nova família. O que será perpetuado não é mais a sua família de origem e, sim, o vínculo que lhe supre a carência. Essa é a sua noção de justiça parental, que se organiza a partir do abandono.

Eu era muito chorona, eu chorava demais. Era muito difícil eu me apegar com uma pessoa. Mas fui logo com ela assim. A mãe que a gente estava morando, ela não cuidava de mim. Eu ainda mamava, na mamadeira, e ela não comprava. E quando

eu fui morar com a mamãe, ela foi toda amorosa, de mãe sabe? Ela sim, ela sim é mãe. Acho que sem ela... Sei lá. Eu amo muito ela. [...] E eu era muito chegada na mamãe também, tudo o que eu sabia eu falava pra ela, aí meus irmãos ficavam mordidos. A Adélia principalmente, porque eu sabia cada podre dela e eu falava mesmo. A mamãe perguntava e eu não ia mentir pra mamãe. Mas toda vez minha irmã diz: ah, mas ela não gosta de ti, ela quer que você vá embora. Aí eu tinha vontade de me matar, sabe. Várias vezes quando eu era pequena eu tentava me matar. Eu quero fazer uma faculdade e ser advogada. E, morar com a mamãe, fora da aldeia, o quanto antes. E ter minha casa própria. Levar minha irmã Aída pra morar comigo. Ela conhece a mãe dela, mas só que a mãe dela não está nem aí pra ela. Ela liga assim, pros filhos, o Anderson e Adson que ela criou, mas pra ela, ela não liga. Porque ela teve a Aída e deu a Aída. Pra mim ela ainda é um bebê. Pra mim ela ainda é um bebê, tem 12 anos. Eu acho que gosto mais da dela do que da Adélia. Eu nunca me dei bem com a Adélia assim. (Agnes)

Os vínculos parentais são redefinidos a partir das identificações e da parentalidade construída e não mais pela consanguinidade. A aliança é com a mãe social, mesmo custando a inimizade dos irmãos sociais, a ponto de assumir com ela a parentificação, será ela quem assumirá o lugar de cuidadora da mãe social. Há a percepção de que os pais biológicos não conseguiram serem pais, psiquicamente falando e, diante disso, não há desejo de investimento afetivo. Essa é a sua noção pessoal de justiça familiar.

Há uma postura de avaliação das formas de vinculação tanto em relação às suas mães, a biológica e a social, quanto entre os irmãos biológicos e os irmãos sociais. A necessidade de estabelecer comparações nos evidencia umas dúvidas sobre essas lealdades. Mesmo que opte, no discurso, pelos vínculos sociais, o vínculo consanguíneo continua lhe pressionando para que assuma também alianças de perpetuação.

O próximo ponto de transmissão percebido nas histórias de Milena e Agnes, a percepção da sexualidade puberal.

6.1.4.2. Emergência e a interdição da sexualidade

A puberdade e a percepção do outro sobre a sua emergência são relatadas com uma grande similaridade por mãe e filha, tanto no que se refere à situação em que ocorre, quanto nas reações experimentadas. Para que as similaridades se evidenciem, os relatos foram expostos em sequência, para, a partir de então, realizar as considerações.

Então assim, meus 15 anos, eu lembro que a mamãe não fez festa, não tinha condições de fazer festa, o meu irmão já trabalhava. Eu morava na Cachoeirinha, ali perto da TV Amazonas, lá em baixo, inclusive até venderam lá. Aí meu irmão fez um almoço, chamou meus colegas, colegas dele de trabalho, aí ficamos no quintal, o quintal era bem grande, conversamos, brincamos. Aí eu sei que comecei a chorar ainda porque começaram me aperrear: ah porque você já é moça, não sei o que. E eu assim, sempre fui muito tímida, desde pequena eu era muito tímida, aí passou o

aniversário, continuei indo pra escola, a mamãe foi ficando velha, todo mundo crescendo, todo mundo estudando, meu irmão se formou e a mamãe adoeceu. Adoeceu e não levantou mais, daí foi pra morte. (Milena)

Eu era muito magrinha, aí de repente comecei a engordar. Aí um dia a gente estava em uma festa, aí minha madrinha estava lá. Aí apareceu um tio nosso bonito e falou bem assim: olha a Agnes tá ficando mais fortinha! Aí minha madrinha falou: sabe o que é isso, isso é acocho. Meu irmão até ficou com raiva da minha madrinha. Porque ela fica falando, ela é desbocada assim, fala tudo o que pensa. (Agnes)

Um rito de iniciação é descrito nos dois discursos. A festa é o cenário para que ali se manifeste a sexualidade adolescente. Os convidados são parceiros sexuais em potencial, mas a família também ocupa o seu lugar, o da interdição. Segundo Krom (2000, p. 30), um ritual pode ser compreendido da seguinte forma:

Os rituais podem se apresentar como uma série de atos e comportamentos estritamente codificados na família, que se repetem no tempo e dos quais participam todos ou uma parte de seus membros, tendo, sobretudo na família a tarefa de transmitir a cada participante, valores atitudes e modalidades de comportamentos relativos a situações específicas ou vivências emocionais a eles ligados.

No ritual da família, a puberdade acontece de súbito e de maneira despercebida. Não são elas quem percebem as características sexuais emergindo, é o olhar de desejo do outro que as assalta e mobiliza. A mãe chora, a filha não fala de nenhuma emoção que seja dela mesma. É o irmão que sente raiva.

No primeiro relato, são os amigos do irmão que anunciam a possibilidade do enlace erótico; no segundo, um homem bonito, irmão da madrinha. O distanciamento da sexualidade é quebrado quando seu desejo é tocado por alguém.

As regras familiares educaram os corpos de tal maneira que as evidências sexuais foram negadas, para que o seu lugar nesse grupo não seja ameaçado. Não são regras conscientes, explícitas e restritas apenas a esse contexto familiar, envolvem questões tanto da instituição familiar como da instituição de abrigo.

A interdição nesse caso está baseada num mito compartilhado dentro da instituição de abrigo: o mito da prostituição. Nos discursos de vários membros da organização, ele aparece de diferentes maneiras. Nessa dupla familiar, eles se mostram do seguinte modo:

Eu via que a mamãe só queria meu bem, a Milena. Aí minha outra mãe dizia que ia me deixar andar de shortinho, deixar tu andar deste jeito, furar teu umbigo, deixar isso, isso e aquilo. Aí a mamãe chegou, a mãe Milena e me falou que não é por aí, que eu ia me tornar uma galerosa e poderia até, como outras garotas estar me prostituindo por aí. Aí que eu fui cair na real, que minha mãe não estava ali pra me ajudar, mas pra me atrapalhar. Aí minha irmã começou a dar problema, a Adélia. Ela começou sair, não parava em casa. E ela é muito bonita, aí a gente ficava: mãe será que ela tá bem, não sei o que, não sei o que? Aí minha mãe queria tirar o

dinheiro dela. Aí meu padrinho, marido da minha mãe tentou agarrar a Adélia. Depois, a Adélia foi morar com o marido dela agora. (Agnes)

Em vez de conversar ele já ia. As meninas não podiam usar uma calça, uma blusa frente única, sabe. Ele dizia que as meninas já iam atrás de macho. E nisso eu nunca entrei em atrito com ele. Aí quando foi um dia a Adélia ia pro curso ou ia fazer um mandado pra mim e sentou no meio fio ali, ele ia saindo com a Micaela, eu me lembro benzinho, ele ia saindo com a Micaela e chamou a Adélia. Ela me disse: eu pensei que ele ia me levar dar uma carona e aí ele disse pra ela: essa posição que você está sentada aí é uma prostituta esperando macho. Eu achei aquilo muito, muito, muito pesado sabe. Aí ela veio e ficou indignada, veio chorando dizendo que não estava fazendo nada, estava esperando o ônibus. (Milena)

Na família são concebidas as regras sobre a exposição do corpo, determinando aquilo que poderá ser revelado e aquilo que deverá ser escondido. Para que as regras sejam cumpridas e preservadas, os valores sobre a sexualidade, castigos e punições são associados ao seu descumprimento. As roupas e adereços que revelem a sensualidade do corpo são condenados, e o seu uso implica em ser comparada a uma prostituta. Nessa família e instituição, a punição explícita para mulher ou adolescente que se mostra sensual é um exercício exacerbado da sexualidade, fantasia que existe em torno da prostituição.

Apesar do aparente paradoxo entre a regra e a punição, elas interagem no sentido de interditar as relações sexuais e os comportamentos erotizados. Porém, alguns comportamentos traem essa ordem. No caso relatado por Milena, o dirigente da organização, o pai social dos discursos, é tocado pela imagem da adolescente que, fora dos muros da instituição, é atraída pela filha social e, impedida pela interdição do incesto, a ataca agressivamente. O desejo incestuoso é projetado em outros homens, por quem, supostamente, estaria esperando.

Para que a sexualidade adolescente não se manifeste ou realize, o pai simbólico a pune com a ideia que mais teme, ser comparada a uma prostituta. A mãe, que percebe o desejo, a punição e a dor da filha pela reprovação, porém, não questiona nem a norma, nem a punição, pois esse é também o seu discurso, a sua regra, o conteúdo que ela também herda.

De acordo com Fustier (1991, p. 142):

Por um lado, as relações adulto-criança estão ao mesmo tempo no centro do que na origem da instituição; por outro lado, aquilo que o jargão profissional chama de “ligação afetiva”, e que evoca sedução, é considerado pelos interessados seja como o motor principal, seja como o perigo maior da ação reeducadora.

Diante do perigo da liberação da sexualidade e da necessidade do seu controle e interdição em adolescentes e adultos, nessa instituição um mito é criado, o mito da prostituição, funcionando como uma defesa diante dos desejos. O mito, segundo Krom (2000, p. 27), pode ser assim compreendido:

O primeiro olhar ao mito foi dirigido por Ferreira³, que o reconhece em uma função defensiva na família, verificando-o na homeostase e na estabilidade das relações, e o define como crenças, que são sistematizadas e compartilhadas por todos os membros da família. Segundo este conceito, tais crenças não são contestadas por nenhuma das pessoas interessadas, apesar de incluir distorções evidentes da realidade.

Nesse caso, o mito da prostituição foi fundado para dar sentido aos valores morais da família e da instituição que carecem dessas estruturas para se organizar e também justificar os seus manejos contraditórios.

No caso da dupla parental Milena e Agnes, os conteúdos compartilhados são da ordem parental e sexual, ambos funcionando como fontes de angústia e, ao mesmo tempo, de preexistência em suas histórias familiares.

6.1.4.3. Síntese Milena e Agnes

As histórias da dupla parental trazem, como conteúdos compartilhados, mecanismos de defesa como a identificação, negação e projeção, além da elaboração relacional com a figura paterna e o surgimento da sexualidade adolescente.

Nas relações familiares, alianças invisíveis são construídas, no caso de Milena, com a família de origem e Agnes, com a família social, principalmente por um processo de identificação com a mãe social. Se para a mãe social, a figura paterna, percebida como castrada e incapaz de prover, foi acolhida e preservada para a perpetuação dos laços intersubjetivos do grupo familiar, para a adolescente, as figuras materna e paterna são descritas como incapazes, são negadas, e a lacuna deixada é resolvida com a construção de uma aliança com a nova família, a família social.

A vivência da família social e da instituição, como um todo, exige a vigência de regras que eduquem os corpos, negando as evidências do desenvolvimento sexual. Uma das formas de controle é o mito da prostituição, ou da liberação sexual, pelo qual, qualquer manifestação pode levar à perda de controle do corpo e, conseqüentemente, ao descontrole moral.

6.2. Os padrões relacionais na instituição

Como pôde ser percebido anteriormente, os conteúdos manifestos e compartilhados pelas duplas parentais das diversas famílias que compõem a instituição de abrigo levam

³ Ferreira, A. J. e cols. (1971). *Mitos familiares: Interacción familiar...* Buenos Aires: Tiempo Contemporaneo, 1971, p. 154.

à compreensão de que os mecanismos de defesa, vinculações e interdições, sobretudo os padrões relacionais manifestos são compartilhados não apenas pelas famílias sociais, mas pela instituição como um todo, apontando para uma estrutura que organiza e também transmite esses conteúdos, que são preexistentes, dando sentido e sustentação para essas relações, representações e práticas. Pelos seus aspectos subjetivos e também por se inscrever numa ordem maior, a das instituições de abrigo, a análise não pode se limitar a um dos aspectos institucionais. É necessário pensar os conteúdos levantados no seu contexto mais amplo, o institucional.

Dentro desse contexto, verifica-se que dois grandes grupos coexistem, o grupo familiar, que não é singular, mas plural, pois são diversos grupos familiares e o grupo que os reúne, organiza e determina as regras e ideologias que legitimam as suas práticas, chamado de institucional. Os grupos familiares estão inscritos e subordinados a esse grupo maior, organizado e com uma história que dá sentido à sua existência. Assim, os indivíduos que ali vivem e trabalham estão submetidos a duas ordens que se complementam e contrapõem a ordem familiar e a ordem da instituição de abrigo.

Neste item serão expostos os temas mais recorrentes nas análises das duplas parentais, retratando os conteúdos que dizem respeito à coletividade que envolve a instituição como um todo. Os conteúdos estão organizados a partir dos seguintes temas: os padrões vinculares, a transmissão da violência e a vivência edipiana e suas interdições institucionais.

6.2.1. Os vínculos na instituição

Um dos objetivos deste trabalho é compreensão dos vínculos intersubjetivos que são estabelecidos entre os membros das famílias sociais, com as famílias de origem ou, ainda com outros indivíduos. As vinculações aparecem nos discursos de diversas formas e por intermédio de personagens das famílias de origem e das famílias sociais. De outra maneira surgem manifestações de resistências à vinculação ligada a situações pregressas e atuais, que dificultam a sua constituição.

O evento que desencadeia a situação de abrigo e as novas vinculações sugeridas por ele é o abandono ou a incapacidade da família consanguínea em prover condições mínimas de sobrevivência, o que resulta, também, em afastamento e interrupção das relações estabelecidas até então. Dessa maneira, torna-se um momento decisivo para a vida afetiva da criança e do adolescente e para as vinculações que poderão construir posteriormente. Toma-

se, então, o abandono como ponto de partida para a compreensão das vinculações no espaço institucional.

6.2.1.1. O abandono

Como instituição de abrigamento, o abandono é a característica que reúne os indivíduos ali abrigados e também é o motivo para a existência da instituição. O discurso sobre o abandono considerando as suas causas, implicações e enfrentamento faz parte da ideologia estruturante da instituição, ao mesmo tempo em que percorre o imaginário de todos os indivíduos que vivem ali.

A situação desencadeadora do abandono aparece com uma alta recorrência e alta intensidade nos discursos de abrigados e cuidadores. Num dos seus polos, o dos abrigados, aparece nas repetições da história do abandono, na busca por culpados, nos seus motivos e a características. Esses conteúdos expressam o desejo de catarse, expurgando os sentimentos persecutórios em relação a essas figuras, uma busca de sentidos para a causa da angústia, ou ainda, como é possível notar em trechos dos discursos dos adolescentes, uma necessidade de convencer-se de que não são os culpados.

No outro polo, o das cuidadoras, as mães sociais, o abandono está nos discursos como um dos motivos para continuar o seu trabalho, se dizendo identificadas com o sofrimento dos filhos sociais. O trabalho contínuo e totalizante, palco de tensões e conflitos, que envolve afastamento das relações afetivas e sociais, também uma espécie de abandono, é justificado, nos discursos, pelo compadecimento em relação às crianças abrigadas. Mas é importante que se diga que o abandono não é apenas atual pela renúncia de relações, é também arcaico, pois, assim como os abrigados, as mães sociais o experimentaram pela vivência de situações tanto de abandono real, quanto por omissão e negligência. A identificação, nesse caso, está referenciada inconscientemente à sua própria angústia de abandono e temor de que isso volte a acontecer, o que parece contraditório, já que os vínculos temporários em que se baseiam as relações institucionais fazem com que o conteúdo seja revivido indefinidamente.

Percebe-se, nos relatos, a necessidade de localizar a culpa pelo abandono, na tentativa de afastamento da angústia e preservação de outros vínculos. Uma tendência nesse sentido foi a atribuição feita à figura paterna pelo abandono e adoecimento da mãe.

E aí ele decidiu pra se livrar da relação, ele decidiu que também não iria deixar as crianças com ela. Eu não sei se é porque ele achava que não tinha condições ou se ele tinha outros objetivos em mente. Daí a gente foi parar nesta creche Menino Jesus em Natal. Aí chegaram os homens numa Kombi branca e só estávamos nós

seis, as filhas, a mais velha tinha 12 anos. E levaram a gente do jeito que a gente estava, de calcinha, sem chinela, esperneando, gritando. Fomos direto pra essa creche, quando minha mãe chegou do trabalho, que ela não esperava pela situação, e aí ela ficou louca, perturbada, literalmente fora do seu juízo comum, já estava meio perturbada e então ela chegou a ser internada, no hospício, no sanatório e assim, eu posso dizer que até hoje, ano de 2008, minha mãe faleceu em março, primeiro de março deste ano, mas até o dia dela falecer ela não estava sendo uma mulher 100% normal, embora ela tivesse melhorado muito. Mas ela ainda não me reconhecia. (Alessandra)

Nos discursos, a culpa está localizada na figura paterna que, por atitudes as mais diversas, provocou direta ou indiretamente o abandono. Como causador direto ele não apenas forja o desamparo, mas afasta os filhos definitivamente da mãe. Como causador indireto, a sua culpa está em não apoiar a mãe, não oferecendo condições para que ela mantivesse os filhos sob sua guarda.

A figura fortalecida e preservada nos discursos é a figura materna, a mãe biológica, apresentada como aquela que, inicialmente, antes de serem submetidas aos infortúnios e doenças, eram mães amorosas e dedicadas. Existe uma cisão nos vínculos ou na constituição deles, pois, de um lado há uma figura materna idealizada e de outro uma figura paterna perseguidora, agressiva, a quem são atribuídos: o sofrimento, abandono e a permanência na instituição de abrigo. Os sentimentos positivos são totalmente projetados na mãe, enquanto os agressivos, na figura paterna.

Mesmo quando sentimentos negativos são ligados à figura materna, são justificados pela vivência de situações extremas, que aí funcionam como um anteparo para que a sua imagem não seja atingida.

Devemos agora considerar algumas questões dessa família imaginada e mitificada. A sua compreensão é importante, pois, segundo Vidal (1991, p. 186)

Nesse sentido, “a família fantasmática” deveria ser considerada como o inconsciente da família, em outras palavras como o inconsciente tal como é mobilizado pela situação relacional suscitada pelo encontro familiar. Assim, a “família fantasmática” está vinculada ao conteúdo das fantasias inconscientes que dominam os membros desse grupo elementar de parentesco. “A família fantasmática” é feita de crimes silenciosos, sonhados, cujos mitos e lendas (dos atridas ou dos labdácias⁴) constituem um importante testemunho. Os mitos ou as fantasias inconscientes que os animam refletem ou representam de que maneira, na família fantasmática, cada membro se sente ameaçado por todos os outros e vice-versa “numa espécie de universo destrutivo sem escapatória”.

A existência de uma figura parental boa e outra má funciona como uma defesa diante da possibilidade de perda de ambos. Admitir conscientemente a irresponsabilidade ou o

⁴ Da lenda grega sobre o matriarcado e o voto de Minerva.

desamor das figuras paternas e maternas é viver o desamparo na sua expressão mais dolorosa e desorganizadora. Uma figura paterna negativa representa uma perda, mas preserva um substrato egoico capaz de organizar e dar sentido às suas outras relações.

Outra evidência da preservação de apenas uma figura, ou da dificuldade de vinculação com alguma figura materna, está nos relatos que apontam para a convivência com diversas mães, dentro e fora da instituição.

No total, dos anos que eu vivi na organização, tive cinco mães sociais. Mas destas cinco só uma eu tenho lembranças desagradáveis. Tive tantas mães, mas parece que não tenho nenhuma. (Alessandra)

Eu era muito chorona, eu chorava demais. Era muito difícil eu me apegar com uma pessoa. Mas fui logo com ela assim. A mãe que a gente estava morando, ela não cuidava de mim. Eu ainda mamava, na mamadeira, e ela não comprava. E quando eu fui morar com a mamãe, ela foi toda amorosa, de mãe sabe? Ela sim, ela sim é mãe. Acho que sem ela... sei lá. Eu amo muito ela. (Agnes)

Está presente nos relatos uma postura de comparação das suas diversas mães, o que pode ser compreendido, a partir da experiência real de convívio com mais de uma mãe, já que, a princípio, todos os abrigados conviveram com duas mães, uma biológica outra social, contudo três das participantes conviveram com mais de uma mãe social, o que ampliou o universo das suas convivências com a figura materna. De outra forma, é visível uma necessidade de localizar uma mãe ideal, que consiga aliar diálogo e afeto, que traga em si somente os atributos positivos de todas as outras mães. Esse ideal, no entanto, não é encontrado e a conclusão de uma das participantes é sensação de ter muitas mães e ao mesmo tempo, nenhuma.

Essa figura ideal, presente no imaginário e nos discursos de mães sociais e adolescentes, pode ser considerada uma figura mítica familiar, conceito que Krom (2000, p. 47), define:

A figura Mítica Familiar é a pessoa que transcendeu limitações, determinou um caminho, deu origem a um percurso mítico em sua vida enquanto sua figura se perpetua e repercute em suas histórias e feitos. Frequentemente, os pais, como líderes naturais, assumem esse lugar e passam a ser cultuados pelos próprios filhos. Muitas vezes, essas pessoas transcendem as suas limitações, com comportamentos inusitados e surpreendentes. [...] Com todas essas histórias, é possível perceber como determinadas pessoas se tornam “modelos familiares” e atuam como verdadeiros “pontos de referência”. Podemos verificar como, respondendo às necessidades e à formação de expectativas míticas, essas pessoas dão cumprimento a suas próprias vidas e determinam um percurso mítico.

A figura mítica familiar existe imaginariamente para os indivíduos instituídos, porém é a mãe intangível e incorpórea que não pode suprir suas necessidades, mas que pode acalentá-

los com essa possibilidade. A mãe mítica será aquela, também, que não poderá causar um novo abandono e, com ele, uma nova desorganização familiar e individual.

Não encontrando essa pessoa na sua realidade externa, a realidade imaginária ganha força e subsiste a uma trajetória sem vinculações com objetos externos, somente com as características idealizadas. Na instituição, as relações não são reconhecidas como ideais e, por isso, os investimentos afetivos são rarefeitos e descontínuos. É sobre essa dificuldade de vinculação que trata o próximo item.

6.2.1.2. O pacto denegativo e a construção da parentalidade

Como percebido no item anterior, a experiência do abandono torna as relações e vinculações mais difíceis em função das defesas adotadas que atuam na tentativa de preservar o indivíduo de novas experiências dolorosas e de abandono. Na instituição de abrigo, as defesas diante dos vínculos são bastante recorrentes nos relatos dos participantes e estão ligadas a experiências que denotam vínculos parciais com evidências da presença do pacto denegativo.

De acordo com Kaës (1991), o pacto denegativo funciona como um tipo de aliança, onde há o predomínio do negativo nos laços intersubjetivos, de diferentes maneiras como a repressão, a denegação, a recusa, a rejeição, impedindo que os vínculos aconteçam ou sejam percebidos como necessários aos indivíduos.

Considerando o indivíduo abrigado como aquele que convive invariavelmente dentro de grupos, o grupo da família social e o da instituição, desenvolvendo para isso certa conexão com os outros indivíduos e uma construção representacional mútua, os vínculos estão na base dessa experiência. Para Pichon-Rivière (2009), os vínculos são estruturas complexas e dinâmicas da relação grupal, resultados de um interjogo com objetos internos e externos e acontecem numa espiral dialética e contínua, onde sujeito e objeto se realimentam mutuamente.

Dessa maneira, as dificuldades relatadas pelos participantes da pesquisa não podem ser tomadas como individuais, dizem respeito à díade, ou às outras relações vivenciadas no espaço de abrigo. A manifestação do pacto denegativo aponta para a dificuldade compartilhada de perceber os atributos positivos do outro da relação. O pacto denegativo se organiza a partir da representação que se constrói a respeito do outro, com o predomínio do polo negativo sobre o positivo.

Nos relatos dos filhos sociais, as mães sociais são percebidas como pouco confiáveis, como no caso de Ana, Adriano e Alice, já que poderiam revelar os segredos e assuntos da família social para os demais indivíduos da instituição. Já para as mães sociais, os filhos são representados como perigosos, como no caso de Maiara, como pessoas que carecem de ajuda, para Milena, Marilene e Mara. Nos relatos das mães, os filhos sociais não são vistos como pessoas com quem possa trocar objetiva e subjetivamente, mas pessoas que carecem da sua dedicação. Para os dois indivíduos da díade, prevalece o polo negativo e efetiva-se o afastamento, rejeição velada e recusa afetiva, evidências do pacto denegativo.

De acordo com Trachtenberg (2005), para que a polarização fosse positiva, os vínculos se construiriam a partir de investimentos mútuos, identificações comuns, sobre ideais e crenças semelhantes e modalidades toleráveis de realização de desejos, características percebidas em apenas uma das díades, a de Milena e Agnes. Nessa díade as identificações são, na sua maioria, positivas e com perspectivas de continuidade, pois tanto a mãe social quanto a adolescente planejam a saída da instituição como um momento de reunião familiar, perpetuando a família social.

Eu quero fazer uma faculdade e ser advogada. E, morar com a mamãe, fora da aldeia, o quanto antes. E ter minha casa própria. Levar minha irmã Aída pra morar comigo. (Agnes)

Ah sim, às vezes eu fico deitada pensando porque, tem ele, tem essa daí e tem a Aída. Eu acho que vão tudinho lá. Os maiores vão tudinho comigo. Quando sair vão tudinho pra lá. Até porque eles conversam entre eles: bora pra nossa casa. Essa daí diz: mãe, bora pra nossa casa. Sabe? Às vezes eu converso muito com a mana, porque é bom ela começar a levantar a casa, comece a aumentar porque o povão vai tudo pra lá (risos). (Milena)

Essa disposição de continuidade não foi percebida nas outras díades, o que evidencia a prevalência do pacto denegativo. Compreendendo que os vínculos são circulares e envolvem sempre investimentos e contrainvestimentos, a manutenção das defesas e da polarização negativa na representação do outro perpetua o isolamento e mantém, de certa maneira, inalterada a experiência do abandono, motivo da existência da instituição de abrigamento.

A prevalência dessa modalidade de relação evidencia, por outro lado, uma dificuldade diretamente ligada à anterior, a de construção da parentalidade. Concepção por meio da qual, segundo Solis-Ponton (2004), se compreende que os pais e cuidadores necessitam de uma organização ou preparo psíquico para receberem e se relacionarem com os filhos e estes, com os pais. A relação construída entre a mãe social e os filhos será resultado da interação, das múltiplas representações e conflitos vividos por ambos, depois do seu encontro e constituição

do vínculo. No relato de Marilene, fica evidente a sua angústia diante da possibilidade de assumir o papel de mãe social.

Aí na época que eu assumi a casa eu achava que eu não podia gostar dos meninos, que se eu amasse eles eu iria estar traindo o amor dos meus sobrinhos. Eu falava pra ele: esses meninos já foram abandonados, aí a hora que minha mãe precisar eu deixo tudinho e vou embora, vou abandonar de novo, não quero ser mãe. Aí isso foi muito difícil, porque eu tive que ir me trabalhando pra eu entender que isso não tem nada a ver, (risos). E isso foi muito difícil. E as meninas também, elas não me aceitavam. Era muito difícil porque eu não sabia como lidar, eu falava que eu não sabia ser mãe, eu falava pras meninas e a Marli falava: mas tu vai aprender! Eu falava: mas quando eu vou aprender? Não tem como! Mas aí, fui me adaptando, eles já tinham aceitado mais, eu já tinha aceitado eles. (Marilene)

O relato da experiência denuncia a angústia instalada antes e depois do convívio com os filhos sociais, as dificuldades são descritas não apenas a partir da sua perspectiva, mas também, a partir da dificuldade de aceitação dos filhos e filhas sociais, em recebê-los como mãe.

Tomando a compreensão de Houzel (2004) sobre as implicações da parentalidade e os três eixos de sua estruturação (exercício, a experiência e a prática da parentalidade), entende-se que, no espaço institucional, a parentalidade será um processo não realizado em termos absolutos, predominando uma parentalidade parcial, como se explicita na continuidade.

O exercício é o que constitui a parentalidade, já que situa o indivíduo nos seus direitos e deveres, definindo regras de filiação, pertinência e alianças. Na experiência institucional, os direitos e deveres são determinados, por um lado, pela função profissional que a mãe social ocupa, e por outro, pela condição de abrigado dos filhos sociais. Os laços não são definidos pela consanguinidade e sim, por uma organização formal, onde algumas interdições são excluídas, como o tabu do incesto, por exemplo. Esse eixo talvez seja aquele que mais se distancia das famílias organizadas a partir relações consanguíneas, pois as regras não são familiares, são institucionais, onde está previsto até mesmo o fim da relação, no momento do desligamento do adolescente ou demissão da mãe social. De outro modo, já existem alianças consanguíneas constituídas que influenciam diretamente os novos vínculos, como pode ser percebido no relato de Ana.

O que eu acho importante era nos tempos que a nossa família era mais junto e que era toda a nossa família estava junto. Um ia lá conversar com a gente, a nossa mãe. Nós passava o Natal junto, nós era uma família, era feliz, mas depois, depois mudou tudo. Eu queria que voltasse a ser como antes, mas não assim, os negócios que a gente passava. (Ana)

As relações vividas na instituição não são mencionadas, o vínculo desejado é o da família biológica, nesse caso, preservado por idealizações e negação das situações críticas, como a violência e o abandono.

Quanto à experiência da parentalidade, que é subjetiva e envolve conteúdos conscientes e inconscientes como o desejo pela maternidade ou paternidade, os processos identificatórios com as figuras parentais, reparação de objetos parentais internos, entre outros, a experiência da parentalidade social também requer as mesmas resoluções que podem ser comprometidas em função das representações sobre o lugar que se ocupa e também do outro envolvido. Em outras palavras, o desejo pela maternidade ou afiliação social e a identificação com o outro da relação dependem das representações construídas a respeito e também das alianças já formadas anteriormente, como explicitado no relato anterior.

O terceiro eixo, o das práticas, se efetiva a partir do investimento realizado, por meio das tarefas e cuidados maternos e paternos em direção à criança que, conseqüentemente, geram um construído fortalecendo a parentalidade. Na instituição, a noção de proteção e cuidado não é entendida pelos filhos e mães sociais como um atributo da família social e, sim, da instituição como um todo. Nos relatos a seguir, é possível identificar essa noção.

Aí com o tempo nós fomos convivendo, se adaptando, vivendo com outras pessoas diferentes, é assim, a aldeia é como se fosse uma comunidade assim, um condomínio, todo mundo se conhece e tal. Aprendi a estudar depois de um tempo.
(Adriano)

Nós somos uma família aqui, num condomínio, nós precisamos um do outro e ajudamos. (Maiara)

A construção da parentalidade, sob esse prisma, se dirige também para a instituição. A proteção é percebida como algo mais amplo do que aquilo que a família nuclear social pode oferecer. É a instituição, representada em alguns relatos, como uma família extensa dos abrigados e mães sociais, que funciona como o outro capaz de assegurar segurança, sustentação e perpetuação das famílias sociais.

Outro conteúdo manifesto nos discursos é o da violência tanto nas relações anteriores ao abrigo, quanto nas famílias sociais. Sua importância para essa análise não está na sua recorrência elevada, mas, sobretudo, pelas marcas emocionais que imprime. A seguir, são explicitadas suas ocorrências e implicações.

6.2.2. As relações com características violentas

O espaço familiar descrito pelos participantes da pesquisa, tanto mães sociais como adolescentes abrigados, é marcado por diferentes formas de violência. As manifestações violentas são localizadas na vida anterior ao abrigamento e, também, no momento atual, tornando o fenômeno algo que acompanha os indivíduos nos diferentes grupos dos quais fazem parte, perpetuado por identificações com os agressores e dando evidências de uma patologia dos vínculos do grupo familiar.

Vários tipos de violência foram manifestos nos relatos dos participantes da pesquisa, tanto fora quanto dentro da instituição de abrigamento. A transmissão intergeracional da violência pode ser verificada como um fenômeno presente na maioria das histórias relatadas, de diferentes maneiras e efeitos emocionais.

6.2.2.1. A transmissão da violência

As mães sociais, apesar de condenarem em seus discursos a violência sofrida na infância, reproduzem na sua relação com alguns filhos sociais, aquilo que Ramos e Oliveira (2008) chamam de *ciclo da violência*, no qual indivíduos tratados de modo agressivo ao longo de suas vidas tendem a utilizar os mesmos métodos com seus filhos. As manifestações violentas não se expressam exatamente como aconteceram na sua vida pregressa, se na infância, as mães sofreram maus-tratos físicos, a reprodução acontece, na maior parte das vezes, por meio da violência psicológica e da negligência. Essas manifestações são defendidas nas experiências de enfrentamento de filhos sociais percebidos como violentos e perigosos, como uma prática educativa e tática de preparo para a vida fora da instituição.

Nessa justificativa, a atribuição de responsabilidade pelos maus-tratos cometidos é dirigida à criança e ao adolescente, como uma maneira de explicar e minimizar a violência. Nos relatos das mães que referiram adotar práticas educativas baseadas na violência física, os filhos sociais são descritos como detentores de uma natureza agressiva, desobediente e perigosa, o que os coloca no lugar de agressores e elas, as vítimas.

O que se percebe é uma dificuldade de romper com os padrões construídos nas suas famílias de origem, justificada pela compreensão de que agressão recebida quando criança ajudou na constituição do caráter, como se expressa no discurso abaixo.

Mas minha mãe não, minha mãe já era mais explosiva. Ela batia, ela batia mesmo. Não tenho o que reclamar também, porque as peias que ela deu, serviu. É muito danada, porque eu era muito... Eu judiava de meus irmãos. É porque eu era a mais velha, eu queria que eles me respeitassem. Até a mais velha, eu queria comandar.
(Maiara)

Ramos e Oliveira (2008) entendem que a procura de benefícios que justifiquem a agressão funciona como uma validação da educação que receberam, uma espécie de alívio, satisfação ou reconhecimento das boas intenções e do amor dos pais ou responsáveis que o educaram.

Também a partir da compreensão da transmissão da violência, Ribeiro e Bareicha (2008) propõem três conceitos que explicam essas identificações. O primeiro deles é o conceito de *lealdade invisível* que traduz a inclusão da noção de justiça e da equidade dentro da família e da cultura, permitindo que as repetições sejam justificadas pelo restabelecimento da ética. As lealdades funcionariam como elementos de ligação nos relacionamentos familiares e sociais.

O segundo conceito é de *justiça familiar* que condena, no meio familiar, as manifestações de má fé, injustiça, exploração entre os membros, o abandono, a vingança e, até mesmo, a doença e infortúnio. Por outro lado, os autores compreendem que a percepção do afeto, cuidado e atenção faz com que a injustiça seja minimizada e até mesmo, perdoada. A situação pode ser comparada a um balanço, pelo qual se avaliam os créditos e os débitos, representados pelas dívidas, obrigações, méritos. Esse acerto de contas se realiza no espaço intergeracional e traz consigo a necessidade de decisão de cada indivíduo, sobre os seus rumos, em outras palavras, caberá ao indivíduo a decisão de carregar consigo, esquecer, vingar ou cobrar as injustiças sofridas. No trecho do discurso de uma filha social, a noção de justiça familiar é assim descrita:

Não, bater ela não bate não, mas o que ela fala... Ofende essas coisas, que fica assim... Que já gostava da nossa mãe quando ficava lá... Não, nossa mãe assim, ela batia assim na gente, mas quando era depois ela tava lá com a gente, pedia desculpas, ela abraçava a gente. Eu disse: olha a nossa mãe pode ser o que for, mas ela nunca falou assim da gente. (Ana)

Nesse caso, no ajuste de contas que Ana faz sobre a relação com a mãe biológica e a mãe social, a mãe biológica é perdoada pelas agressões físicas que praticava, pois há a percepção do seu arrependimento e do seu afeto, confirmando com ela a aliança que perpetuará o vínculo e a noção de família. A mãe social, por sua vez, pratica contra ela a violência psicológica, mas não manifesta arrependimento ou afeto positivo, mantendo a

relação com um saldo negativo e fazendo com que a aliança não se fortaleça, ao contrário, fortalecendo a aliança da sua outra relação familiar.

No discurso, manifesta-se também uma espécie de triangulação que envolve as duas mães e a adolescente. A mãe social, num dos vértices do triângulo, perde a sua força por essa avaliação negativa provocando um distanciamento da filha e um fortalecimento da relação desta com a mãe biológica.

O terceiro conceito é o de *parentificação*, processo que, de acordo com Ribeiro e Bareicha (2008), se caracteriza pela inversão de dependências, passando os filhos a cuidar dos pais, por meio de complexo e invisível sistema de méritos e dívidas. Contabilizando tudo o que recebeu de cuidados, carinho, cumplicidade, o filho sente-se comprometido com a retribuição, uma forma de pagamento de dívida com os pais, o que, muitas vezes distorce as relações familiares.

Esse tipo de vínculo é percebido nos discursos, principalmente naqueles escolhidos e preservados pelos participantes, devido ao peso emocional que carregam. A escolha da figura parental para que haja a constituição do fenômeno da parentificação passa, também, pelo processo de identificação e pode ser expresso por meio da violência. Tomamos como exemplo o relato de Maiara que, agredida pela mãe na infância, assume o lugar de agressora dela, na vida adulta.

Para Kopittke (2005), a violência, na sua manifestação grupal, aponta para um predomínio do processo primário, com descargas pulsionais que acontecem por implosão e explosão em alguns de seus membros, caracterizando relações que carecem de sentido. Nesses casos, de acordo com a autora, as representações simbólicas das leis e da cultura são insuficientes para frear os atos dirigidos a agredir os corpos e as mentes dos indivíduos.

Apesar da instituição de abrigo buscar o cumprimento das leis que regulamentam sua existência, essas são insuficientes e ineficazes diante da subjetividade dos indivíduos que assumem o lugar de cuidadores e das crianças e adolescentes abrigados. A experiência violenta anterior, vivida ou presenciada, é traduzida para o cotidiano das relações atuais, onde os limites entre o eu e o outro são desconhecidos e as diferenças intoleradas, evidenciando uma patologia vincular.

A experiência de violência se repete, pois não foi dotada de significação, principalmente a que se refere à internalização de normas e regras, tornando necessária a sua repetição e busca de sentido. Os afetos não se ligam à imagem da situação violenta e dolorosa, não criando repúdio ou evitação, ao contrário, se ligam a atos que traduzam a angústia vivida.

De acordo com Eiguer (apud Kopittke, 2005), a transmissão de traumas ou de segredos vergonhosos como crimes, incesto, suicídio e violência, pode gerar patologias relacionadas à insuficiência de superego. Para ele, os segredos e traumas podem se tornar representações fantasmas, inscrevendo-se em gerações futuras ou atuais, sem, no entanto chegar a ser representado conscientemente pelo pensamento ou palavra.

A violência manifesta nos discursos dos participantes é contada a partir do lugar de vítima e nunca daquele que a comete. A consciência seletiva não permite que se verbalize ou assuma a reedição da violência vivida, introjetada e usada como um padrão de conduta junto aos novos vínculos, grupos ou organizações familiares. Além disso, a violência é sempre identificada no outro, seja ele o filho social, os pares ou a própria instituição, como se houvesse uma cristalização do papel de vítima e uma negação da transposição desse lugar. A dificuldade em proceder à autocrítica dá evidências da internalização superegoica deficiente e da necessidade de manutenção dos vínculos vividos.

6.2.2.2. A violência disciplinadora

Outro aspecto envolvido na violência como um padrão relacional da instituição está ligado à sua associação à noção de disciplina, presente nos discursos como uma justificativa para situações de abuso da posição hierárquica superior, de mãe social. Para Foucault (2009), nas instituições totais (escolas, conventos, presídios, quartéis, entre outras), a dominação é imposta tanto de forma explícita, pela demarcação de espaços (muros), adestramento dos corpos de seus participantes, controle das atividades e horários e a censura pelo descumprimento dessas regras, quanto por manejos implícitos pelos quais a fuga do padrão ideal estabelecido é também digna de punição.

O modelo adotado pela instituição prevê uma hierarquia que submete todos os seus membros, define papéis e funções e, principalmente, determina qual o padrão a ser adotado por seus participantes. Apesar de as regras institucionais definirem como uma proibição o uso da violência de qualquer natureza, dos funcionários em relação aos abrigados e desses entre si, a sua presença pode ser percebida em grande parte dos discursos. Como se houvesse regras explícitas e outras implícitas, que apesar da consciência de sua existência, não podem ser publicadas ou defendidas diretamente. O relato de Adriano traz um exemplo dessa regra implícita da instituição.

A mãe Maria José, ela educou a gente, ela era muito rígida com ensino. Mandava a gente estudar direto. Era basicamente isso. O relacionamento com ela era bom,

normal. Relacionamento normal. Com os irmãos de vez em quando tinha uma briga com os irmãos, mas normal também. Quando a gente brigava, ela castigava. Castigo assim, não ia brincar, ficava em casa. Às vezes ela batia, às vezes, mas não era muito não. Mas tinha aquele negócio lá, se machucar, de chamar a polícia, aquele negócio todo assim. Ela saiu devido aos problemas familiares que estavam ocorrendo lá em casa e tal. (...) Foi devido o que aconteceu com uma irmã nossa lá na aldeia, que não é nossa. É, que quando a mãe dela vinha fazer a visita, aí diz que estava machucada a mão dela. Aí ela falou o que tinha acontecido com ela, que a tia lá tinha feito, tinha botado a mão não sei aonde, no fogo lá da cozinha e tal, devido a que fato eu não sei. Eu sei que ela já tinha falado com a mãe dela o ocorrido e se eu não me engano a mãe dela foi falar com a tia Tereza, aí passou isso à tia Tereza conversou com cada um lá. Aí ela saiu e puseram outra mãe no lugar. (Adriano)

No trecho acima, num relato bastante hesitante, entrecortado por afirmações e recuos, informações e justificativas, ele mostra o funcionamento disciplinar da casa-lar, no qual a mãe social tem o poder tanto de aplicar castigos leves, como a privação de brincar, como castigos físicos que envolviam queimaduras intencionais e sistemáticas em uma de suas irmãs. Apesar das repetições do termo “normal”, Adriano relata situações que não poderiam ser publicadas, ou melhor, denunciadas. Quando afirma tratar-se de “um negócio de machucar e chamar a polícia”, mostra com clareza a consciência da ilegalidade do ato e, por isso, a necessidade de manter escondido numa espécie de conluio entre mãe e filhos sociais, o que aponta para outra forma de violência, o silenciamento. Nesse caso, uma forma de violência psicológica, pela qual, por temor da punição, tudo o que é visto ou ouvido não pode ser falado dentro ou fora da casa-lar.

Para Foucault (2009), nas instituições totais, os superiores hierárquicos têm o poder de julgar e punir toda e qualquer ação dos seus subordinados, por meio de castigos físicos ou psíquicos, como uma cópia do sistema judiciário, onde são os juízes e carrascos, ao mesmo tempo. No caso relatado acima, demonstrando o paradoxo do julgamento disciplinar utilizado, a mãe social agride quando os filhos sociais brigam entre si, como uma forma de manter a harmonia familiar, banindo as agressões, se impondo como figura de autoridade e determinando quem pode fazer uso desse expediente.

A resolução da situação de violência extrema somente é resolvida quando alguém que não está submetido às mesmas regras, alguém de fora da instituição, que denuncia e faz cumprir as normas explícitas tomadas como referência pela instituição. Pela violência do silêncio, as experiências vividas são compartilhadas somente pelos integrantes da instituição. No discurso de Alessandra, essa prática é assim descrita:

Mas eu acho que o pior de tudo era a forma que a gente estava sendo tratada, toda essa mãe social que tinha um papel primordial na nossa vida. Isso que me deixava triste, sabe por quê? Porque assim, elas tinham uma proteção muito grande entre

elas, nenhuma denunciava a outra. Se ela fosse bater e a gente fosse chorar era pra engolir o choro, ainda. Tinha que ser sem roupa, pra depois pôr a roupa e ninguém ver (choro). Mas não eram todas as mães que eram assim, isso eu tinha certeza, tinha mãe que realmente não batia nos filhos, mãe social. Mas esta Margarida, espancava mesmo. Poucas pessoas percebiam, porque a gente também não tinha muita liberdade na casa dos outros, entendeu? (Alessandra)

Mesmo percebendo que a aplicação de castigos físicos não era adotada por todas as mães sociais, Alessandra fala sobre o pacto de silêncio existente como regra para dentro dos muros da instituição, permitindo a perpetuação da violência. Por corporativismo, as mães sociais, mesmo sabendo dos maus-tratos não denunciavam e nem agiam para suprimi-lo. A agressão não era vista ou ouvida, pois as suas evidências eram escondidas: o choro deveria ser silenciado, e as marcas físicas escondidas sob as roupas. Os maus-tratos não aconteciam com todos os filhos sociais da organização, porém, pela proteção mútua das mães sociais, os filhos não ficavam sem proteção, liberdade de comunicar, ou acolhimento nas outras casas-lares. Na continuidade, Alessandra mostra que o silenciamento ocorre apenas dentro das casas-lares.

Assim, eu acho que até alguns comentários podem ter chegado aos ouvidos do gestor, que se chamava diretor, mas ele, eu penso que não acreditava. Não acreditava, até porque ele não via e não ouvia. (Alessandra)

Em uma posição hierarquicamente superior, o gestor assume uma postura de alheamento sobre os maus-tratos que aconteciam na organização. O pressuposto de Alessandra é que os comentários chegavam até ele, que não acreditava por não ver e ouvir. Tomada no sentido literal, a afirmação pode indicar que a incredulidade se baseava na falta de evidências concretas, num outro sentido pode significar a necessidade de negar, de não ver ou ouvir o que chegava até ele. Assim, a regra do silenciamento adotada nas casas é a continuidade da regra da instituição como um todo.

Outra manifestação de violência, percebida nos discursos dos participantes, é o exercício de comunicar os segredos da família social aos outros indivíduos da instituição.

Às vezes eu tenho vontade de conversar com ela dos meus problemas, das coisas... Mas eu não tenho porque (choro). Tudo o que acontece lá em casa, ela tá espalhando lá pras outras mães. Assim, o que nós aprontamos lá dentro da casa, aí ela tá lá. Às vezes elas se unem as mães, falam um do filho do outro. Aí eu não confio ainda de contar pra ela, porque tudo o que acontece lá ela conta. Porque se nós aprontamos o certo é ela conversar lá, sei lá e não ficar falando pros outros. Qualquer coisa que eu faço aqui, a aldeia já tá sabendo, aí eu chego lá, já tá falando. (Ana)

Porque aqui é assim tipo condomínio, mas, assim se eu fosse ter um amigo de verdade, seria no esconderijo, porque todo mundo sabe da vida do outro. Sabe daquela da vida do fulano, lá de trás, lá da outra casa, da última casa, da primeira.

É, ficam comentando: “Ah, a Amanda me falou isso e isso de ti”. Ai já começa, fica a maior coisa aqui na aldeia, suja o nome de muita gente. (Amanda)

O termo condomínio aparece nos discursos da maioria dos participantes, algumas vezes associado à ideia de proteção, outras à noção de um mecanismo de regulação que acontece por meio da comunicação existente entre os indivíduos que constituem essa comunidade.

Esse conteúdo é compartilhado por toda a instituição e funciona como um exercício de controle, onde todos sabem da vida de todos, a partir dos relatos e julgamentos associados a estes. Como resultado, os relacionamentos que acontecem entre os diversos grupos que compõem a instituição, bem como a representação dos indivíduos sobre esses grupos, são conduzidos por essa interdiscursividade. É importante que se diga que, diferente da noção de proteção, o “com domínio” exercido pelo conteúdo da comunicação intersubjetiva é percebido como negativo, limitante das relações e da possibilidade de confiança que poderia existir e, por isso, ser experimentado com uma espécie de violência.

Apresenta-se aí um paradoxo, o do falar e calar. Existem segredos que necessitam ser silenciados, e outros amplamente discutidos e revisitados pelos membros da instituição. Aparentemente, o paradoxo funciona para a perpetuação da própria instituição, já que os silenciamentos acontecem em torno das ações não desejáveis, das regras de controle disciplinar não explícitas, e a comunicação que expõe os segredos pessoais também funciona como reguladora das relações intramuros. De forma mais específica, silencia-se para as ações das mães sociais e técnicas da instituição e comunica-se tudo o que se refere aos filhos sociais. A violência manifesta-se, também, pela diferença hierárquica, que revela ou esconde aquilo que é conveniente para que a instituição se mantenha.

Além de explicitar um tipo de violência, esse paradoxo também revela um padrão relacional da instituição e uma regra implícita presente nas relações institucionais. No próximo item, outras regras e interdições serão discutidas, principalmente as que se referem ao tabu do incesto e à reedição edípica no contexto da instituição.

6.2.3. A vivência edipiana e as interdições institucionais

Para as mães sociais, trabalhar é cumprir as regras impostas pela instituição, mesmo que essas regras sejam impostas por pessoas, que na sua percepção, não entendem e dimensionam as dificuldades do seu trabalho. A instituição exige, ainda, que façam o mesmo em relação aos filhos que devem ser educados, contidos e terem os seus corpos disciplinados.

Há falas pontuais e conscientes sobre a necessidade de não cumprir as normas, quando não forem consideradas justas, revelando um senso pessoal de justiça que fundamenta a sua observância ou justifica o desacato.

As normas de uma instituição representam uma de suas estruturas. São elas que determinam papéis, definem funções, organizam as relações e demarcam espaços e lugares para os seus membros. Os relatos trazem, no entanto, uma percepção de um exagero de normas que atravessam e engessam as práticas e as relações. De acordo com Enriquez (1991), o excesso de proibições e regras promove um sentimento de culpa exacerbado, que é derivado da angústia diante da retração do amor e também da renúncia quase que completa da satisfação das pulsões. Quando obrigado a isso, o indivíduo, por defesa, também terá dificuldades para investir amor nos objetos e incapacidade para sentir desejo, já que o desejo está distanciado do prazer.

Essa dificuldade de investir afetivamente é percebida pelos adolescentes, que nos seus discursos referem uma vinculação das mães sociais apenas com os filhos menores, como se o amor, para elas, somente fosse possível com essas pessoas.

Além do que já foi discutido a respeito da dificuldade de realizar investimentos, entende-se que a não aproximação dos filhos maiores esteja ligada à interdição da sexualidade e consumação do incesto, mesmo que simbólico por não se tratar de uma maternidade consanguínea. Por outro lado, é possível que haja evidências de um afastamento disfarçado que aparece como um preparo para o desligamento, o que acontece quando o filho social chega à maturidade legal, aos 18 anos de idade.

O conceito de incesto simbólico é colocado por Vidal (1991) que entende que nas afiliações institucionais, os indivíduos sempre carregam questões das suas próprias relações de afiliação, o que resulta numa reedição do seu romance familiar. A isto acrescenta

Portanto, não é de surpreender encontrar, no nível das leis imperativas (implícitas ou explícitas) que estruturam as relações internas em determinadas instituições de tratamento, os interditos e proibições que funcionam no seio da família. Elas testemunham que os membros de uma mesma instituição deixam-se viver ou são vividos por aqueles que organizam as suas relações ou simplesmente os descrevem como os membros de uma mesma família, ou seja, como tantos irmãos e irmãs simbólicas (Vidal, 1991, p. 191).

Assim, as relações familiares apresentadas pelas mães são construídas a partir de interdições que são, antes de tudo, defesas diante da possibilidade da consumação de um incesto simbólico, marcado pelo temor de um novo abandono, pela dificuldade de investimento em função da retração afetiva diante da impossibilidade de sentir prazer. Pelas

adolescentes as relações com as figuras consanguíneas são compartimentalizadas, um pai mau e uma mãe preservada e idealizada, o que justifica uma aliança com a família de origem. Além disso, também expressam o temor do abandono e a dificuldade de fazer investimentos em novas vinculações afetivas, incluindo os membros da família social.

Outra forma de interdição diz respeito exclusivamente às mães sociais que, ao se engajarem nesse trabalho, abrem mão de sua vida afetiva e sexual. Uma das regras da organização determina que as mães sociais não tenham vínculos que comprometam a sua atuação. Isso prevê filhos dependentes e também cônjuges e companheiros. Se um vínculo afetivo for construído depois do engajamento no trabalho, o vínculo empregatício se desfaz. Assumir o lugar de mãe social implica, necessariamente, numa escolha pelo não compartilhamento afetivo sexual. Num dos trechos do relato de Milena, fica evidente essa posição.

Assim, eu decidi que eu nunca ia me casar, porque eu tô vendo a minha mãe, poxa, lavava roupa, sustentava filho e pra mim vim pra cá eu conversei com muita gente, pedi muita opinião, gente vocês acham que eu devo ir? Aí esta minha mesma cunhada disse: tu não quer ter filhos, tu não quer casar, então vai criar filho dos outros, ela dizia pra mim. Aí enrolei, enrolei, aí foi quando eu tomei a decisão e vim. Eu vim, vou fazer um teste, eu não tinha experiência, então eu vou. E eu estou até hoje aqui na experiência (risos). (Milena)

O relato traz uma representação sobre a função de mãe social vinculada à ideia de maternidade que exclui a feminilidade. No discurso de Milena, mesmo assumindo o desejo de não se casar, para não correr o risco de repetir a história da mãe, sua identidade feminina precisa ser legitimada com a maternidade. Na teoria psicanalítica, a feminilidade é articulada à posição ocupada pela menina no Complexo de Édipo. O pressuposto que o sustenta é que as posições familiares de pai, mãe, filho e filha são distribuídas, e cada um aprende a assumir sua realidade sexuada, ou a resignar-se, no caso da menina.

A maternidade é para a psicanálise, um momento de completude para a mulher, que adquire temporariamente um falo. Visto pela lógica fálica, a feminilidade está invariavelmente ligada à possibilidade de ser mãe, que funcionaria como uma sublimação da sua falta e inferioridade.

Por outro lado, a exigência pela negação da feminilidade e a valorização extremada da maternidade estão calcadas no mito de fundação da instituição. A história do fundador que perde a mãe, ainda na infância, e necessita devolver uma mãe idealizada a crianças que passaram pelo mesmo trauma que o seu. A mãe idealizada para acolher crianças órfãs da Segunda Guerra Mundial também era uma mulher sozinha que perdera seus entes queridos e

que não se casaria novamente. A fundação se dá a partir de uma tragédia, um momento pontual na história da humanidade, mas que justifica, a partir de então, fantasiosamente, todos os sacrifícios exigidos dos indivíduos que ocupariam esse lugar. De acordo com Eriquez (1991), esse seria o mito do fundador que mostra o momento da fundação como ideal a ser alcançado por seus membros, provocando sentimentos de culpa nos indivíduos que conseguirem atingir esses padrões ideais alcançados por pessoas melhores do que eles. Quando o ideal é mantido, mantém-se o poder do fundador que será o ponto de identificação para funcionários e abrigados que não terão forças para questionar o projeto original, suas falhas e incoerências.

Assim, a história idealizada de alguém que pensou numa família que reunisse pessoas solitárias e traumatizadas funciona para que se perpetue a dinâmica institucional e, ao mesmo tempo, a experiência de abandono que os uniu.

Se a posição da mãe é resignar-se quanto a sua sexualidade e afetividade e, também, impor práticas disciplinadoras que promovam a interdição sexual dos filhos, o papel do pai social ou o dirigente da instituição seria o de uma interdição ainda mais severa. Desde a fundação da unidade que abrigou a pesquisa, três dirigentes ocuparam essa função. Os dois primeiros do sexo masculino e a atual, do sexo feminino.

A figura do dirigente da organização é referida com recorrência nos relatos das mães sociais, assim como de adolescentes. As referências localizam cada um dos três dirigentes que passaram pela organização num determinado papel, com funções muito específicas para as famílias sociais.

Quando era o seu Tadeu, quando ele veio. Eu acho assim que ele exigia o que exigiam dele, certo? Ou talvez ele exigia pra gente fazer um serviço perfeito. Assim, a gente era muito fechada, a gente não tinha liberdade de expressão, pra falar o que a gente queria, porque tudo era ele, a gente só sabia das notícias: seu Tadeu ficou doente, seu Tadeu foi pro Rio, a gente não tinha a liberdade que a gente tem hoje com a Teresa. Sabe, seu Tadeu passou, ele pegava muito no pé das crianças, principalmente por causa da sandália, que ele não queria de jeito nenhum menino descalço. Ele pegava no braço de menino, sacudia mesmo, “vai pegar sua sandália, cadê sua mãe”, era assim. Ele fazia o papel de pai, de pai mesmo. Porque até hoje eles dizem “o pai Tadeu”. Todos eles que conviveram com seu Tadeu, ele é pai para todos os efeitos. Aí passou seu Tadeu, veio seu Teodoro, só que seu Teodoro... A esposa do seu Tadeu não participava de nada assim em relação às famílias, ela era na dela, não dizia nem A nem B, ficava na dela. E a mulher do seu Teodoro se envolvia, não pra ajudar, mas pra prejudicar: tudo que ela via dentro da casa ela participava pra ele (Milena)

O dirigente representa os ideais de perfeição da instituição que incluem sisudez silenciamento, um modelo a ser seguido. Porém, são apresentados três modelos nesse lugar.

O primeiro ocupa o lugar do pai, o “pai mesmo”, que representa verdadeiramente a figura paterna, que impõe regras e cobra a mesma postura das mães sociais. Sua autoridade é sentida por todos os sujeitos da instituição e inclui desde as grandes questões, até repreender o filho por pequenas coisas, como uma sandália, por exemplo. Esse é o dirigente que não existe mais, enquanto indivíduo presente na instituição, mas que aparece nos relatos como referência paterna, como aquele que era realmente capaz de ocupar o lugar de pai simbólico dos abrigados.

O segundo é percebido como aquele que não age por si mesmo, age de acordo com o desejo da esposa, que morava dentro da instituição, mas não trabalhava ali. A vida pessoal do dirigente se envolve com a vida profissional e, não sua visão, causando danos e prejudicando as relações na instituição. Fica evidente, dessa maneira, a representação da entrega que o cargo exige e que não aconteceu. Indiretamente há uma cobrança velada de que o dirigente também fosse solitário e sem vínculos, para que pudesse desempenhar plenamente o seu papel.

A representação sobre a dirigente atual aparece no relato a seguir, colocando-a numa posição diferente dos anteriores e mais parecida com as próprias mães sociais.

Então, assim, aí a Teresa começou, eu não sei por que, mas ela é ótima, gosto muito dela, mas ela está deixando muito desejar em relação aos adolescentes. Ela não conversa com os adolescentes, ela não faz, sabe? Ela gosta muito das crianças. E eles sentem isso, porque os lá de casa dizem. Eu saio aí eu deixo eles, aí ela tá lá o tempo inteiro brigando com menino, sabe. Ela não vai lá e incentiva “vocês vão conseguir!” Como o seu Tadeu fazia, sabe. “Poxa filho, você vai conseguir na escola, você vai conseguir sim” (Milena, grifo nosso).

Assim como ocorre com as mães sociais, seu afeto e atuação são limitados pela idade dos filhos. A mãe social apresenta a necessidade de que alguém assuma o que não pode ser realizado por ela e pelas outras mães, porém, não consegue reconhecer potência na dirigente para dar cabo dessa tarefa. Ela não é vista como detentora da referência fálica que garantiria a aplicação dos padrões e regras da instituição. Sua atuação é comparada a do pai Tadeu, “o pai” da instituição. A partir dessa representação, é possível inferir que as críticas aos dirigentes que ocuparam esse lugar, depois do primeiro, expressam uma forma de não reconhecimento e não vinculação e, sobretudo, uma aliança e fidelização ao “pai” da origem, aquele que, simbolicamente, assumiu o lugar do fundador, que representou de maneira mais adequada os ideais da fundação.

Desse modo, fica evidente que existem na instituição tanto forças internas quanto externas, ligadas aos atores que recebem o legado de manter os ideais, regras e interdições,

como uma maneira de garantir a sua própria continuidade e daquilo que defende. No próximo tópico, resgatam-se as transmissões psíquicas e relações estabelecidas na instituição que foram discutidas ao longo deste capítulo, no formato de uma síntese compreensiva.

6.3. Integração dos resultados

Neste tópico será apresentada a síntese integrativa dos principais resultados obtidos, tendo em vista o alcance dos objetivos propostos. Inicia-se com a retomada dos objetivos específicos, contrapondo-os aos resultados obtidos e análises realizadas, finalizando-se com a discussão em torno do objetivo geral do estudo.

6.3.1. Sobre os mecanismos de defesa, vinculações e interdições expressos nas díades

O primeiro objetivo específico “Identificar os mecanismos de defesa, as vinculações e interdições estabelecidas, buscando convergências e divergências entre mães sociais e adolescentes”, aborda três grandes conceitos, presentes de forma bastante clara no decorrer de grande parte dos resultados levantados nos relatos das díades. Mais do que demarcar o aparecimento de conteúdos que corroborem a sua existência, interessa a maneira como são manifestos pelas mães sociais e pelos adolescentes. Os mecanismos de defesa são o ponto de partida dessa síntese integrativa.

6.3.1.1. Os mecanismos de defesa

Os mecanismos de defesa mais recorrentes nos relatos foram: identificação, negação, racionalização e projeção que, ao se vincularem a diferentes objetos e conteúdos emocionais, suscitam sentimentos e reações também variados.

O mecanismo de identificação foi percebido nos relatos de adolescentes e mães sociais. Nos relatos de Maiara e Alice, a identificação é com o agressor, percebida por meio da assimilação da agressividade da mãe, no caso de mãe social, e com indivíduos da instituição, no caso da adolescente. A postura agressiva e, em algumas situações, violenta, é repetida em relação a indivíduos da família biológica e também da família social. Nos dois casos, o mecanismo também influenciou negativamente a construção dos vínculos.

Para a mãe social Milena, a identificação se dá em relação à figura materna, principalmente quanto à sua posição de cuidadora e sua atitude de perpetuação da família de

origem. Sua filha social, Agnes, compartilha do mesmo processo, identificando-se com ela e planejando a continuidade dos vínculos construídos na instituição de abrigo. Nesse caso, fica evidente que a construção de vínculos e da parentalidade também se evidencia na história de ambas, com o predomínio da representação positiva dos mesmos.

A necessidade de negar aspectos desagradáveis da realidade, principalmente aqueles ligados ao abandono e à experiência de risco, é compartilhada pelos quatro adolescentes que compõem as díades, além da mãe social Marilene. Para os adolescentes, a negação funciona como uma forma de preservar os afetos positivos pela família biológica e afastá-la dos atributos negativos associados às figuras parentais, nesses casos. Para a mãe social, o que é negado não é a rejeição e recusa afetiva, mas sim a sua própria recusa e afastamento, preservando-a da culpa e remorso por não se disponibilizar para ela. A díade Milena e Agnes compartilha também outro tipo de negação, o que se liga ao desenvolvimento corporal e às evidências da sexualidade adolescente, que funciona como uma espécie de repressão inconsciente para a iniciação da sexualidade. Nesse caso, o conteúdo rejeitado é a emergência do desejo sexual.

Outro mecanismo utilizado é a racionalização, evidente nos discursos da díade Marilene e Adriano, que compartilha a necessidade de explicar de forma coerente e lógica uma experiência dolorosa como a violência sofrida. Nos dois casos, a finalidade da operação defensiva era preservar a imagem positiva da mãe, mesmo depois de sua perda real ou simbólica. Ana faz uso desse mecanismo, associando-o ao de deslocamento. Ela não apenas encontra explicações racionais para a violência e abandono da mãe, como desloca a culpa para pessoas e situações externas à família.

Finalmente, o mecanismo de projeção é utilizado pelas díades Marilene e Adriano, Maiara e Ana, tendo como alvo a instituição de abrigo e como conteúdo sentimentos contraditórios. Para a díade Marilene e Adriano, o sentimento é de acolhimento, familiaridade e segurança. A mãe social Maiara alterna sentimentos de proteção e persecutoriedade, enquanto a filha social Ana projeta somente sentimentos persecutórios. A transmissão intersubjetiva se processa também por meio da utilização desse mecanismo.

A transmissão psíquica se sustenta, também, quando analisado outro ponto do objetivo específico em questão: o das vinculações, componente fundamental para a intersubjetividade e o compartilhamento dos conteúdos psíquicos.

6.3.1.2. As vinculações

Como foco do trabalho, as vinculações têm um papel determinante nas análises, já que a partir delas emergem outros conteúdos e o tipo de compartilhamento que se dá nas díades. De forma distinta da discussão do item anterior, apresentam-se, neste item, os tipos de vinculação díade a díade, em razão da força dos conteúdos compartilhados.

Na díade Marilene e Adriano, apesar das representações positivas do outro que são compartilhadas por ambos e de um vínculo parcial que garante um convívio de respeito e destituído de manifestações agressivas, as vinculações que ganham maior relevo são com a família de origem. Tanto para a mãe social como para o adolescente, o ressentimento pela rejeição da mãe biológica é superado por outro tipo de vinculação, a vinculação fraterna. Esse processo é percebido quando abstraem sobre o momento de saída da instituição e demonstram a intenção de resgatar os vínculos com os irmãos, no caso de Adriano, e com os irmãos e os sobrinhos, no caso de Marilene. Não existe a menção de continuidade dos vínculos sociais, construídos na instituição, o que pode evidenciar tanto a constituição do pacto denegativo, como dar indícios de uma relação edipiana ainda em processo de resolução.

Para a díade Maiara e Ana, os vínculos se processaram de forma intensa, porém, com o predomínio dos aspectos negativos. Ambas, em suas famílias de origem, mantiveram vínculos com a figura materna, baseados, sobretudo, na violência e recusa, e vinculações com a figura paterna ancoradas na percepção de provimento de cuidado e afeto. Na vinculação desencadeada pela constituição da díade, o padrão reeditado é aquele constituído com a figura materna, com manifestações de violência, rejeição e persecutoriedade. Esse padrão não acontece somente na díade, mas também na relação com os pares da instituição de abrigo.

Na vinculação da díade Mara e Alice, também prevalece a percepção recíproca de aspectos negativos e do pacto denegativo, determinados pelas vivências anteriores ao abrigo. A mãe social, ao passar pela experiência de morte da própria mãe, identifica-se maciçamente com ela, principalmente pela culpa fantasiosa por sua morte e por ter assumido o seu lugar na família de origem, ao mesmo tempo em que minimiza sua participação na vida dos filhos sociais. A experiência de morte é compartilhada pela filha adolescente que manifesta medos noturnos e vivências de culpa decorrentes do desejo de se afastar das irmãs biológicas, repetindo a postura das duas mães, biológica e social. Os conteúdos compartilhados favorecem uma vinculação parcial com o predomínio do pacto denegativo e

da não resolução da reedição edipiana, já que a rivalidade é o sentimento dominante que ainda perpassa a relação.

Diferentemente das demais díades, Milena e Agnes apresentam uma vinculação com predomínio de representações e identificações positivas. A mãe social, apesar da infância marcada pelo trabalho e o convívio com uma figura paterna dependente, desenvolve identificações positivas com a figura materna, que se traduzem na postura afetuosa e acolhedora percebida pela filha social. A filha, por sua vez, mesmo após passar por duas experiências de abandono, uma pelos pais biológicos e outra pela primeira mãe social, estabelece uma vinculação positiva com a mãe social e a toma como referência. Para ambas, a família social é reconhecida como própria e aquela que será perpetuada, mesmo fora dos muros da instituição.

De forma menos explícita, as interdições aparecem nos relatos dos participantes e nos conteúdos compartilhados entre as díades.

6.3.1.3. As interdições

As interdições manifestam-se nos relatos das díades de duas maneiras distintas: a primeira, na relação que os membros estabelecem com as regras e a segunda, com as interdições definidas pelo tabu do incesto.

Uma posição comum a todas as mães sociais das díades é o apego às normas da instituição, principalmente aquelas que se referem à conduta dos adolescentes e sua inserção na comunidade extramuros. O controle rigoroso sobre as saídas, horários e relacionamentos fora da instituição aparece nos relatos de Maiara, Marilene e Mara, como uma tradução das regras impostas pela instituição. O apego às regras aparece de maneira exacerbada no relato de Mara, evidenciando uma adoção rígida das normas da instituição e, possivelmente, retração do afeto ou dificuldade de investimento psíquico na família social.

Os filhos sociais trazem em seu discurso o exagero de normas e a dificuldade de corresponder com a submissão total que é exigida, senão imposta, pelas mães sociais e pela própria instituição.

Quanto à ameaça representada pelo tabu do incesto, recrudescida pela reedição edípica que acontece na adolescência, a díade Milena e Agnes compartilha um ritual de iniciação e interdição bastante semelhantes, que tanto demonstram o tipo de vinculação e sua extensão como o peso das regras institucionais, quando se trata desse assunto. A interdição é operada pelo pai social (dirigente) que acusa de prostituição a adolescente quando a vê vestindo-se de

maneira adulta e erotizada. A reação da mãe é de rejeição de tal postura agressiva e, ao mesmo tempo, de completa submissão às normas da instituição.

6.3.2. As marcas emocionais do abandono

O segundo objetivo específico do trabalho trata da necessidade de “buscar, nas narrativas, as marcas emocionais do abandono e da dinâmica familiar, no pré e pós-abrigamento”. Apesar de o abandono funcionar como o motivo da existência da instituição e também da permanência dos adolescentes participantes na situação de abrigo, sua presença nos relatos, apesar de abundantes, estão envoltas por mecanismos de defesa, como negação, racionalização e deslocamento.

Na situação de pré-abrigo, os relatos dos adolescentes são construídos a partir da necessidade em localizar os culpados e, ao mesmo tempo, preservar os vínculos com a figura materna. Por isso, os pais são, geralmente, identificados como culpados. Para Agnes, o culpado foi o pai que não amparou a mãe. Ana desloca a intenção de abandono para o pai que se separou da mãe, e os vizinhos que não gostavam dela. Alice identificou nos funcionários da instituição os perseguidores que a trouxeram para esse lugar. Já Adriano não relata a situação de abrigo como desencadeada pelo abandono, mas, simplesmente, por uma decisão da avó que buscava um lugar onde pudessem ser cuidados.

No pós-abrigo, a condução da atribuição de culpa pelo abandono e a confirmação de alianças com as figuras parentais consanguíneas, assim como a vinculação possível com a família social, determinam a força ou o debilitamento das relações dentro da instituição.

6.3.3. As vinculações e a parentalidade

A síntese sobre as vinculações já foi trabalhada anteriormente. Assim, resta resgatar o objetivo “Caracterizar as formas de vinculações existentes nos grupos familiares e a construção da parentalidade”, analisando-se como se manifestou a experiência da parentalidade para mães sociais e adolescentes.

Assim como nas vinculações em que o pacto denegativo foi identificado, nas relações com predomínio de aspectos negativos, a construção dessa noção subjetiva se mostrou também dificultadora para a parentalidade social, sem o desenvolvimento do sentimento que possibilitaria a ocupação não apenas instituída das posições de mãe e filho.

Somente nas díades Marilene e Adriano, Milena e Agnes foram identificadas algumas manifestações da construção positiva dessa experiência.

6.3.4. A instituição de abrigo a partir dos significados compartilhados pelas díades

Os objetivos do trabalho articulam duas instâncias: a família social e a instituição de abrigo na qual a primeira está inserida. Desse modo, “analisar os significados compartilhados pela díade, na tentativa de compreender a instituição de abrigo”, mostrou-se relevante para este trabalho, pois os conteúdos compartilhados coletivamente possibilitam conceber a instituição na sua subjetividade, para além do que é explicitado nos conteúdos manifestos.

As análises e comparações entre as díades apontaram para a recorrência de três grandes configurações relacionais na instituição: os padrões vinculares, a transmissão da violência e a vivência edipiana e suas interdições institucionais.

As interpretações em torno dos padrões vinculares possibilitaram a distinção das dificuldades de vinculação em função do predomínio do pacto denegativo e das alianças com a figura materna no pré-abrigo. A violência foi apresentada como um conteúdo compartilhado pela maioria dos participantes, como característica das relações no pré e pós-abrigo e perpetuada na instituição por diversos mecanismos. De forma análoga à vivência edipiana nas famílias consanguíneas, a vivência institucional é percebida nas rivalidades que permeiam a díade, pela exigência de negação da sexualidade das mães sociais e pelas posições ocupadas pelos funcionários da instituição nos papéis de pais e mães sociais.

Considerados esses pontos de análise e sua correspondência com os objetivos específicos, é possível realizar a discussão do objetivo geral do trabalho.

6.3.5. Apontamentos sobre as transmissões psíquicas intersubjetivas

A análise dos relatos orais dos participantes da pesquisa proporcionou uma aproximação do objetivo geral que era investigar os conteúdos da transmissão psíquica intersubjetiva, presentes na díade mãe social-adolescente, no espaço familiar de abrigo. Após a leitura exaustiva e comparativa dos relatos das díades, foi possível explorar as convergências e divergências dos conteúdos, extraindo-se os aspectos similares, complementares e até mesmo contraditórios para fundamentar as interpretações.

Em termos gerais, a investigação das transmissões intersubjetivas nas díades permitiu compreender, em primeiro lugar, a complexidade do trabalho desenvolvido pela instituição que se destina a abrigar crianças e adolescentes que, em função da sua história de abandono, rejeição e perdas ocorridas em etapa precoce do desenvolvimento, expressam por meio de defesas intensas dificuldade de construir novos vínculos e relações distintas daquelas vividas anteriormente. Além disso, as identificações estabelecidas pelas pessoas escolhidas como cuidadoras – mães sociais –, para a realização do trabalho e que fundamentam sua motivação para desempenharem essa função, apontam para uma história pregressa carregada de experiências dolorosas e não resolvidas que também dificultam sua vinculação aos filhos sociais. Assim, a posição idealizada defendida pela instituição, de reconstrução afetiva a partir de novas vinculações dentro de uma família social, nem sempre é exequível na prática, como se notou nos resultados da pesquisa. Das quatro díades estudadas, somente uma apresentava um padrão de vinculação considerado satisfatório pela mãe e filha social que planejavam a continuidade da relação na vivência posterior à institucionalização.

Isso não significa que as outras famílias sociais sejam inviáveis ou que interfiram negativamente no desenvolvimento dos filhos sociais, pois as dificuldades de vinculação não são privilégio desse modelo familiar, estão presentes também em famílias nucleares e consanguíneas, tidas nos documentos oficiais como o modelo de família. O que se evidencia, a partir da literatura, é que não existem padrões vinculares e relacionais ideais dentro ou fora de instituições. O que existem são relações possíveis, considerando a história pregressa de seus membros, desde que a saúde física e emocional da criança e do adolescente esteja preservada.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de pesquisa com as famílias sociais, na instituição de abrigamento, pode ser considerado como um marco que divide dois momentos distintos de atuação nesse local. A experiência anterior na atuação como psicóloga da instituição, durante 12 anos anteriores à pesquisa, provocou na pesquisadora profundas modificações profissionais e pessoais que não caberiam nas argumentações e análises que compõem este trabalho. Por outro lado, as ressignificações provocadas por intermédio desse momento de pesquisa e reflexão reconduzem não somente a atuação, mas, principalmente, o olhar para os indivíduos que compõem o cenário institucional.

Ao encerrar esta tese, é necessário retomar alguns questionamentos que acompanharam o percurso de sua realização. Em primeiro lugar, o que este trabalho acrescenta do ponto de vista científico e social? Quais foram as suas principais limitações? E quais são as perspectivas de estudos futuros que o estudo aponta?

Os resultados oferecem evidências que permitem questionar os limites e possibilidades de realização da missão social do abrigo como contexto de desenvolvimento integral do adolescente em situação de risco psicossocial. Os achados sugerem que os padrões de vinculação estabelecidos entre adolescentes e mães sociais tendem a reproduzir legados transmitidos por herança psíquica que não logrou transformação. As narrativas produzidas trazem as marcas emocionais do abandono. A carência afetiva expressa no cotidiano é mascarada pela adesão cega a prescrições morais e normas de conduta rígidas e pouco flexíveis que engessam os relacionamentos e obstruem a circulação dos afetos, bloqueando o pensamento criativo que poderia dissolver as estereotípias e fomentar a mudança e constituição de novos enlaces e laços sociais. Os vínculos estabelecidos são silenciosos remanescentes de histórias pregressas de sofrimento que não se contam, permeadas por pactos denegatórios sustentados por defesas, não ditos e interditos que modelam o cotidiano das famílias sociais. Nesse contexto, a violência – sutil ou atuada, simbólica ou encarnada – surge como um recurso reiteradamente empregado na tentativa de tamponar as angústias inomeáveis e solucionar os conflitos estimulados pelo convívio familiar.

O trabalho das mães sociais, como profissionais da instituição de abrigamento, se justifica, nas suas representações conscientes e inconscientes, por meio de identificações com a condição de excluídos dos filhos sociais, lugar de privação e sofrimento ocupado historicamente pelos rejeitados, pelos párias sociais em qualquer época e cultura. Por isso detém a necessidade imperiosa de reconhecimento, por ocuparem a função de mãe de crianças

que sofreram rompimento precoce de vínculos afetivos. Essa identificação traz consigo, no entanto, a necessidade de manutenção desse lugar e da situação fundadora, o abandono. Apesar das fantasias de regulação social e redenção do grave problema do abandono, presentes nos sistemas simbólico e imaginário da instituição, a sua manutenção persiste e se diversifica em posturas individualistas, de baixo investimento afetivo e de negação das demandas dos filhos sociais. Dessa forma a instituição mantém aquilo que motivou a sua criação e existência.

O contexto institucional se apresentou, como modelo predefinido, com modalidades relacionais específicas, exigindo que seus membros se socializem seguindo o padrão ideal proposto, cumprindo as normas e leis sem contestações, postura que passa a fazer parte da identidade de cada um, uniformizando e desconsiderando as diferenças e negando a individualidade, aspectos pessoais substituídos pelas tarefas repetitivas e esvaziadas, sem o reconhecimento social e institucional.

Este estudo traz contribuições relevantes do ponto de vista da formulação de políticas públicas de proteção à infância, bem como alimenta reflexões sobre a atuação do psicólogo nos contextos institucionais de abrigamento. Em relação à prática do psicólogo, os resultados oferecem insumos para o planejamento de ações de cunho preventivo, assim como intervenções de caráter psicoterapêutico, visando à potencialização de recursos e à minimização do potencial traumático da repetição de padrões estereotipados que tendem a se cristalizar por meio da transmissão psíquica intergeracional. É preciso assegurar espaços de compartilhamento e acolhimento das necessidades emocionais das díades formadas por mães sociais e adolescentes, atuando no sentido do fortalecimento dos vínculos e no resgate das histórias pregressas como estratégia para possibilitar elaborações de conflitos e ressignificações de experiências afetivas.

Uma atuação do psicólogo institucional com essas características representa uma forma de enfrentamento das mudanças sociais e uma saída do hermetismo que restringia a sua ação ao espaço da clínica convencional. Significa uma aproximação de outras ciências e também de outros profissionais empenhados no trabalho de atendimento à infância e adolescência em situação de risco social e pessoal. A ação no contexto institucional implica, necessariamente, em um processo de investigação que a preceda, no sentido de avaliar a sua dinâmica e as condições que garatam a saúde mental de seus membros, como a sua capacidade de oferecer integração, segurança, gratificação e reparação.

A escolha por investigação a partir da abordagem psicanalítica, focalizada na história da vida, representou uma possibilidade de acesso aos processos psíquicos das transmissões

intergeracionais, manifestos nos conteúdos pré-conscientes dos participantes, sem a necessidade de que esses estivessem submetidos ao processo terapêutico, inviável para essa população. Apesar da riqueza de conteúdos manifestos nos relatos, um dos limites da pesquisa está na dificuldade de investigação de processo presente no campo intersubjetivo e do processo transferencial, construído entre pesquisadora e participante que se mostrariam com maior clareza dentro de uma modalidade clínica. De outra maneira, o trabalho clínico não se mostrou viável, tendo em vista a preservação e o respeito à subjetividade dos participantes.

Em relação às perspectivas de estudos futuros, a partir da pesquisa realizada, alguns possíveis desdobramentos podem ser visualizados como a continuidade da pesquisa sobre as transmissões psíquicas, pois, a pesquisa voltada para famílias sociais em situação de abrigo não foi encontrada no levantamento bibliográfico, sendo a maioria das publicações voltadas para a transmissão em famílias consanguíneas, com sondagem de determinados padrões entre gerações. Sobre as transmissões intergeracionais em abrigamentos, caberia investigar outros contextos com estrutura, organização e modelos relacionais distintos, incluindo, ainda as famílias biológicas dos adolescentes abrigados, no sentido de distinguir as vinculações e conteúdos transmitidos no triângulo adolescente, mãe biológica e mãe social. Levando em consideração a realidade amazônica, seria de grande relevância uma pesquisa sobre as transmissões intergeracionais em comunidades tradicionais, como indígenas e ribeirinhos.

De acordo com Bleger (1994), a investigação tem o poder de modificar o investigador e o objeto de estudo, o que, por sua vez, é investigado na nova condição modificada. Dessa maneira, investigar implica numa nova práxis e numa nova compreensão que resulta em novas investigações.

Essa noção de movimento interminável e criativo traz à tona possibilidades de intervenção no ambiente institucional, envolvendo os diferentes grupos que compõem aquela realidade. Uma intervenção não autoritária ou imposta, mas refletida a partir das discussões com os membros da instituição e suscitadas pelo contraponto que os resultados desta pesquisa podem proporcionar.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS⁵

Aberastury, A. (2000) *Adolescência normal*. Trad. Suzana Maria G. Ballve. Porto Alegre: Artes Médicas.

Ariés, P. (1981) *História social da criança e da família*. 2. Ed. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC.

Ballone GJ, Ortolani IV, Moura EC (2008) *Violência Doméstica*. Psiqweb, Internet. Disponível em www.psiqweb.med.br/. Acesso em 24 de fevereiro de 2010.

Bleger, J. (1984) *Psico-higiene e psicologia institucional*. Trad. Emília de Oliveira. Porto Alegre: Artes Médicas.

Brasil (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. 16 de julho de 1990. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm. Acesso em 15 de junho de 2007.

_____. (2000). *Programa de saúde da família*. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em portal.saude.gov.br/portal/saude/area.cfm? Acesso em 10 de dezembro de 2008.

_____. (2006) *Plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária*. Brasília: CNAS/Conanda/MDS/SEDH. Disponível em www.mp.ba.gov.br/.../plano_nacional_convivencia_familiar_comunitaria.pdf. Acesso em 08 de julho de 2008.

Cavalcante, L. I. C. Brito, R. C. S. & Magalhães, C. M. C. (2007). *Crianças institucionalizadas: Limites e riscos ao desenvolvimento*. Em: Pontes, F. A. R., Magalhães, C. M. C., Brito, R. C. S. & Martin, W. L. B. (Orgs.), *Temas pertinentes à psicologia contemporânea* (p. 327-353). Belém: EDUFPA.

Chizotti, A. (1991). *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez.

Cury, M. (2005). *Estatuto da criança e do adolescente comentado: Comentários jurídicos e sociais*. São Paulo: Malheiros.

Eiguer, A. (Org.) (1998). *A transmissão do psiquismo entre gerações: Enfoque em terapia familiar psicanalítica*. Trad. Lúcia Siqueira Barbosa. São Paulo: Unimarco.

⁵ De acordo com o estilo APA - *American Psychological Association*.

Elias, R. J. (1994). *Comentários ao ECA: lei nº 8069 de 13 de julho de 1990*. São Paulo: Saraiva.

Enriquez, E. (1991). O trabalho de morte nas instituições. In Kaës, R. (Org.), *A instituição e as instituições: Estudos psicanalíticos*. Trad. Joaquim Pereira Neto. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Fernandes, W. J., Svartman, B., Fernandes, B. S. (Orgs.) (2003). *Grupos e configurações vinculares*. Porto Alegre: Artmed.

Fenichel, O. (2000) *Teoria psicanalítica das neuroses*. Trad. Samuel Penna Reis. Rio de Janeiro: Editora Atheneu.

Fonseca, C. Schuch, P. (Orgs.) (2009). *Políticas de proteção à infância: Um olhar antropológico*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

Foucault, M. (2008) *A ordem do discurso*. 17. ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola.

_____. (2009) *Vigiar e punir: Nascimento das prisões*. Trad. Raquel Ramallete. 36ª ed. Petrópolis: Vozes.

Freud, S. (1913). Totem e tabu. In *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

Freud, S. (1921). Psicologia do grupo e análise do ego. In *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

Fustier, F. A. & Aubertel, F. (1998) *A transmissão psíquica familiar pelo sofrimento*. In A. Eiguer (Org.), *A transmissão do psiquismo entre gerações: Enfoque em terapia familiar psicanalítico* (p. 129-180). Trad. Lúcia Siqueira Barbosa. São Paulo: Unimarco.

Fustier, P. (1991). *A respeito da infância desajustada*. In R. Kaës (Org.), *A instituição e as instituições: Estudos psicanalíticos*. (p. 135- 158) Trad. Joaquim Pereira Neto. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Guirado, M. (2004). *Instituição e relações afetivas: O vínculo com o abandono*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Guerra, V. N. (2001). *Violência de pais contra filhos: A tragédia revisada*. 4. ed. São Paulo: Cortez.

Hermann, F. (2001). *Andaimos do real: O método da psicanálise*. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Houzel, D. (2004). As implicações da parentalidade. In L. Solis-Ponton (Org.), *Ser pai, ser mãe – Parentalidade: Um desafio para o terceiro milênio*. (p.Trad. Maria Cecília P. da Silva. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000). *Censo demográfico*. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 14 de setembro de 2009.

Kaës, R. (1991), *A instituição e as instituições: Estudos psicanalíticos*. Trad. Joaquim Pereira Neto. São Paulo: Casa do Psicólogo.

_____. (2001). In H. Faimberg (Org.), *Transmissão da vida psíquica entre gerações*. Trad. Claudia Berlinger. São Paulo: Casa do Psicólogo.

_____. (2005). *Os espaços psíquicos comuns e partilhados: Transmissão e negatividade*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Kancyper, L. (1999). *Confrontação de gerações*. Trad. Ana Venite. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Klein, M. (1992) *Os Progressos da Psicanálise*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

Kopittke, C. C., Pereira, D. Z., Mello, V. H. P. (2005). Tributo à Piera Aulagnier: o aporte vincular na constituição do psiquismo. In A. R. C. Trachtenberg (Orgs.), *Transgeracionalidade – De escravo a herdeiro: um destino entre gerações*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Kovács, M. J. (Coord.) (1992) *Morte e desenvolvimento humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Krom, M. (2000) *Famílias e mitos – Prevenção e terapia: resgatando histórias*. São Paulo: Summus.

Laplanche, J. & Pontalis, J. B. (2001). *Vocabulário de Psicanálise*. (P. Tamen, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.

Lebovici, S., Solis-Ponton, L. Menendez, & J. A. B. (2004). A árvore da vida ou a empatia metaforizante. In L. Solis-Ponton (Orgs.), *Ser pai, ser mãe – Parentalidade: Um desafio para o terceiro milênio*. (M. C. P. da Silva, Trad.). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Levisky, R. B. (2003). Família: Uma psicoterapia de grupo? In W. J. Fernandes, B. Svartman, B. S. Fernandes (Orgs.), *Grupos e configurações vinculares*. Porto Alegre: Artmed.

Lévi-Strauss, C. (2008). *As estruturas elementares de parentesco*. (M. Ferreira, Trad.). 4. ed. Petrópolis: Vozes.

Macedo, H. O. (1999). *Do amor ao pensamento: A psicanálise, a criação da criança e D. W. Winnicott*. Trad. Mônica Seincman. São Paulo: Via Letras.

Marcílio, M. L. (2006). *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec.

Mezan, R. (1985). *A vingança da esfinge: Ensaio de psicanálise*. São Paulo: Brasiliense.

_____. (1993). O que significa “pesquisa” em psicanálise? In Silva, M. E. L. (Org.), *Investigação e psicanálise*. Campinas, SP: Papyrus.

Miller, A. C., Perelberg, R. J. (Orgs.) (1994) *Os sexos e o poder nas famílias*. Trad. Maria Clara de Biase. Rio de Janeiro: Imago.

Minayo, M. C. S. (1992). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.

Minerbo, M. (2000). *Estratégias de investigação em psicanálise: Desconstrução e reconstrução do conhecimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Nogueira, P. C. (2004). *A criança em situação de abrigo: reparação ou re-abandono*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Universidade de Brasília. Brasília, DF.

Outeiral, J. O. & Graña, R. B. (1991). *Donald W. Winnicott: Estudos*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Peixoto, C. E., Singly, F., & Cichelli, V. (Orgs.) (2000). *Família e individualização*. Trad. Ângela Xavier de Brito. Rio de Janeiro: FGV.

Penso, M. A., Costa, L. F. (Orgs.) (2008). *A transmissão geracional em diferentes contextos: Da pesquisa à intervenção*. São Paulo: Summus.

Queiroz, I. P. (1987). *Relatos orais: Do “indizível” ao “dizível”*. *Ciência e Cultura*, 39, (p. 85-124).

Ramos, M. E. C. Oliveira, K. D. *Transgeracionalidade percebida nos casos de maus-tratos*. In Penso, M. A., Costa, L. F. (Orgs.) (2008). *A transmissão geracional em diferentes contextos: Da pesquisa à intervenção*. São Paulo: Summus. P. 99-122.

Ribeiro, M. A. & Bareicha, I. C. (2008). *Investigando a transgeracionalidade da violência intrafamiliar*. In Penso, M. A. (Org.), *A transmissão geracional em diferentes contextos*. São Paulo: Summus.

Rizzini, I. & Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil: Percorso histórico e desafios presentes*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/UNICEF/CIESPI.

Rouchy, J. C. & Desroche, M. S. (2005). *Instituição e mudança: Processo psíquico e organização*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Shepherd, R. (1997). *D. W. Winnicott: Pensando sobre crianças*. Trad. Maria Adriana V. Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas.

Silva, A. P., Barros, C. R., Nogueira, M. L. M., & Barros, V. A. (2007). *Conte-me sua história: Reflexões sobre o método de história de vida*. *Mosaico: Estudos em Psicologia*, 1(1), p. 25-35. Disponível em www.fafich.ufmg.br/mosaico. Acesso em 05 de setembro de 2009.

Silva, M. E. L. da S. (Org.) (1993). *Investigação e psicanálise*. Campinas, SP: Papirus.

Solis-Ponton, L. (Org.) (2004). *Ser pai, ser mãe – Parentalidade: Um desafio para o terceiro milênio*. Trad. Maria Cecília P. da Silva. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Trachtenberg, A. R. C. (2005). *Transgeracionalidade: De escravo a herdeiro: Um destino entre gerações*. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Vidal, J. P. (1991). *O familialismo na abordagem analítica da instituição: A instituição ou o romance familiar dos analistas*. In Kaës, R. *A instituição e as instituições: Estudos psicanalíticos*. Trad. Joaquim Pereira Neto. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Winnicott, D. (2001) *A família e o desenvolvimento individual*. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes.

Zamberlam, C. O. (2001). *Os novos paradigmas da família contemporânea: Uma perspectiva interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Renovar.

Zimmerman, D. & Osório, L. C. (1997). *Como trabalhamos com grupos*. Porto Alegre: Artes Médicas.

APÊNDICES

Apêndice I

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa:

**UM ESTUDO SOBRE O FENÔMENO DA TRANSMISSÃO PSÍQUICA EM FAMÍLIAS
SUBSTITUTAS NA CIDADE DE XXXXXX**

Pesquisadora responsável: Raquel Almeida de Castro

Orientador da pesquisa: Prof. Dr. Manoel Antônio dos Santos

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa que tem como principal objetivo compreender, por meio da sua história de vida e da história de outros participantes, também membros da instituição, quais são os pontos de semelhança e diferença sobre a vida familiar, ideias construídas sobre a família e sua continuidade. Além da sua história e de outros membros, também pesquisaremos a história da própria instituição e do seu fundador. Essa pesquisa pode nos ajudar a aprofundar o estudo sobre famílias do nosso tempo, como as famílias substitutas, por exemplo.

Para conseguirmos isto marcaremos encontros individuais, momento em que você fará o relato de sua história de vida pessoal. Prevemos um ou dois encontros de sessenta minutos, com a possibilidade de marcarmos um terceiro encontro, se os encontros não forem suficientes. A sua história será gravada, depois transcrita e analisada, porém o seu nome será mantido em segredo. Você terá o direito de interromper as entrevistas a qualquer momento do processo, além de ter acesso aos resultados das pesquisas e análises, após a sua conclusão, se este for o seu desejo.

As entrevistas serão realizadas numa sala nas dependências da instituição, não havendo necessidade que você realize qualquer deslocamento, tenha gastos financeiros ou incorra em riscos à sua saúde física ou emocional.

Não haverá qualquer forma de pagamento pela participação na pesquisa e não serão realizadas atividades que não tenham sido informadas neste documento.

Para obter outros esclarecimentos sobre os procedimentos da pesquisa, a professora Raquel Almeida de Castro estará à disposição no telefone: (92) 3647-4369 / Faculdade de Educação, endereço: Rua General Rodrigo Otávio, 3000 - Coroado II – Campus da Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Educação, Departamento de Psicologia.

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____,

portador(a) da carteira de identidade nº _____, expedida pelo órgão _____, por me considerar devidamente informado(a) e esclarecido(a) sobre o conteúdo deste termo e da pesquisa a ser desenvolvida, livremente expresse meu consentimento para minha inclusão como participante da pesquisa. Fui informado(a) que meu número de registro na pesquisa é _____ e recebi cópia deste documento por mim assinado.

Assinatura do(a) Participante

Impressão Dactiloscópica

(para quem ainda não sabe escrever)

Assinatura da responsável pela pesquisa

Data

ANEXOS

Anexo I



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM

PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas aprovou, em reunião ordinária realizada nesta data, por unanimidade de votos, o Projeto de Pesquisa protocolado no CEP/UFAM com CAAE nº. 1122.0.000.115-08, intitulado: “UM ESTUDO SOBRE O FENÔMENO DA TRANSMISSÃO PSÍQUICA EM FAMÍLIAS SUBSTITUTAS NA CIDADE DE MANAUS”, tendo como Pesquisadora Responsável Raquel Almeida de Castro.

Sala de Reunião da Escola de Enfermagem de Manaus – EEM da Universidade Federal do Amazonas, em Manaus/Amazonas, 28 de maio de 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Comitê de Ética em Pesquisa CEP/UFAM


.....
Prof.ª Dr.ª Marfa Rosa Lozano Borrás
Coordenadora

Anexo 2



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**

PROJETO DE LEI N 2.971, DE 2004

“Altera a Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987, para dispor sobre a atividade de Pai Social.”

Autor: Deputado NELSON PELLEGRINO
Relatora: Deputada RITA CAMATA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.971, de 2004, de autoria do Deputado Nelson Pellegrino, introduz alterações na Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987, que “dispõe sobre a regulamentação da atividade de mãe social e dá outras providências”, para instituir a figura do pai social, com as mesmas características, atribuindo-lhe direitos e deveres idênticos àqueles concedidos à mãe social.

Segundo o autor, essa legislação representa importante instrumento para a melhoria do bem estar de crianças e adolescentes que vivem em casas-lares. Todavia, para que essas instituições adquiram maior semelhança com o ambiente familiar seria igualmente importante a presença do pai social.

A proposição foi distribuída para as Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Seguridade Social e Família, e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público a proposição foi aprovada por unanimidade, nos termos do voto da Relatora, Deputada NEYDE APARECIDA.

Com tramitação conclusiva nas Comissões nos termos do art. 24, inciso II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, cabe a este órgão técnico manifestar-se sobre seu mérito, seguindo a proposição posteriormente para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas.
É o relatório.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**

II - VOTO DA RELATORA

Inegavelmente oportuna e meritória a proposição ora analisada.

Com efeito, a Lei nº 7.644, de 1987, ao regulamentar a atividade de mãe social nas casas-lares de acolhida à criança ou adolescente em situação de risco social, descuidou-se da necessidade de contemplar a atividade do pai social com atribuições assemelhadas. Afinal, ainda que oficiosamente, essa atividade já era exercida na prática, em determinadas circunstâncias, pelo casal.

Além disso, diante do disposto no inciso I do art. 5º da Constituição Federal, é inadmissível a discriminação profissional em razão de gênero do trabalhador, no caso, do sexo masculino.

Assim, a proposição corrige acertadamente esse equívoco da legislação, para instituir a figura do pai social, com prerrogativas iguais às da mãe social, tanto com relação às atribuições, quanto às cláusulas contratuais especialíssimas que regem seu vínculo empregatício.

No entanto, o texto, mesmo sendo de 2004, mantém conceitos impróprios da Lei 7.644/1987, desconsiderando a revogação da Lei nº 6.697/1979 (Código de Menores - Doutrina da Situação Irregular) pela Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), ao referir-se a “menor abandonado”, “menor em situação irregular”, etc.

Um outro dado, é a existência de uma nova categoria de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, diferentes daquelas com título de Utilidade Pública de Assistência. Reportamo-nos às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs, criadas pela Lei nº 9.790, de 1999, as quais podem, se assim previr sua proposta de trabalho e estatuto, prestar atendimento por meio de casas-lares.

Ressaltamos ainda o fato de que o Projeto mantém o disposto na Lei sobre colocação de “menores no mercado de trabalho”, inclusive em estabelecimentos públicos, contrariando a Constituição, que prevê ingresso na Administração Pública somente por meio de concurso público de provas, ou de provas e de títulos (Art. 37, inciso II), além de proibir o trabalho de qualquer adolescente antes dos 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos de



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**

idade (Art. 7º, inciso XXXIII), daí serem necessários também esses ajustes na proposição.

Além disso, optamos também por colocar as determinações dos arts. 17 a 20 da Lei 7.644/1987 em parágrafos de artigos relacionados aos respectivos assuntos, evitando a dispersão dos temas e revogando os citados dispositivos.

Feitas essas considerações, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.971, de 2004, nos termos do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de abril de 2008.

**Deputada RITA CAMATA
Relatora**



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 2.971, DE 2004

Altera a Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987, para dispor sobre a atividade de Pai Social.

SUBSTITUTIVO DA RELATORA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A presente lei modifica a Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987, que *“dispõe sobre a regulamentação da atividade de mãe social e dá outras providências”*, para contemplar a atividade de pai social e adequá-la à legislação vigente relativa à infância e adolescência.

Art. 2º. A Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987 passará a vigor com a seguinte ementa: *“dispõe sobre a regulamentação da atividade de pai e mãe social, e dá outras providências”*.

Art. 3º. Os artigos abaixo discriminados da Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 1º As instituições privadas, sem fins lucrativos, consideradas legalmente como de utilidade pública, ou como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que atendam crianças e adolescentes em situação de risco social, funcionando pelo sistema de casas-lares, utilizarão mães sociais e/ou pais sociais, de forma a propiciar condições familiares dignas a essas crianças e adolescentes, favorecendo seu pleno desenvolvimento físico e mental, conforme o disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 1º - Para os efeitos desta Lei, considera-se criança e adolescente em situação de risco social, aqueles que estejam privados da convivência familiar e necessitem ser atendidas pelas instituições referidas no caput, e/ou que por determinação de autoridade



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**

competente, para sua própria proteção, sejam encaminhados para essas entidades.

§ 2º - Para os efeitos desta Lei, considera-se mãe ou pai social aqueles que se dediquem a cuidar de crianças e adolescentes em situação de risco social no sistema de casas-lares.

§ 3º - Para os efeitos desta Lei, entende-se como casa-lar a unidade residencial sob responsabilidade de mãe e/ou pai social, que abrigue até 10 (dez) crianças e/ou adolescentes.

§ 4º - A manutenção de casas-lares por qualquer entidade considerada legalmente como de utilidade pública, ou como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP é facultativa, desde que se cumpra o disposto nesta lei.” (NR)

“Art. 2º - As casas-lares serão isoladas, formando, quando agrupadas, aldeia assistencial ou vila.” (NR)

“Art. 3º - As crianças e adolescentes sob a responsabilidade das instituições denominadas casas-lares, nelas residirão até o limite de 18 anos de idade incompletos, exceto em caso de retorno à família natural, colocação em família substituta, definição de guarda, tutela ou adoção, por meio de decisão judicial.

Parágrafo Único. Para os efeitos dos benefícios previdenciários, as crianças e/ou adolescentes residentes nas casas-lares serão considerados dependentes da mãe ou pai social ao qual forem confiados pela instituição empregadora.” (NR)

“Art. 4º São atribuições da mãe e do pai social:

I - propiciar o surgimento de condições familiares adequadas, orientando e assistindo as crianças e adolescentes sob seus cuidados;

II - administrar o lar, realizando e organizando as tarefas pertinentes;

III - dedicar-se, com exclusividade, às crianças e adolescentes e à casa-lar que lhes forem confiados.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**

Parágrafo Único. A mãe e/ou o pai social, no exercício de suas atribuições, deve residir na casa-lar, em companhia das crianças e/ou adolescentes sob sua responsabilidade.” (NR)

“Art. 5º À mãe e ao pai social ficam assegurados os seguintes direitos:

I - anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social;

II - remuneração nunca inferior ao salário mínimo;

III - repouso semanal remunerado de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas;

IV – apoio técnico, administrativo e financeiro para o bom desempenho de suas funções;

V – relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa;

VI – irredutibilidade do salário, salvo disposto em convenção ou acordo coletivo;

VII – décimo-terceiro salário com base na remuneração integral;

VIII – férias anuais remuneradas com pelo menos um terço a mais do que o salário normal;

IX – licença à gestante sem prejuízo do emprego ou do salário, com duração de 120 dias;

XX – aviso prévio de 30 dias;

XXI – redução de riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

XXII – aposentadoria nos termos do Regime Geral de Previdência Social;

XXIII – assistência gratuita aos filhos desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas;

XXIV – seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador;

XXV – ação, quanto a créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos;

XXVI – proibição de diferença de salários, exercício de atribuições, e critérios de admissão por motivo de gênero, idade, cor ou estado civil;

XXVII – proibição de discriminação quanto a salário e critérios de admissão para portador de deficiência, exceto se comprovadamente incapaz de exercer a atividade de mãe ou pai social;



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**

XXVIII – igualdade de direitos entre a mãe e o pai social com vínculo empregatício permanente, e aqueles temporários ou substitutos;

XXIX – seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

XXX - benefícios e serviços previdenciários, inclusive em caso de acidente de trabalho, conforme sua qualidade de segurada ou segurado obrigatório;

XXXI - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ou indenização, nos termos da legislação pertinente.

§ 1º Aplica-se a esta Lei, no que couber, o disposto na legislação previdenciária vigente relativo às entidades sem fins lucrativos registradas no Conselho Nacional de Assistência Social, inclusive no que se refere a isenção do recolhimento à Previdência Social, dos encargos patronais.

§ 2º As relações de trabalho previstas nesta Lei aplicam-se, no que couber, o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT nos Capítulos I e IV do Título II; Seções IV, V e VI do Capítulo IV do Título III, e Títulos IV e VII.

§ 3º As controvérsias entre empregador e empregado serão dirimidas pela Justiça do Trabalho.” (NR)

“Art. 6º O trabalho desenvolvido pela mãe ou pai social é de caráter intermitente, realizando-se pelo tempo necessário ao desempenho de suas tarefas.” (NR)

“Art. 7º Os salários devidos à mãe ou ao pai social serão reajustados de acordo com as disposições legais aplicáveis, deduzido o percentual de alimentação fornecido pelo empregador.” (NR)

“Art. 8º Os candidatos ao exercício da atividade de mãe ou pai social deverão submeter-se a processo de seleção e treinamento específicos, ao final dos quais será verificada sua habilitação.

§ 1º O treinamento será composto de conteúdo teórico e aplicação prática, essa sob forma de estágio.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**

§ 2º O treinamento e estágio referidos no parágrafo anterior não excederão 60 (sessenta) dias, nem criarão vínculo empregatício de qualquer natureza.

§ 3º Os estagiários devem estar segurados contra acidentes pessoais, receberão alimentação, habitação e ajuda de custo para despesas pessoais.” (NR)

“Art. 9º São condições para admissão como mãe ou pai social:

- a) idade mínima de 25 (vinte e cinco) anos;
- b) sanidade física e mental;
- c) ensino fundamental completo;
- d) aprovação no treinamento e estágio exigidos por esta Lei;
- e) boa conduta social;
- f) aprovação em teste psicológico específico.” (NR)

“Art. 10. A instituição manterá mães ou pais sociais disponíveis para substituição dos efetivos durante seus períodos de afastamento da atividade.

§1º Mães e pais sociais substitutos, quando não estiverem no exercício de substituição, deverão residir em aldeia assistencial e cumprir tarefas determinadas pelo empregador.

§2º Mães e pais sociais substitutos, quando no exercício da atividade terão direito à retribuição percebida pelo titular e ficarão sujeitos ao mesmo horário de trabalho.

§ 3º Excepcionalmente, se não houver mãe ou pai social substituto, a instituição poderá contratar empregado temporário para exercer a atividade durante o afastamento do titular” (NR)

“Art. 11 As instituições que funcionam pelo sistema de casas-lares podem encaminhar adolescentes com idade a partir de 14 (quatorze) anos de idade a ensino profissionalizante, além do ensino regular.

Parágrafo Único. O ensino referido no caput pode ser ministrado em aldeia assistencial, em várias dessas reunidas, ou ainda em outros



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**

estabelecimentos de ensino, conforme a instituição julgue conveniente.” (NR)

“Art. 12 Caberá à administração de cada aldeia assistencial providenciar a colocação de adolescentes a partir de 14 (quatorze) anos de idade no mercado de trabalho como aprendizes, e a partir de 16 (dezesesseis) anos de idade como empregados (as).

Parágrafo Único. Os proventos recebidos pelos(as) adolescentes nas condições mencionadas no caput serão assim distribuídos e destinados:

I – 30% (trinta por cento) para a casa-lar a que o/a adolescente estiver vinculado(a), a serem revertidos no custeio de despesas com sua manutenção;

II – 30% (trinta por cento) para o/a adolescente, destinados a despesas pessoais;

III – 40% (quarenta por cento) para depósito em caderneta de poupança, em nome do/da adolescente.” (NR)

“Art. 13. A mãe ou pai social, quando da extinção do contrato de trabalho, deverá retirar-se da casa-lar que ocupa, cabendo à entidade empregadora providenciar sua imediata substituição.” (NR)

“Art. 14 As mães e os pais sociais ficam sujeitos às seguintes penalidades, a serem aplicadas pela entidade empregadora:

I - advertência;

II - suspensão;

III - demissão.

Parágrafo único. Em caso de demissão sem justa causa, a mãe ou pai social será indenizado na forma da legislação vigente, ou levantará os depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, com os acréscimos previstos em lei.” (NR)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**

“Art. 15 As Casas-lares e as aldeias assistenciais serão mantidas exclusivamente com renda própria, doações, legados, contribuições de entidades públicas ou privadas, vedada a aplicação em outras atividades que não as relativas aos objetivos para os quais foram criadas.” (NR)

“Art. 16 A fiscalização do disposto nesta Lei compete às autoridades competentes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; do Ministério do Trabalho e Emprego; do Ministério da Previdência Social; das Promotorias de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude, e dos Conselhos de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, observadas as respectivas áreas de atuação.” (NR)

Art. 4º. Ficam revogados os arts. 17, 18, 19 e 20 da Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de abril de 2008.

**Deputada Rita Camata
Relatora**